

PERCURSOS E EXPERIÊNCIAS DA INCUBADORA DE EMPREENHIMENTOS SOLIDÁRIOS

Volume 2



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

ORGANIZADORES

Reidy Rolim de Moura

Camila Sopko

Adriano da Costa Valadão

Manuela Salau Brasil

EDITORA ESTÚDIO TEXTO

Editora-chefe

Ana Caroline Machado

Diretora

Josiane Blonski

Conselho Editorial

Dra. Anelize Manuela Bahniuk Rumbelsperger (UFPR)

Dr. Antonio José dos Santos (IST/SOCIESC)

Ms. Carlos Mendes Fontes Neto (UEPG)

Dr. Cezar Augusto Carneiro Benevides (UFMS)

Dr. Edson Armando Silva (UEPG)

Dr. Erivan Cassiano Karvat (UEPG)

Dra. Jussara Ayres Bourguignon (UEPG)

Dra. Lucia Helena Barros do Valle (UEPG)

Dra. Luísa Cristina dos Santos Fontes (UEPG)

Dr. Marcelo Chemin (UFPR)

Dr. Marcelo Engel Bronosky (UEPG)

Dra. Marcia Regina Carletto (UTFPR)

Dra. Maria Antonia de Souza (UTP/UEPG)

Dra. Marilisa do Rocio Oliveira (UEPG)

Dr. Rodrigo Labiak (UNICAMP)

PERCURSOS E EXPERIÊNCIAS DA INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

Volume 2

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

ORGANIZADORES

Reidy Rolim de Moura

Camila Sopko

Adriano da Costa Valadão

Manuela Salau Brasil

UEPG
Universidade Estadual
de Ponta Grossa

proex
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO
E ASSUNTOS CULTURAIS

ies
incubadora de empreendimentos solidários

série referência
editora
estúdiotexto

©2023 Adriano da Costa Valadão, Camila Sopko,
Manuela Salau Brasil e Reidy Rolim de Moura.

Coordenação editorial

Editora Estúdio Texto

Capa, projeto gráfico e diagramação

Ana Caroline Machado

Fotografias da capa

Arquivos IESOL

Revisão

Os autores

Supervisão

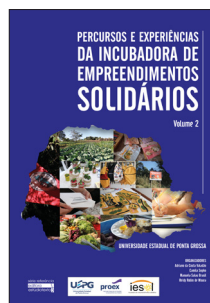
Josiane Blonski

Assistente administrativo

Érika Blonski

Assistente editorial

Verônica Queji de Paula



P429 Percursos e experiências da Incubadora de Empreendimentos Solidários /
Organizado por Adriano da Costa Valadão et al. Ponta Grossa: UEPG/IESOL;
Estúdio Texto, 2023. (Série Referência).
226p. v.2

ISBN: 978-65-87261-36-2

1. IESOL. 2. Economia solidária. 3. Incubadora – Empreendimento solidário. I.
Valadão, Adriano da Costa et al. (Org.). II. T.

CDD: 334.68

Ficha Catalográfica elaborada por Maria Luzia Fernandes Bertholino dos Santos – CRB9/986

Depósito Legal na Biblioteca Nacional.

O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade dos autores, permanecendo
com os mesmos os direitos autorais da publicação.

editora®
estúdiotexto

Tel. +55 (42) 3027-3021 | ☎ +55 (42) 98416-9795

www.editoraestudiotexto.com.br

PREFÁCIO

Agradeço ao convite para escrever este Prefácio e, ao mesmo tempo, prestar a minha homenagem e reverência a caminhada que a Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Estadual de Ponta Grossa (carinhosamente conhecida por IESOL) tem trilhado ao longo destes 17 anos. Tal caminhada contribuiu, sobremaneira, para o avanço da Economia Solidária articulando o ensino, a pesquisa e a extensão, especialmente a partir do processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários (EES) unindo professores, estudantes, voluntários e extensionistas de várias áreas de formação de uma Universidade Pública, como é o caso da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Diante de um cenário sócio-político-econômico-cultural como o que vivenciamos nos últimos anos no Brasil (2016-2022) e, especialmente, em relação à Economia Solidária (ES) que teve decretada a descontinuidade de suas políticas públicas, percebeu-se que a mesma não se desfez. Ela sofreu as consequências de tomadas de decisões equivocadas de um governo que se instalou baseado no ódio e na não governabilidade para uma nação tão diversa quanto a nossa. Também passou pelo isolamento social decorrente da pandemia da COVID-19, trazendo à tona a invisibilidade de milhares de brasileiros/as desassistidos pelo Estado, bem como as dificuldades na geração de trabalho e renda. Além disso, houve a tragédia de saúde pública com mais de 600 mil mortes registradas devido ao negacionismo em relação a ciência.

Durante este período a Economia Solidária se retraiu, mas as pessoas já tomadas pelo “vírus” da Economia Solidária continuaram – a duras penas – trabalhando em prol dela. É importante lembrar que a ES só não se desfez justamente por ter sido construída de baixo para cima com as demandas de políticas públicas pautadas por documentos resultantes das Plenárias e das Conferências de Economia Solidária, elaboradas por milhares de trabalhadores e de trabalhadoras desde 2003.

A IESOL também sobreviveu a este desmonte devido a sua consistência política e por já ter espalhada, em sua base de atuação, a cultura solidária. Não à toa, ela germinou em 2005 e esteve presente nos espaços da vida e da militância com ações de Economia Solidária, fomentando, organizando e consolidando EES na região de Ponta Grossa, Paraná. Mas também questionando o real papel das Entidades de Apoio e Fomento a ES, dos/as gestores/as públicos e dos/as trabalhadores/as de Economia Solidária, no sentido de envolver a todos/as nesta caminhada.

Sabemos que a ciência não é neutra e que precisamos cada vez mais de uma Universidade que não se esqueça de seus deveres sociais para com seu País. Precisamos cada vez mais de Incubadoras como a IESOL que se coloca a serviço de profundas transformações da sociedade, usando e/ou construindo métodos que sejam baseados nos Princípios da Economia Solidária.

Sabemos, porém, que não é simples fazer isto perante uma sociedade desigual, capitalista, patriarcal, homofóbica, misógina, racista, invadida de ódios que sufocam a democracia, a igualdade e a justiça social. Levar adiante uma ideia ou uma ideologia como a da Economia Solidária que, a partir do Trabalho, elege questões éticas de inclusão que envolve idade, deficiência, gênero, questões étnico-raciais, mas que também não se restringem apenas ao Trabalho e envolvem questões primordiais ao meio ambiente, a cultura, a educação, a saúde, a tecnologia, a agricultura, a segurança alimentar, aos direitos

humanos, promovendo a valorização do ser humano em sua integralidade, também não é uma tarefa nada fácil.

Tais desafios necessitam de um olhar interdisciplinar das Incubadoras, pois segundo um dos artigos deste livro *“A interdisciplinaridade é uma abordagem colaborativa que integra várias disciplinas para solucionar problemas complexos.”* Ou seja, trabalhar de forma interdisciplinar com problemas sociais complexos é diferente do que tradicionalmente aprendemos nos bancos escolares, de forma disciplinar, cada área com seus limites e contornos. Além disso, conforme muito bem pontuado por um dos capítulos deste livro, a Universidade Pública apesar de facilitar o encontro entre vários saberes e conhecimentos, ainda assim, eles não se encontram prontos e precisam ser colocados à prova para o fortalecimento dos EES. E trabalhar com conhecimentos interdisciplinares voltados para a realidade dos EES é uma adequação sociotécnica fundamental às Incubadoras de ES. Neste sentido, a IESOL tem demonstrado capacidade e potencial para avançar tais limites, construindo abordagens ressignificadas, costurando e entrelaçando diálogos na busca de soluções.

Para isto, é importante estar onde as pessoas estão. A IESOL, por exemplo, iniciou sua atuação atendendo a reivindicação de um coletivo, como foi o caso da Associação de Feirantes da Economia Solidária, sendo um dos primeiros grupos incubados por ela. Depois, passo a passo, a Incubadora, se construiu, a partir do acompanhamento e do apoio aos trabalhadores e trabalhadoras organizados/as nos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), mas dialeticamente eles/as também a construíram, pois a busca da implementação da ES sempre ocorreu em conjunto com cada grupo, para que as demandas resultassem numa trajetória cujo êxito fosse a organicidade, a longevidade e a autonomia de ambos.

O livro que ora estou prefaciando nos traz inúmeras pistas sobre como a IESOL está sedimentada – por meio de reflexões e/ou ações – nos espaços em que ela se propôs a caminhar. Por exemplo, uma reflexão acalentada em um de seus capítulos foi sobre a necessidade da implantação de um marco legal

para a Economia Solidária no Brasil. A IESOL chama para si o desafio de *“Pautar a associação entre economia solidária, direitos humanos, marco legal e processo de incubação [...]”*, pois sabemos que a maioria dos EES no Brasil ainda se encontra na informalidade, denotando a vulnerabilidade destes/as trabalhadores/as. Há a preocupação da Incubadora em que esta temática seja apropriada pelos/as trabalhadores/as da ES sendo essencial para a construção de sua autonomia, e que não fiquem restritas apenas à academia.

Importante lembrar que a *“[...] implementação da economia solidária não ocorre de forma desvinculada das demais políticas públicas, pelo contrário, essa é uma relação cujas partes se reforçam mutuamente, ou seja, uma economia solidária desenvolvida pode servir de estímulo à implementação de outras políticas, ao passo que sem essas políticas o seu desenvolvimento torna-se limitado.”* A IESOL está consciente disso e percebe que há a necessidade de enfrentar este processo para que realmente a Economia Solidária se torne uma Outra Economia.

A Incubadora também atuou com migrantes venezuelanos que estavam sendo acompanhados pela Cáritas Diocesana de Ponta Grossa com o objetivo de realizar formações com esses grupos sobre Economia Solidária, a fim de incentivar outras formas de trabalho. Muitos que participaram destas formações comentaram que pretendiam obter trabalho e renda por meio da Economia Solidária. No entanto, impossível não perceber que tal situação carece de mais investimentos de políticas públicas, que impulsionem o incentivo, a formação e o apoio na organização das pessoas migrantes na lógica da Economia Solidária.

Outra atividade realizada pela IESOL foi seu envolvimento com a Rede de Produtores e Consumidores Agroecológicos Maria Rosa do Contestado, por meio da compreensão do perfil socioeconômico dos seus consumidores. A IESOL se aproximou e estabeleceu um processo de incubação, onde a Economia Solidária foi apresentada para que o grupo a compreendesse e

decidissem se desejaria trabalhar sobre suas diretrizes ou não. Ao longo da incubação percebeu-se que havia grande dificuldade, no escoamento da produção de produtos agroecológicos. A partir disso, foi constituída a Rede de Consumidores e Produtores, sendo caracterizada como uma Rede de Circuito Curto Agroalimentar. Conhecer o perfil socioeconômico dos consumidores foi de suma importância para a melhoria de estratégias para se alcançar outros grupos de consumidores, principalmente os de baixa renda e de baixa escolaridade, tendo em vista a compreensão de que a segurança alimentar é um direito de todos/as.

A IESOL também foi cofundadora da Rede RIU Paraná, que desde 2015 está se encontrando e, tentando, a várias mãos, pés e cabeças, fortalecer a ES no Paraná e no Brasil. Também estabelecendo alguns contatos com experiências internacionais, como é o caso do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (Portugal), mas também com casos da América Latina, como o da Universidade da República de Montevideu (Uruguai). Além disso, a IESOL está presente em eventos científicos como o Congresso Nacional das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede das ITCPs), o Congresso Nacional de Pesquisadores em Economia Solidária (CONPES), dentre outros.

A IESOL tem se mostrado atuante nesta caminhada apesar de todas as dificuldades enfrentadas. Percebe-se que cada pessoa que inicia sua jornada na Economia Solidária traz seus sonhos. Os sonhos servem para nos fazermos presentes no futuro. Aprendemos a cada dia a partir de uma construção histórica, que nasce de sonhos individuais e se tornam coletivos. Neste entrelaçar de conhecimentos e de saberes vamos construindo e alterando a sociedade. E é neste contexto que a IESOL vai transformando as pedras do caminho, e esta transformação vem em forma de força, de coragem, de resistência e de luta organizada.

Por mais **recursos** para a Economia Solidária!

Por mais **Políticas Públicas**!

Por **Universidades** Públicas e de qualidade!

Gratidão por toda convivência que levo para a vida!

Coragem e força para levar adiante a
continuidade deste **sonho**!

Marilene Zazula Beatriz

Curitiba, 10 de abril de 2023.

SUMÁRIO

13

Marco legal da economia solidária no Brasil: uma alternativa para materialização dos direitos humanos

Lucas Haygert Pantaleão e Manuela Salau Brasil

33

A interdisciplinaridade em um Programa de Extensão

Camila Sopko, Gislaine das Rosas, Reidy Rolim de Moura, Jéssica Gislaine das Neves e Lillian Cruvinel Torres

51

Gênero, interseccionalidade e economia solidária: um debate necessário

Camila Sopko e Reidy Rolim de Moura

69

A IESol em rede: a participação na Rede de Incubadoras Universitárias – PR

Lucas Haygert Pantaleão, Luiza Lourenço Nunes Benck, Manuela Salau Brasil e Tamila Bruna Teixeira

87

Percursos e desafios do Programa Universidade Sem Fronteiras na IESol: Formação em Economia Solidária para Gestores e Grupos Vulneráveis

Aline Diandra Moleta, Camila Aparecida da Silva Albach, Gabrielle Fernandes Gomes, Bruna Mara Pinto, Luiza Lourenço Nunes Benck, Adriano da Costa Valadã, Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, Manuela Salau Brasil e Reidy Rolim de Moura

111

Sororidade e economia solidária: um estudo na Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários (IESOL/UEPG)

Gabriele Petroski Machado e Reidy Rolim de Moura

134

Associação de Feirantes da Economia Solidária: uma trajetória a ser contada

Camila Aparecida da Silva Albach, Emily Mendes de Oliveira Sartori, Luiz Fernando Lara, Manuela Salau Brasil, Maria Eduarda Solano e Tatiany Palácio Hilgemberg

159

Os limites e possibilidades da dialogicidade entre economia solidária e agroecologia no Acampamento Maria Rosa do Contestado - PR

Alisson P. R. Mendes, Kelen A. S. Bernardo, Adriano Costa Valadão e Reidy Rolim Moura

185

A rede de comercialização do acampamento Maria Rosa do Contestado e o perfil socioeconômico dos seus consumidores

Caroline Wynnek, Reidy Rolim de Moura, Adriano da Costa Valadão e Lucas Haygert Pantaleão

215

A economia solidária e migrantes: as atividades da Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESOL-UEPG) com os migrantes venezuelanos acompanhados pela caritas diocesana de Ponta Grossa

Audrey Aline Bankes Pereira e Reidy Rolim de Moura

Marco legal da economia solidária no Brasil: uma alternativa para materialização dos direitos humanos

*Lucas Haygert Pantaleão¹
Manuela Salau Brasil²*

Introdução

A Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Estadual de Ponta Grossa (IESol/UEPG) tem como principal objetivo o acompanhamento e apoio aos trabalhadores e trabalhadoras organizados nos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). É neste processo, identificado como incubação, que as demandas e expectativas de cada grupo resultam numa trajetória cujo êxito é sua autonomia, ou seja, a desincubação.

Para atender a este propósito, cada EES é acompanhado por uma equipe da IESol, e nesta relação são coconstruídos diagnósticos e planejamento de ações que viabilizam e potencializam a vivência na economia solidária. O fato da incubadora pertencer a uma universidade pública facilita o encontro entre vários saberes e conhecimentos, todos eles colocados à prova para o fortalecimento dos EES.

¹ Professor do curso de Serviço Social da UEPG, lucashaygert@gmail.com.

² Incubadora de Empreendimentos Solidários da UEPG, manu_lela2@hotmail.com.

É importante ressaltar, entretanto, que a autonomia desejada não depende exclusivamente das ações empreendidas no interior de cada grupo, tendo em vista que fatores externos impactam e até mesmo podem impedir o êxito de certos coletivos, sobretudo os mais vulneráveis. Portanto, o processo de incubação deve incluir tanto um olhar micro (para dentro do EES), como também um olhar macro (estrutural e conjuntural), ambos determinantes para que a incubação alcance seus objetivos.

Nesta perspectiva, uma incubação exitosa inclui aspectos internos do grupo (gestão, cooperação, resolução de conflitos, questões técnicas, convivência, etc) como também aspectos externos à ele, mas com reverberações na sua dinâmica, da economia solidária e da própria sociedade. Neste sentido, vislumbra-se a atuação sobre políticas públicas, nas instâncias de participação e redes, com um enfoque que ascende às questões mais gerais e de cidadania.

O presente capítulo insere-se nesta dimensão macro, ao apresentar uma discussão desde os direitos humanos até a necessidade da implementação de um marco legal para a economia solidária no Brasil. Compreendendo os direitos humanos como um instrumento importante na luta e na garantia pela implementação de um conjunto de diretrizes fundamentais para a dignidade humana, na qual, as condições e possibilidades de geração de trabalho e renda são partes indispensáveis para a sua materialização.

Nesse sentido, temos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) a previsão, como um ponto importante para a garantia da dignidade humana, de valores relativos à produção e manutenção de espaços para o desenvolvimento do trabalho, emprego e renda, como sendo direitos fundamentais a serem desenvolvidos em cada sociedade, respeitando a sua cultura e forma de organização.

Este documento se estabelece como um norteador para as resoluções internacionais que regulamentam a organização do

trabalho junto aos países signatários. Assim, de acordo com a resolução relativa ao trabalho decente elaborado pela Organização Internacional do Trabalho³ (OIT), a economia solidária aparece como uma importante alternativa ao sistema capitalista e uma forma de materializar um modelo econômico centrado em uma série de valores e princípios que transcendem a simples obtenção de excedente financeiro, abrindo a possibilidade de uma transição de empreendimentos informais para a formalidade, na perspectiva de que estes grupos passem a integrar, e acessar, a seguridade social.

No caso brasileiro temos uma variedade de EES e experiências no campo da economia solidária espalhadas ao longo do território nacional, das quais, grande parte ainda se encontram na informalidade, distantes de um completo acesso a seguridade social ou da contemplação de políticas públicas existentes, mantendo seus integrantes em um contínuo processo de vulnerabilidade social. Isto é notório quando se verifica os limites de um processo de incubação, pautado esta que deve ser enfrentada pelas equipes de incubação juntamente com os EES.

Há uma reivindicação do movimento da economia solidária para a aprovação de um marco legal que possibilite a implementação de uma Política Nacional de Economia Solidária. Tal política tem no Sistema Nacional de Economia Solidária uma estratégia para contribuir com alternativas de financiamento, bem como trazer os trabalhadores para a formalidade, em um passo importante para a materialização dos direitos humanos no Brasil.

Este debate não pode circular apenas no meio acadêmico, ao contrário, precisa ser apropriado pelos coletivos que traba-

³ A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é uma agência das Nações Unidas com uma estrutura tripartite (representantes de governos, de organizações de empregadores e de trabalhadores) composta por 187 Estados-membros. O objetivo desta agência é estabelecer as normas para um trabalho decente e produtivo em todo globo, através da superação da pobreza, da desigualdade social com base na democracia e no desenvolvimento sustentável. (OIT, 2022).

lham com e na economia solidária, bem como para o conjunto da sociedade.

Na IESol esta discussão é transversal e está presente através da atuação de dois núcleos – formação e participação política – mas é no diálogo com os grupos que encontra-se o maior e mais importante desafio. A apropriação destes temas pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores é essencial para que a autonomia pretendida no processo de incubação seja efetivada. Da mesma forma, o assunto deve estar presente nas discussões acadêmicas e junto aos movimentos sociais, visando consolidar-se no campo teórico e prático.

Este é o cenário em que localizamos a importância destas questões, sabendo que se trata, ao fim e ao cabo, de um elemento determinante para a viabilidade de um EES. É com este intuito que apresentamos e seguimos com este tema no decorrer do presente texto, elaborado a partir de uma discussão teórica sobre direitos humanos e sua relação com a economia solidária.

Direitos Humanos – Fundamentos para a dignidade humana no campo do trabalho, emprego e renda

Os direitos humanos se constituem como uma construção de natureza liberal, já a declaração elaborada ao fim da Segunda Guerra Mundial tem o intuito de estabelecer diretrizes que viessem a se contrapor, servindo como inibidores, as construções autoritárias que se instalaram nos governos de várias partes do mundo no início do século XX.

Além disso, concebemos sua elaboração como fruto de discussões históricas, das lutas promovidas por diferentes atores econômicos, políticos, de classes sociais, étnicos e de gênero. Estas discussões são dotadas de grande densidade, trazendo consigo formulações do campo do direito, da liberdade e da própria política que transcorreram em séculos anteriores. Assim, convergimos para a visão de Norberto Bobbio (1992, p. 9) sobre os direitos humanos:

Do ponto de vista teórico, sempre defendi – e continuo a defender, fortalecido por novos argumentos – que os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas.

Esta compreensão de direitos humanos, como uma construção histórica e produto de um consenso entre as diferentes partes que compunham o grupo de diálogo, se contrapõe à noção de direito natural e inerente a todo ser humano que imperava com os jusnaturalistas.

Abre-se, portanto, a possibilidade de uma abordagem ampliada no campo dos direitos e o não fechamento em definitivo destes, viabilizando, a construção de direitos com bases nas necessidades de cada época, mesmo que estes venham, por vezes, apresentando “pretensões muito diversas entre si e, o que é pior, até mesmo incompatíveis.” (BOBBIO, 1992, p. 14).

Retira-se desta forma a percepção de que os direitos presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos são incontestáveis e imutáveis, mas elaborações e formulações construídas, e reconstruídas, consensualmente pelos países que optam, livremente, por tornarem-se signatários deste documento, aceitando assim as eventuais punições decorrentes de seu descumprimento.

É neste movimento, de construção e reconstrução, que a Declaração Universal dos Direitos Humanos se modifica, se amplia e se transforma, avançando através de resoluções e tratados, vinculados a direitos e garantias específicas, no intuito de manter-se atual perante os novos desafios.

Este mesmo movimento ocorre tanto no campo internacional, quanto em âmbito local dos países signatários, compreendendo seus próprios sentidos, valores e conquistas sociais, econômicas e políticas direcionando a sua materialização em cada Estado. Estes valores precisam ser compartilhados orga-

nicamente entre a sociedade política e civil destes países, como em um Estado ampliado (Estado = sociedade política + sociedade civil) (GRAMSCI, 2000, p. 244) constituindo bases sólidas de consenso interno quanto a necessidade de seguir esses direitos para que eles venham a se incorporar a sociabilidade local.

Assim, é no movimento constante dos direitos humanos que encontramos o impeditivo para que preceitos internos e inerentes ao particularismo de cada país, ou nação, se estabeleçam como valores universais.

É na universalidade de diretrizes internacionais e na concepção da dignidade humana local que surge a possibilidade de uma pluralidade de garantias para que os direitos humanos se tornem possíveis.

Temos, portanto, diversas formas de garantir os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e ambientais, tendo nas formulações internacionais norteadores para o diálogo com as culturas e saberes locais. No caso deste trabalho, nos interessa o diálogo que se estabelece no campo do trabalho, emprego e renda, propiciado pela economia solidária.

Organização Mundial do Trabalho e a economia solidária

A Declaração Universal de Direitos Humanos trata em seu texto sobre a questão do direito ao trabalho em seu artigo XXIII, onde dispõe:

1 - Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.

2 - Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho. (DUDH, 2009, p. 13).

E ainda, aborda a questão em seu artigo XIV, que trata do direito ao repouso e lazer, indicando a necessidade da limitação de horas de trabalho e da implementação de férias remu-

neradas para garantir a manutenção dos direitos presentes no referido artigo.

A inclusão do direito ao trabalho na Declaração Universal dos Direitos Humanos permite que esse seja reconhecido como um dos direitos fundamentais ao ser humano, e o texto relativo ao trabalho indica a necessidade de que este seja implementado com garantias de que seja preservada a dignidade humana.

Ainda cabe destacar que o texto também auxilia no combate às diversas formas de preconceito, apontando que as condições de trabalho e renda devem ser igualitárias e sem nenhum tipo de distinção.

Nesse sentido, a Organização Internacional do Trabalho tem na DUDH o norteador para o desenvolvimento das suas resoluções e orientações para o campo do trabalho, e tem na economia solidária um dos pontos importantes para a garantia de formas de trabalho que tenham como foco a dignidade humana.

Segundo o VI relatório da OIT, proveniente da 110ª sessão da Conferência Internacional do trabalho realizada em 2022, existem três normas de trabalho internacionais que fazem referência a economia solidária (ESS):

A Recomendação (N.º 193) Sobre a Promoção das Cooperativas, 2002 enfatiza que uma sociedade equilibrada necessita da existência de setores público e privado fortes, assim como de um possante setor cooperativo, mutualista e outras organizações sociais e não governamentais. A Recomendação (N.º 204) relativa à Transição da Economia Informal para a Economia Formal (2015), reconhece as cooperativas e unidades da ESS como meios de facilitação da transição para a economia formal, ainda que também possam operar na economia informal. A Recomendação (N.º 205) sobre Emprego e Trabalho Digno para a Paz e a Resiliência, 2017 reconhece o papel de cooperativas e outras iniciativas da economia social na promoção da recuperação e na construção de resiliência. (RELATÓRIO VI, 2022, p. 7).

Através dessa produção normativa a OIT indica a economia solidária para além da construção e implementação de formas de trabalho vinculadas à dignidade humana, mas também uma importante ferramenta para o enfrentamento da crise econômica global que teve início em 2008 e que se agravou com a pandemia de COVID-19.

O Apelo Mundial à Ação da OIT por uma recuperação da crise da COVID-19 centrada no ser humano que seja inclusiva, sustentável e resiliente (2021) reconhece o papel da ESS para uma recuperação geradora de emprego e oportunidades de trabalho digno para todos. Assim, é o momento de discutir o valor acrescentado da ESS e o seu papel no avanço da justiça social através do trabalho digno e através da promoção do desenvolvimento sustentável. (RELATÓRIO VI, 2022, p. 7).

Seguindo os mesmos princípios dos direitos humanos, as resoluções provenientes da OIT seguem um movimento de discussão internacional, onde os interesses dos diversos países representados nesse espaço expõem as suas concepções, necessidades e possibilidades no campo do trabalho, objetivando a construção de um documento consensual. Este mesmo movimento deve ser realizado internamente em cada país, a fim de possibilitar a materialização do que está contido nos acordos internacionais firmados.

No que tange a economia solidária este é um ponto passível de grandes divergências, em especial quanto às necessidades e possibilidades no campo do trabalho pertinentes a cada país e mesmo conceitualmente quanto ao próprio entendimento do que viria a ser economia solidária. Este alerta aparece também no IV Relatório da OIT já na própria terminologia relacionada a economia solidária:

O termo, no entanto, não tem, atualmente, aceitação universal. Outros termos associados a ESS incluem, entre outros, “economia social”, “terceiro setor”, “empresa social”, “setor sem fins lucrativos”, “economia de solidariedade”,

“economia alternativa” e “economia popular”. (RELATÓRIO IV, 2022, p. 11).

Ainda nesse sentido, a OIT também alerta para a necessidade de que a economia solidária seja desenvolvida em respeito a diversidade cultural de cada espaço, corroborando com o princípio do diálogo entre os diferentes setores envolvidos, tanto internamente quanto internacionalmente.

Os diferentes termos refletem a diversidade das tradições. Dependendo do contexto, poderão alternar com a expressão “economia social e solidária” ou ter uma conotação mais ou menos próxima desta. Este relatório utiliza o termo “economia social e solidária” que é suficientemente amplo para acomodar as diversas tradições e realidades no seio de países e regiões. (RELATÓRIO IV, 2022, p. 11).

Obviamente este não é um desafio fácil de ser resolvido, e como consequência também se apresenta em estágios diferentes em cada parte do globo, com países e regiões em momentos diversos da discussão, alguns mais aprofundados e outros ainda traçando os primeiros passos para fomentar a discussão.

Desde a viragem do século, legislação sobre ESS foi adotada em pelo menos 20 países. A legislação nacional sobre ESS foi desenvolvida no Estado Plurinacional da Bolívia, Cabo Verde, Camarões, Colômbia, Costa Rica, Djibuti, Equador, França, Grécia, Honduras, Luxemburgo, México, Portugal, Roménia, Senegal, Eslováquia, Espanha, Tunísia, Uruguai e a República Bolivariana da Venezuela. **Outros países como, por exemplo, o Brasil**, a República Dominicana, a República da Coreia e a África do Sul, estão **atualmente a preparar políticas de ESS nacionais**. Determinados países, incluindo a Argentina (Entre Rios, Mendoza e Rio Negro), Bélgica (Bruxelas e Wallonia), Brasil (Minas Gerais, entre outros), Canadá (Québec) e Itália (Emilia Romagna, entre outros) adotaram legislação em ESS ao nível subnacional. Em muitos países, incluindo Chile, Mali e Nicarágua, foram adotadas leis conducentes à criação de instâncias responsáveis pelas questões relativas à economia social e solidária. (RELATÓRIO IV, 2022, p. 11 *grifos nossos*).

Contudo a OIT orienta que essa é uma discussão importante a ser realizada, uma vez que, o entendimento sobre as possibilidades de implementação da economia solidária não ocorre de forma desvinculada das demais políticas públicas, pelo contrário, essa é uma relação cujas partes se reforçam mutuamente, ou seja, uma economia solidária desenvolvida pode servir de estímulo à implementação de outras políticas, ao passo que sem essas políticas o seu desenvolvimento torna-se limitado.

É, portanto, na criação de um marco legal para a economia solidária que se encontram as diretrizes e bases para esse movimento correlato entre a economia solidária e as demais políticas, em uma regulação legal que pode determinar os limites e as possibilidades para seu desenvolvimento.

A IESol e a Economia Solidária no Brasil

O programa de extensão Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol) foi criado em 2005 pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) que chancelou a reivindicação de um coletivo preocupado e atento a esta temática.

Importante lembrar que fazem parte da equipe que participou deste movimento pessoas da instituição – servidores e estudantes – assim como membros da comunidade e representantes de entidades que até hoje são parceiras deste projeto tornado prática.

Desde seu início, portanto, a IESol tem a marca da participação e da implicação com as questões de sua época, vislumbrando na economia solidária não um alternativa passageira, assistencialista ou filantrópica, mas uma economia humana, justa, igualitária, democrática e comprometida com uma sociedade melhor.

O processo de incubação, objetivo precípua da IESOL, contempla o compromisso com esta proposta de uma nova sociedade, e por isso não se restringe a um acompanhamento téc-

nico – necessário, por suposto – mas insuficiente para lançar as bases de transformações sociais.

Desta forma, acolhe este debate em seu processo metodológico a partir das atividades de formação da própria equipe, num movimento que se traduz – ou deveria se traduzir – num efeito multiplicador para os coletivos com os quais trabalha. Outra via para este debate está direcionado ao núcleo de participação política, responsável pela mediação entre os EES e as instâncias participativas.

Os resultados têm mostrado que ainda há muito que caminhar neste sentido, pois a agenda de questões “práticas” costuma escamotear ou protelar este olhar mais amplo.

Num processo que se desenvolve com avanços e retrocessos, com desafios próprios de uma época em que convergem crises agudas e crônicas, estas ações carecem de um movimento local mais forte, espelhados em fóruns e conselhos pouco atuantes. Cabe à equipe da IESol não deixar-se paralisar, fomentando com paciência histórica e sem a pretensão de protagonizar estes espaços.

Neste sentido, reforça-se o imperativo de construção das redes de colaboração entre os diferentes segmentos que conformam a economia solidária como eixo essencial para que este desafio tenha resultados exitosos.

Não é demais lembrar que a economia solidária no Brasil é formada por um amplo e heterogêneo campo de experiências que congrega trabalhadores e trabalhadoras de três segmentos da sociedade. O mais importante deles é formado pelos empreendimentos econômicos solidários (EES); o segundo é composto por organismos públicos, e o terceiro por entidades de apoio.

Fazem parte do primeiro segmento os coletivos de trabalhadores e trabalhadoras organizados em cooperativas, associações, clubes de troca, feiras solidárias ou grupos informais, que orientam sua prática pelos valores da cooperação, solidariedade, igualdade e autogestão.

Quanto ao segundo segmento, nos referimos às estruturas governamentais criadas em âmbito municipal, estadual e federal que visam estimular a economia solidária através de políticas públicas. É o caso do governo federal que manteve entre 2003 e 2016 uma Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) como parte do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Há também estados e municípios que contam com estruturas de economia solidária em seus órgãos.

O terceiro segmento é composto por entidades apoiadoras da economia solidária, como ONGs, sindicatos, ramos da Igreja e as incubadoras universitárias. Convém ressaltar que estes três campos devem estar em permanente inter-relação para que, num trabalho em rede, possam fortalecer a economia solidária.

Há espaços que visam o diálogo e articulação destes três segmentos, como os fóruns, conselhos, conferências e plenárias, que se desdobram em encontros municipais, regionais, estaduais e nacionais, com repercussões para o avanço e fortalecimento das políticas públicas. Como uma política em construção, a economia solidária sofreu com o golpe de 2016 que levou a interrupção dos investimentos e desmantelamento das ações, com repercussões para os espaços de representação.

A SENAES, grande conquista para a economia solidária, foi extinta, gerando implicações negativas para a manutenção e incremento dos EES e da economia solidária no país. A descontinuidade do mapeamento através do sistema nacional de informações em economia solidária (SIES) impede que as variações quantitativas e o perfil dos EES e de seus trabalhadores sejam acompanhados, numa interrupção da série que contabilizou informações até 2013.

Não obstante as dificuldades com o retrocesso político, e sem o mapeamento para validar dados sobre a trajetória dos EES, é sabido que o movimento da economia solidária se ressentiu, mas não deixou de existir e de se mobilizar. Sem recair em um otimismo ingênuo, a tarefa é de avançar sobre o que está em construção, no que citamos a legislação sobre economia nacional.

No plano nacional, o projeto de Lei nº 4.685 de 2012, tramitando como projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 137 de 2017, vem enfrentando embates com implicações para a política de economia solidária conforme originalmente construída. Entre a aprovação de uma lei que já nasce com a imperiosa necessidade de mudança, ou avançar na discussão sob o risco de retardar sua aprovação, o movimento debruça-se sobre um dilema.

No estado do Paraná houve a aprovação da Lei 19.784 de 2018 sobre a Política Estadual de Economia Solidária e a posse das e dos conselheiros estaduais conforme Decreto 9.818 de 15 de dezembro de 2021, num processo ainda sem muitos avanços.

Os exemplos acima deixam à mostra que tanto a aprovação da lei como sua efetivação exigem a participação e pressão do movimento da economia solidária. É o caso ainda da VI Plenária de Economia Solidária que traz o tema “Economia Solidária: autogestão como estratégia de resistência e alternativa à crise do capitalismo, na luta pela radicalização da democracia”.

Embora os encontros regionais e estaduais já tenham sido realizados, a plenária nacional será concluída no final deste ano, e o documento provocador lança questões que estão sendo impostas pela realidade da crise e trazidas para discussão do movimento. De acordo com o documento:

Considerando que a V Plenária Nacional, realizada há nove anos, deliberou algumas resoluções para o movimento de economia solidária, temos que analisar e avaliar os encaminhamentos de desde então e com urgência debater na base do nosso movimento os desafios futuros, reafirmando nosso princípio primeiro que é a cultura da autogestão. (VI PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. 2022, p. 3).

O documento contempla o histórico e a avaliação do movimento, uma análise de conjuntura e propõe uma série de questões a serem debatidas, e dentre elas, destacamos: a informalidade, a seguridade e o próprio entendimento sobre a caracterização de um empreendimento econômico solidário, uma

vez que se questiona a possibilidade de incorporar empreendimentos individuais.

Problematizar e definir encaminhamentos para os pontos levantados requer a mobilização e a rearticulação das e dos participantes da economia solidária em seus três campos de representação, sem o qual corre-se o risco de ceder a um retrocesso de lutas e conquistas emancipatórias, ou ainda, ceder ao pessimismo e imobilismo diante da realidade da conjuntura atual. Ao fim e ao cabo, está em jogo a compreensão da economia solidária como uma alternativa de “vida melhor”, como nos ensinou Paul Singer (2002).

Em seu recente livro “O Futuro começa agora”, Boaventura de Sousa Santos aponta a articulação da pandemia do coronavírus com o sistema neoliberal, e além de denunciar esta afinidade e suas debilidades, avança para um cenário de possibilidades. Estas possibilidades estão encarnadas no que o autor denomina de experiências anticapitalistas, anticoloniais e antipatriarcais, e a economia solidária e popular se coloca entre elas, assim como os direitos humanos.

O autor propõe, na trilha de um “pensamento alternativo de alternativas” a formulação de uma “nova declaração de direitos e de deveres humanos”, e justifica o caráter de novidade:

Nova porque será construída da base para o topo e não do topo para a base. Será, por isso, cosmopolita e não abstratamente universal. É nova porque abrange com igual peso direitos e deveres. É nova porque os titulares de direitos não são apenas os humanos e as comunidades humanas, mas também a natureza enquanto vida não humana do planeta. (SANTOS, 2021, p. 252).

Neste sentido, explica:

Não se trata de uma nova declaração universal. Trata-se de uma Declaração Cosmopolita (DC) insurgente, construída a partir das experiências de libertação que sempre existiram e continuam a existir no mundo. Paradoxalmente, a nova declaração não é uma única declaração, é um conjunto de

declarações que se podem extrair da imensa experiência anticolonialista, antipatriarcal e antipatriarcal do mundo. A recolha dessas declarações é feita segundo o princípio de não desperdiçar experiência, o que nesse caso significa resgatar o valor de contextos negligenciados, suprimidos, humilhados pelo pensamento e pelas práticas hegemônicas. A nova DC não é uma declaração alternativa. É a alternativa às várias declarações pretensamente únicas e universais. (SANTOS, 2021, p. 254).

A advertência do autor corrobora o que mencionamos anteriormente: “As declarações não mudam o mundo. O que o pode mudar são as lutas sociais inspiradas pelas declarações”. (SANTOS, 2021, p. 280).

Assim, a luta pelo reconhecimento e potencialidade da economia solidária se coloca neste caminho juntamente como uma pluralidade de manifestações construídas, vivenciadas e geralmente invisibilizadas, mas que carregam as sementes de um futuro melhor.

Sementes que, para Boaventura, compõe o quadro em que a esperança pode vencer o medo através da luta para substituir as ruínas assim descritas:

Quando as fundações de qualquer estrutura, mesmo imaginada, se afundam, transforma-se em ruínas. Quando tudo parece estar em ruína, não há outra alternativa senão procurar nas ruínas, não só a memória do que já foi melhor, como sobretudo a desidentificação com o que no desenho das fundações contribuiu para a fragilidade da edificação. Esse processo consiste em transformar as ruínas mortas em ruínas vivas (ruínas-semente), e terá tantas dimensões quanto a socioarqueologia futuramente exigir. (SANTOS, 2021, p. 257).

A proposta de Boaventura de Sousa Santos vai no entendimento de aprofundar o diálogo entre os diferentes espaços locais, regionais, nacionais para que então se articule as resoluções e compromissos internacionais, em uma intensificação do processo democrático participativo e na materialização do

que ele denomina por “ecologia dos saberes” (SANTOS, 2007, p. 27).

Nesse sentido o Brasil é um espaço que apresenta ao menos duas características interessantes e que deveriam estar presentes na constituição de um marco legal para a economia solidária.

A primeira o potencial participativo brasileiro, que ganhou força após a promulgação da Constituição Federal de 1988 impulsionado pela implementação de conselhos, fóruns, congressos, orçamento participativo, entre outras ferramentas que procuram aproximar a sociedade civil dos espaços decisórios.

Seguindo no campo da pluralidade dos saberes, onde acreditamos que o Brasil ainda tem a avançar, no sentido de contemplar as diversas perspectivas e visões de mundo que se apresentam em território nacional, seja nos pertencentes aos povos originários, seja os que são frutos das diferentes composições regionais e culturais encontradas no Brasil.

Sem o acréscimo desses dois pontos, a elaboração de um marco legal tende a ser incompleta ou insuficiente para atender as necessidades da economia solidária no Brasil, pois sem um processo democrático radical e uma pluralidade de saberes setores importantes tendem a não se verem representados e contemplados pela promulgação do marco legal.

Considerações Finais

Pautar a associação entre economia solidária, direitos humanos, marco legal e processo de incubação é uma forma de revelar a dimensão da economia solidária e o tamanho do desafio que se coloca para quem, a partir de uma entidade de apoio como a IESol, se coloca a disposição para enfrentá-lo.

Como descrito aqui, as ações para a economia solidária necessitam de um olhar apurado em nível micro, desenvolvido junto aos empreendimentos, e um olhar macro, que abrange

a conjuntura e estrutura na qual esse processo se desenvolve, para que se tenha resultados mais amplos.

Nesse sentido, o estabelecimento de um marco legal para a economia solidária é um passo importante para estabelecer os limites e delinear as possibilidades para a economia solidária no Brasil. A construção de um marco legal só pode ocorrer dentro dos parâmetros estabelecidos pelos direitos humanos, norteadores dos tratados internacionais para o campo do trabalho como os elaborados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

É importante ressaltar que os direitos humanos, conforme elencados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) não são fixos, e se estabelecem dentro de formulações políticas por parte dos países signatários, de acordo com as concepções legislativas locais.

Adotamos, portanto, a mesma concepção de direitos humanos trazida por Boaventura de Souza Santos, por direitos que visem garantir a dignidade humana em respeito a cultura e sociabilidade de cada povo, traduzindo-se em um grande conjunto de construções multiculturais de acordo com a pluralidade de cada país ou região.

Assim, a incidência política é tarefa nossa, bem como a tradução de saberes e o debate incessante sobre o futuro que queremos. Isso parece ter ficado mais evidente com a crise da pandemia, que somada à outras, reforça o esgotamento deste sistema e a possibilidade e responsabilidade da atual geração com a construção de uma sociedade melhor. Para ficarmos com as palavras de Boaventura “transformar as ruínas mortas em ruínas vivas (ruínas-semente)”.

Nesta perspectiva não é salutar superestimar o alcance do processo de incubação, da mesma forma que não é prudente subestimá-lo. É preciso compreender esse processo de acordo com o conjunto de princípios pertinentes a economia solidária, visando desenvolver a atividade de incubação para além de uma simples alternativa para a geração de trabalho e ren-

da, mas como parte de uma atividade que busca desenvolver o campo democrático, de forma participativa, garantindo aos seus agentes um lugar de fala na construção das políticas públicas que abrangem a economia solidária.

A experiência da IESol tem mostrado que, em face de problemas urgentes e cotidianos, há uma forte tendência em protelar esta discussão. Talvez o desafio imposto está em fazê-las de modo concomitante, trazendo à luz as questões de fundo e problematizando suas reverberações para a vida das trabalhadoras e dos trabalhadores. Da mesma forma, é necessário contribuir para o debate público que não se encerre com os temas e atores dos grupos acompanhados, mas que alcance a comunidade em geral, posto que se trata de um projeto de sociedade. E neste sentido, o marco legal é uma expressão local da política universal de direitos humanos e da política nacional de economia solidária. É no âmbito local, portanto, que a IESol pode contribuir mais diretamente, sem desprezar sua atuação em outras esferas.

Referências bibliográficas:

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. 11. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, v. 3: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. Ed. e trad. de Carlos N. Coutinho. Coed. de Luiz S. Henriques e Marco A. Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalho digno e a economia social e solidária**. Relatório VI da 110.^a Sessão da Conferência Internacional do Trabalho - Trabalho digno e a economia social e solidária. Primeira edição, Genebra, Suíça, 2022. ISBN: 978-972-704-461-0 (web pdf).

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Conheça a OIT**. OIT Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/conheca-a-oit/lang-pt/index.htm>. Acesso em: 05 jan. 2023.

VI PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2022.

SANTOS, B. de S. **O futuro começa agora**: da pandemia à utopia. São Paulo: Boitempo, 2021.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos**. CEBRAP (79), nov. 2007.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.



A interdisciplinaridade em um Programa de Extensão

*Camila Sopko
Gislaine das Rosas
Reidy Rolim de Moura
Jéssica Gislaine das Neves
Lillian Cruvinel Torres*

Introdução

A Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol) é um programa de extensão permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. A extensão universitária na UEPG tem como objetivo a articulação da universidade com a comunidade, que é composta pelo tripé: ensino, pesquisa e extensão.

Esta articulação da universidade e da comunidade tem o objetivo de um trabalho interdisciplinar entre professores, técnicos e acadêmicos, o qual possibilita um maior conhecimento e desenvolvimento de outras realidades além das que a universidade promove.

Esse trabalho interdisciplinar que acontece na IESol é o objeto de estudo deste trabalho, uma vez que, esta prática possibilita realizar diálogos e partilhar conhecimentos com todos os envolvidos no processo.

Segundo Munhoz (2008), a ciência de orientação positivista traz um conhecimento disciplinar, que tende também a ser disciplinado. Ainda segundo a autora, que parafraseia Almeida e Pinto (1986), a feudalização do conhecimento implica na ausência de

buscas por complementaridade, e isso decorre da própria divisão social do trabalho e de como as profissões estão organizadas em trabalhar com segmentos específicos.

Essa forma de organização acaba por ser prejudicial quando se pensa que o conhecimento deve ser compartilhado e, consequentemente, ampliado. A interdisciplinaridade proporciona uma troca de conhecimentos que resulta na interação de profissionais das diversas áreas em busca da melhor solução para determinada demanda.

A interdisciplinaridade é uma abordagem colaborativa que integra várias disciplinas para solucionar problemas complexos. Essa abordagem permite que os profissionais de diferentes áreas trabalhem juntos, compartilhem conhecimentos e perspectivas distintas para produzir soluções inovadoras e eficazes. A interdisciplinaridade é fundamental para enfrentar desafios contemporâneos.

Segundo Morin (2000), o não compartilhamento dos saberes traz impedimentos no que se refere à compreensão da complexidade da totalidade. Isso se reflete de forma negativa quando pensamos na necessidade de compreensão do todo como uma forma de intervir em determinada realidade.

Sendo assim, esse trabalho apresentará o programa de extensão permanente Incubadora de Empreendimentos Solidários (IE-Sol) da Universidade Estadual de Ponta Grossa e como este programa se mostra como uma alternativa de êxito quando se fala em interdisciplinaridade. Assim, essa será uma pesquisa bibliográfica que contará brevemente a experiência da Incubadora e de seus participantes.

Também será abordado de forma teórica os conceitos de interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade, discutindo como essas formas de pensar-agir se mostram importantes para compreendermos as trajetórias e as realidades diversas que encontramos em nossa sociedade, para assim sermos capazes de ter uma melhor compreensão da totalidade que estamos imersos.

A Incubadora de Empreendimentos Solidários: o relato de uma experiência constante

A IESol deu início ao seu processo para se tornar uma incubadora tecnológica no ano de 2005. A partir disso, foi necessário a assessoria de uma incubadora já consolidada, um processo que se pode denominar como “Incubar para Incubar”. Essa etapa foi feita pela ITCP da Universidade Federal do Paraná, durante um ano.

O trabalho na IESol tem como objetivo a geração de trabalho e renda através da articulação com os grupos, podendo ser definido como: fomentar, organizar e consolidar os empreendimentos econômicos solidários tendo como foco a geração de renda para trabalhadores de acordo com os princípios da economia solidária. Sendo esta baseada no cooperativismo, associativismo, ajuda mútua, e seus valores na sustentabilidade, tais como valorização do trabalho humano, autogestão e do meio ambiente.

Atualmente a IESol é um programa de extensão vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais – PROEX, da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG/PR. O trabalho com grupos dentro da incubadora exige um saber ampliado, uma vez que, são diferentes demandas, necessidades e metodologias que cada grupo incubado exige. Sendo assim, a IESol trabalha adaptando-se à necessidade de cada um.

Defende-se que um processo de incubação é longo e não se tem data limite para encerrá-lo. Indo de acordo com a necessidade e as demandas que o grupo apresentar. Uma vez que são levadas em conta várias singularidades que o grupo pode manifestar durante o processo de incubação, tais como: renda mensal baixa, rotatividade grande entre seus membros, conflitos internos, dificuldades para adaptação com o trabalho em grupo, entre outros.

Desta forma, compreende-se que o processo de incubação traz demandas de diferentes profissionais trabalhando e interagindo entre si. As particularidades que um grupo pode trazer são diversas, ainda mais se considerarmos que todos os participantes terão direito a voz e voto. Os conflitos dentro de um grupo com autogestão são normais, uma vez que não há uma hierarquia onde a figura de um chefe manda e seus subordinados obedecem.

Todos os grupos atendidos pela IESol se enquadram nos critérios da economia solidária, para tanto é necessário seu entendimento, como pode-se compreender na citação abaixo:

Para compreender a lógica da Economia Solidária é fundamental considerar a crítica operária e socialista ao capitalismo. O que ela condena no capitalismo é antes de tudo a ditadura do capital na empresa, o poder ilimitado que o direito de propriedade proporciona ao dono dos meios de produção: todos os que trabalham na empresa só podem fazê-lo por ato de vontade do capitalista, que pode demitir qualquer um tão longo sua vontade mude. (SINGER; SOUZA, 2000, p. 13).

Compreende-se então a lógica de exploração que está implícita dentro do atual sistema socioeconômico. A teoria marxista defende que a exploração é inerente ao próprio sistema, já que o capitalismo se baseia na exploração da força de trabalho para gerar lucros. O trabalhador é obrigado a vender sua força de trabalho ao capitalista, que a utiliza para produzir mercadorias que serão vendidas no mercado. No entanto, o trabalhador recebe apenas uma parte do valor gerado por sua própria produção, enquanto o restante é apropriado pelo capitalista como lucro. Essa relação desigual entre capitalista e trabalhador é agravada pela existência de uma reserva de mão de obra, ou seja, um número de trabalhadores disponíveis no mercado de trabalho que é maior do que o número de vagas disponíveis. Isso leva a uma competição entre os trabalhadores por empregos, o que faz com que muitos aceitem trabalhar por salários muito baixos e em condições precárias.

A economia solidária vem para combater esse sistema de exploração e lucro, trazendo uma lógica de autogestão e solidariedade para os trabalhadores que estão inseridos dentro dessa lógica. Um modo de trabalho que não há a figura de chefe e que seus trabalhadores tenham autonomia e direitos de decisão igualmente entre todos.

O trabalho no contexto capitalista engloba um sistema de hierarquia, insegurança e exploração. Pode-se perceber diariamente isso através das cargas exaustivas de trabalhos e as demissões em massa que ocorrem constantemente, essa lógica traz instabilidade

e insegurança aos trabalhadores envolvidos, uma vez que se submetem a condições que os empregadores definem.

A economia solidária vai ao contrário a qualquer tipo de exploração, ela busca uma sociedade justa e ética, os princípios da economia solidária podem ser entendidos conforme Singer e Souza (2000, p. 19):

1. [...] democracia na sociedade, para cada sócio um voto,
2. A sociedade seria aberta para quem quisesse participar, desde que integrasse a cota de capital mínima igual para todos;
3. Qualquer dinheiro investido na cooperativa seria remunerado por taxa de juro, mas não daria a seu possuidor qualquer direito adicional de decisão;
4. Tudo que sobrasse da receita, deduzidas todas as despesas, inclusive o juro, seria distribuído entre os sócios em proporção às compras que fizessem na cooperativa;
5. Todas as vendas seriam à vista;
6. Os produtos vendidos seriam sempre puros e de qualidade;
7. A sociedade deveria promover a educação dos sócios nos princípios do cooperativismo.
8. A sociedade seria neutra política e religiosamente.

Desta forma, compreende-se como se dá o trabalho dos cooperados nos princípios da economia solidária. Quando falamos em solidariedade não estamos falando apenas da solidariedade para os membros do grupo, mas sim em uma forma que engloba os consumidores dos produtos dos empreendimentos econômicos solidários. A democracia está presente tanto nas distribuições de renda quanto nas decisões que o empreendimento deve tomar.

A forma de decisão de um empreendimento econômico solidário, segundo Singer e Souza (2000), é ou deveria ser totalmente diferente de uma empresa capitalista, uma vez que pressupondo que esta teria menos conflitos, pois todos esses seriam resolvidos abertamente entre todos. Em relação à prestação de contas, no empreendimento econômico solidário, isso deve estar disponível para todos os membros e visando a participação de todos nas tomadas de decisões.

Nós costumamos definir Economia Solidária como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela

igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de Economia Solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto.

Retomando a abordagem inicial sobre a IESol, entende-se as inúmeras dificuldades que a Incubadora passou e ainda passa no decorrer destes anos, exemplo disso: a falta de verbas regulares para aquisição de materiais para os grupos e contratação de profissionais, essa fragilidade financeira, prejudica o trabalho, uma vez que então, existe uma rotatividade dos profissionais e alunos que compõe o quadro de trabalho da incubadora.

A questão monetária é essencial para os grupos, uma vez que estes têm demandas de materiais e equipamentos que são necessários para sua rotina laboral.

Mesmo com essas dificuldades a IESol mantém seu trabalho há mais de uma década e seus recursos provém majoritariamente de editais do governo estadual e federal, como por exemplo: Universidade Sem Fronteiras (USF), Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), Petrobras, entre outros.

É importante salientar que esses recursos se tornam mais escassos dependendo do governo nacional e/ou estadual, o que faz com que a incubadora tenha momentos onde há mais ou menos recursos e isso implica necessariamente no número de profissional contratados e de recursos disponíveis para os grupos e para o programa de extensão em si.

Mesmo com essa rotatividade a IESol se mostra como uma alternativa de êxito quando se fala em interdisciplinaridade e economia solidária, uma vez que vários grupos entraram e ainda permanecem dentro do programa, como também há grupos os quais já encerraram seu processo de incubação e seguem com sua própria autonomia.

Ademais, em relação a interdisciplinaridade, a trajetória da IESol, frente a distintos desafios, realidades dos coletivos de

trabalho, áreas de saber e com profissionais de diversas áreas de formação, optou-se por trilhar um caminho à muitos pés, por meio da busca de construir saberes e ações interdisciplinares e transdisciplinares.

Compartilhando saberes: a interdisciplinaridade como um modelo de êxito

O conhecimento disciplinar está presente na formação de conteúdo e principalmente na formação profissional. Basta-se perceber as especializações de pós-graduação, onde cada vez mais pessoas buscam um conhecimento específico, fragmentado, o qual será sua “especialidade”.

Porém, segundo Japiassu (1994) o conhecimento disciplinar tem se mostrado um lamentável esfacelamento do saber, o qual, há uma fragmentação cada vez maior do horizonte epistemológico.

O saber em migalhas revela uma inteligência esfacelada. O desenvolvimento da especialização dividiu ao infinito o território do saber. Cada 10 especialista ocupou, como proprietário privado seu minifúndio de saber, onde passa a exercer, ciumenta e autoritariamente, seu mini-poder. Ora, ao destruir a cegueira do especialista o conhecimento interdisciplinar vai recusar o caráter territorial do poder pelo saber. (JAPIASSU, 1994).

Esse descolamento do conhecimento é chamado por Morin (2015) de disjunção da ciência, a qual, no ocidente, se fez pela construção de conhecimentos isolados: ciências da natureza, ciências exatas, ciência do homem e ciência filosófica. Para o autor esta disjunção somente é capaz de propiciar uma ciência cega e sem autorreflexão, já que a ciência filosófica não atua integrada às demais áreas.

Todavia, sabemos que a construção da hiperespecialização ocorreu pela necessidade de se fugir do genérico, do simplório, que também é um problema. Para Morin (2015) esta simplificação caracteriza-se enquanto redução, “o pensamento simplificador [...] unifica abstratamente ao anular a diversidade, ou, ao contrá-

rio, justapõe a diversidade sem conceber a unidade”. (MORIN, p. 12, 2015).

Então, como construir um conhecimento que seja mais abrangente e ao mesmo tempo não reducionista? É um desafio, que pode ser superado pelos caminhos da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

A realidade do mundo não é simples, nem mesmo fragmentada, ela é complexa e com uma intensa diversidade. Desta forma, para analisar e intervir em questões do mundo, é preciso a construção de um agir-pensar complexo, buscando a totalidade sendo formada por diversos olhares. Não é possível conhecer a realidade em sua totalidade, mas com olhar crítico existe a possibilidade de chegar o mais perto possível.

De forma geral, percebe-se que majoritariamente o conhecimento disciplinar faz parte da formação das universidades brasileiras. Existe uma fragmentação dos conhecimentos, uma vez que acadêmicos e universidades procuram cada vez mais especializações, que traz um conhecimento específico. A disciplinaridade remete a uma produção do conhecimento a qual não é compartilhada, o saber remete apenas para quem o detém.

Também é preciso compreender sobre os conhecimentos técnicos, os quais deixam de exigir a criticidade sobre a realidade em que vivemos. Um conhecimento puramente técnico é disciplinado e feudalizado, tornando-se apenas uma mão de obra para o sistema capitalista.

Essa “feudalização” se reforça tanto em decorrência da própria divisão social do trabalho, quanto pela concepção organicista do universo de profissões como uma soma de partes cuja função é dar conta de segmentos específicos e aparentemente isolados da vida do homem na sociedade – e não como responsáveis pela consecução de uma teleologia maior em relação ao homem e à sociedade. A partir dessa mesma representação, as instituições também cobram especificidade e, mais, valorizam o profissional pela especificidade. É uma contradição que precisa ser reconhecida e enfrentada! (MUNHOZ, 2008, p. 125).

Questões como essas são visualizadas no cotidiano das formações profissionais, é o caso das universidades públicas e privadas no Brasil onde cada vez mais há cursos de especializações, como também o mercado de trabalho busca profissionais que possuam um conhecimento disciplinar e fragmentado.

Sendo assim, é importante compreender que quando se fala em interdisciplinaridade entende-se como a interação e a troca de saberes, sendo essa fundamental, uma vez que, vivemos em uma sociedade com suas complexidades e diferenças, e o conhecimento tido como positivista acaba por não responder todas as problematizações e particularidades que fazem parte do cotidiano social.

Sabemos que o trabalho interdisciplinar propriamente dito supõe uma interação das disciplinas, uma interpenetração ou interfecundação, indo desde a simples comunicação das idéias até a integração mútua dos conceitos (contatos interdisciplinares), da epistemologia e da metodologia, dos procedimentos, dos dados e da organização da pesquisa. É imprescindível a complementação dos métodos, dos conceitos, das estruturas e dos axiomas sobre os quais se fundam as diversas disciplinas (JAPIASSU, 1994, p. 2).

Fazenda (2008) considera que o conceito de interdisciplinaridade surge no final de 1970 e está ligado diretamente ao conceito de disciplina, na qual várias estão ligadas a um mesmo objeto. Também é preciso que os investigadores tenham uma problemática em comum e a partir disso a interdisciplinaridade tenha uma ação com um conhecimento coletivo para sua solução.

É preciso compreender que um trabalho interdisciplinar remete a valorização de todo saber, e ao entendimento que estes são diferentes um do outro, mas se complementam dentro de uma determinada realidade.

Desta forma, pode-se compreender que a interdisciplinaridade traz um enriquecimento dos saberes, uma vez que ele não se limita a um conhecimento, ele procura uma intensificação e um compartilhamento dos saberes de todos aqueles que estão envolvidos.

Carlos (2007) faz uma discussão referente às concepções de interação entre as disciplinas, uma vez que estas podem acontecer em níveis de complexidade diferentes. Ainda segundo Carlos (2007) essa classificação foi definida por Eric Jantsch e sofreu modificações de Hilton Japiassú, considerados referências na discussão de interdisciplinaridade no Brasil.

Um dos níveis dessa interação entre os saberes, segundo Carlos (2007) é a multidisciplinaridade, sendo o primeiro nível de incorporação entre os saberes disciplinares, sendo caracterizada por Japiassú como uma ação paralela de um conjunto de disciplinas que têm um mesmo ponto em comum “Essa atuação, no entanto, ainda é muito fragmentada, na medida em que não se explora a relação entre os conhecimentos disciplinares e não há nenhum tipo de cooperação entre as disciplinas” (CARLOS, 2007, p. 163).

Na multidisciplinaridade ainda segundo o autor (2007) as disciplinas encontram-se em um mesmo nível hierárquico, mas não há nenhuma ligação entre os conhecimentos, desta forma, considera-se que na multidisciplinaridade não há nenhuma ordenação entre os saberes.

Um outro nível de interação dos saberes é a pluridisciplinaridade, que Carlos (2007) considera que há um tipo de interação entre os saberes interdisciplinares “há uma espécie de ligação entre os domínios disciplinares indicando a existência de alguma cooperação e ênfase à relação entre tais conhecimentos” (CARLOS, 2007, p. 163).

Segundo Carlos (2007) analise-se que a interdisciplinaridade é o terceiro nível de interação entre as disciplinas, na qual existe contribuição e diálogo entre os diferentes saberes, mas isso acontece através de uma ação coordenada.

Durante o ensino, a educação do aluno é construída de forma fragmentada entre as disciplinas, mas quando existem projetos educacionais que trabalham de forma interdisciplinar, esses projetos constroem novas oportunidades de conhecimento para os alunos, pois diversos cursos estão envolvidos, segundo Carlos (2007, p. 11), “essas atividades promoviam uma espécie de “abertura” do

currículo, uma flexibilidade que permitia aos alunos descobrir outras áreas de interesse.”

A prática da interdisciplinaridade demanda tempo e organização educacional entre os professores das disciplinas que estão participando em conjunto. Essa prática é rica para os alunos, e Silva (2019), menciona que as oportunidades precisam ser desenvolvidas para que os alunos possam desenvolver suas habilidades e trabalhar de maneiras diferentes.

[...] a interdisciplinaridade deve ser compreendida a partir de uma abordagem relacional, em que se propõe que, por meio da prática escolar, sejam estabelecidas interconexões e passagens entre os conhecimentos através de relações de complementaridade, convergência ou divergência (BRASIL, 2002, p. 22).

É preciso sinalizar que a educação não pode ser aplicada de forma fragmentada, ela deve abranger todos os seus campos, é preciso um mergulho mais profundo no ensino e na aprendizagem, portanto, com a interdisciplinaridade inserida nesse contexto, pode-se trabalhar com um viés totalmente diferente, agregando conhecimentos significativos que vão desenvolver e capacitar os envolvidos, intensificando e agregando os conhecimentos. “nesse sentido, acreditamos na importância da interdisciplinaridade por defendermos que se trata de uma abordagem natural diante do conhecimento que não é fragmentado e nem tampouco isolado” (CARLOS, 2007, p. 16).

Quando os projetos são trabalhados em conjunto com várias outras disciplinas, estando abertas a novos saberes, isso contribui para a intervenção, buscando a mudança e transformação de uma determinada realidade.

A interdisciplinaridade deve ir além da mera justaposição de disciplinas e, ao mesmo tempo, evitar diluição delas em generalidades. De fato, será principalmente na possibilidade de relacionar as disciplinas em atividades ou projetos de estudo, pesquisa e ação, que a interdisciplinaridade poderá ser uma prática pedagógica e didática adequada [...] (BRASIL. 2002, p. 76).

A interdisciplinaridade vem com um viés completamente diferente da disciplinaridade, porque o profissional não precisa seguir um manual e sim, trocar conhecimentos com outras ciências, articulando experiência e saberes, “[...] dizemos que na interdisciplinaridade há cooperação e diálogo entre as disciplinas do conhecimento [...]” (CARLOS, 2007, p. 164).

Aplicar a interdisciplinaridade é um grande desafio, pois primeiramente os profissionais precisam estar abertos a trocar conhecimento com outras disciplinas, essa troca tem que ser mútua. O profissional vai colaborar com o seu conhecimento, mas também vai receber novos conhecimentos, os quais poderão ser colocados em prática para os objetivos educacionais.

[...] acreditamos que a riqueza da interdisciplinaridade vai muito além do plano epistemológico, teórico, metodológico e didático. Sua prática na escola cria, acima de tudo, a possibilidade do “encontro”, da “partilha”, da cooperação e do diálogo e, por isso, somos partidários da interdisciplinaridade enquanto ação conjunta dos professores (CARLOS, 2007, p.168).

Com tudo o que foi mencionado, vemos a importância da interdisciplinaridade para a vida acadêmica dos alunos, pois, essa é a forma para eles se aprofundarem no conhecimento e serem capazes de analisar os problemas e contribuir com uma solução. Durante toda sua trajetória, a IESol traz a importância da interdisciplinaridade para a construção de conhecimento, e também para a atuação profissional com os grupos. Estes são heterógenos, formados por pessoas com culturas, costumes, idade, etnia diferentes, ou seja, existe a necessidade da atuação de diferentes conhecimentos.

Além do profissional, os sujeitos também precisam estar abertos para os novos conhecimentos, visto que, haverá a interação das outras disciplinas participantes de uma determinada intervenção, e essa interação traz um imenso ganho curricular.

Segundo Silva (2019) Diante desse mundo globalizado em que vivemos apresenta-se um desafio atrás do outro, para isso precisa-

-se entender que a educação pede mudanças, pede o rompimento desse sistema tradicional de ensino.

Por fim podemos compreender a transdisciplinaridade, sendo entendida como: “A transdisciplinaridade representa um nível de integração disciplinar além da interdisciplinaridade. Trata-se de uma proposta relativamente recente no campo epistemológico” (CARLOS, 2008, p. 164).

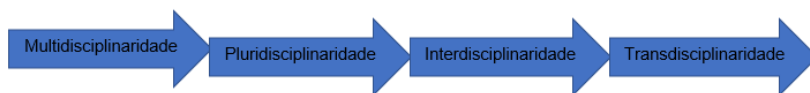
A transdisciplinaridade compreende uma nova forma de pensar o saber, o qual transborda o conhecimento, ocorrendo uma integração de várias disciplinas. Segundo Japiassú (2016) compreende que o mundo está cada vez mais complexo e com mais contradições, por isso se faz necessário a compreensão do mundo e do ser humano através de todos os seus ângulos, suas dimensões e suas ambiguidades, buscando uma visão transcultural e trans-histórica

[...] e o sonho transdisciplinar não somente nos ajuda a desmontar metodicamente o velho edifício da razão fechada, fonte de "verdades" acabadas e absolutas, de visões dogmáticas e moralistas do mundo que alimentam os renascentes integristas e fundamentalismos, mas a nos libertarmos do medo, inclusive do medo de nossos próprios desejos. Claro que os verdadeiros Topos (lugar) do Transdisciplinar ainda não existem em nenhum mapa-mundi do saber. É um lugar inteiramente u-tópico: transcende nossos conhecimentos (JAPIASSU, 2016, p.3).

Segundo Santos (2005) a transdisciplinaridade está ligada a uma nova forma de pensar cientificamente e culturalmente, uma vez que se compreende a vida, a natureza e a humanidade de uma nova forma.

[...] Ela busca a unidade do conhecimento para encontrar um sentido para a existência do Universo, da vida e da espécie humana. Se a Ciência Moderna significou uma mudança radical no MODO DE PENSAR dos homens medievais, a transdisciplinaridade, hoje, sugere a superação da mentalidade fragmentária, incentivando conexões e criando uma visão contextualizada do conhecimento, da vida e do mundo (SANTOS, 2005, p. 2)

Como foi abordado durante todo esse artigo, há níveis crescentes das relações e interações entre as disciplinas, podendo ser mais bem visualizada no esquema abaixo, o qual foi elaborado por Carlos (2007, p. 170) e foi adaptado esta apresentação:



Fonte: CARLOS, (2007) p. 170

Adaptação: as autoras

Por fim, Japiassú (2016) coloca que a transdisciplinaridade dissolve as razões e verdades fechadas e absolutas, tais como as verdades dogmáticas, buscando pontos de vistas os quais sejam interativos, respeitando as diferenças que existem em cada uma.

Sendo assim, é importante ressaltar o quanto o ensino fechado e positivado pode acabar não sendo a melhor opção. Vê-se cada vez mais a necessidade de interação com os diferentes conhecimentos para conseguir atender as diferentes demandas que a sociedade nos coloca. Experiências como as da IESol, são exemplos de como a interdisciplinaridade pode vir para acrescentar e melhorar as experiências com trabalhos em grupos.

Considerações finais

Vivemos em um sistema em que os seres humanos precisam estar constantemente produzindo mercadorias para o sistema, e mesmo assim, há aqueles que são excluídos do mercado formal de trabalho, uma vez que isso é necessário para manutenção do sistema capitalista. Dentro desse sistema não há espaço para todos e a desigualdade é uma de suas consequências. Sendo assim, a economia solidária apresenta um combate ao capitalismo, ao mesmo tempo que inclui esses sujeitos no complemento e formação de renda, pois ela compreende a necessidade do trabalho com a teoria e prática.

A lógica de saber positivado é algo que a IESol também ultrapassou e procura ultrapassar cada vez mais. Houve momentos na incubadora em que reunia uma grande diversidade de professores, alunos e técnicos, com as mais diversas formações, infelizmente essa pluralidade não é constante, já que a dificuldade com financiamentos e editais é algo presente dentro do programa de extensão.

Através do exposto aqui neste artigo, sabe-se que há muito o que caminhar, principalmente em um país em que a valorização disciplinar se mostra cada vez mais recorrente, porém é inegável o quanto a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade mostram-se como alternativas importantes para a construção do conhecimento, sendo assim, existe a necessidade de cada vez mais romper com essa disciplinaridade que nos mantém limitados e hierarquizados dentro de determinados conhecimentos.

A IESol durante toda sua trajetória mostra-se como um programa o qual busca romper com esse saber positivista e valorizar todos os tipos de conhecimentos, os quais são diferem-se um dos outros, mas complementam-se na realidade social, e é através dessa complementação que pode chegar-se a uma totalidade, e assim transformar uma realidade.

A combinação de interdisciplinaridade e economia solidária é crucial para atender às necessidades locais e enfrentar os desafios contemporâneos. A interdisciplinaridade permite que as soluções da economia solidária sejam mais abrangentes e eficazes, pois reúne profissionais de diferentes áreas para trabalhar juntos na construção de soluções inovadoras. Além disso, a economia solidária fornece uma base ética e socialmente responsável para as soluções interdisciplinares, ajudando a garantir que elas sejam justas e equitativas.

Em resumo, a combinação de interdisciplinaridade e economia solidária é uma abordagem poderosa para solucionar problemas complexos e promover o desenvolvimento local e o bem-estar social. Ao reunir conhecimentos e perspectivas distintas, essa abordagem permite a construção de soluções inovadoras, eficazes

e éticas para enfrentar os desafios contemporâneos e promover o desenvolvimento sustentável.

Referências bibliográficas

CARLOS, Jairo Gonçalves. **Interdisciplinaridade no Ensino Médio: desafios e potencialidades**. 2007. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. IINTERDISCIPLINARIDADE ETRANSDISCIPLINARIDADE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES. **Revista do Centro de Educação e Letras**, Foz de Iguaçu, v. 10, n. 1, p. 93-103, 01 jul. 2008. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4146/3191>. Acesso em: 01 set. 2022.

JAPIASSU, Hilton. A questão da interdisciplinaridade. Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, em julho do 1994. Disponível em: <http://sme-duquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Artigos%20Diversos/interdisciplinaridade-japiassu.pdf>. Acesso em: 26 de ago. 2022

JAPIASSU, Hilton. O SONHO TRANSDISCIPLINAR: artigo especial. **Revista Desafios**, [s. l], v. 3, n. 1, p. 3-9, 23 set. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/55429/Downloads/admin,+Gerente+da+revista,+0.pdf>. Acesso em: 07 set. 2022.

MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. trad. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MUNHOZ, .Divanir Eulália Naréssi. A MULTI À INTERDISCIPLINARIDADE: A SABEDORIA NO PERCURSO DA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO. **Revista do Centro de Educação e Letras**, Foz de Iguaçu, v. 1, n. 10, p. 123-133, 01 jul. 2008. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4148/3193>. Acesso em: 25 ago. 2022.

SANTOS, Akiro. **O QUE É TRANSDISCIPLINARIDADE**. Rio de Janeiro, 22 ago. 2005. Disponível em: http://ufrj.br/leptrans/arquivos/O_QUE_e_TRANSDISCIPLINARIDADE.pdf. Acesso em: 20 ago. 2022.

SILVA, C. R. da. INTERDISCIPLINARIDADE: CONCEITO, ORIGEM E PRÁTICA. **Revista Artigos.Com**, v. 3, p. e1107, 16 jun. 2019.

SINGER, Paul. SOUZA, André Ricardo de. (Org.). **Economia Solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo, Conexto, 2000.

_____, Paul. Economia Solidária: entrevista com Paul Singer. **Estudos avançados**. v. 22, n. 62, p. 289 – 314. 2008.



Gênero, interseccionalidade e economia solidária: um debate necessário

*Camila Sopko
Reidy Rolim de Moura*

Atualmente as discussões sobre gênero e feminismo têm se mostrado cada vez mais fortes e constantes, assim como discute-se sobre as desigualdades e opressões na sociedade capitalista. Esse artigo tem como objetivo discutir sobre o gênero, economia solidária e a interseccionalidade, uma vez que, é de extrema importância discutir sobre gênero, raça e classe, como também as questões coloniais e Históricas, que são heranças das desigualdades que perpetuam até os dias de hoje.

O modelo econômico capitalista traz uma ideia de lucro e exploração, em que há aqueles que são donos dos meios de produção e os que vendem sua mão de obra. Sendo assim, a economia solidária surge como uma nova economia, incluindo estes sujeitos no mercado de trabalho e combatendo a lógica de desigualdade e exploração.

Dentro dessa lógica de exploração e lucro, pode-se observar as questões referentes à exploração de mulheres, pobres, negras, periféricas, trans etc. esses marcadores sociais trazem questões interseccionais as quais precisam ser abordadas.

Nesse sentido, traz-se a importância de discutir a interseccionalidade. Crenshaw (2002) faz uma importante contribuição

em relação ao termo interseccionalidade. A autora considera que a garantia de direitos para todas as mulheres precisa de uma análise das várias formas pelas quais o gênero intersecta-se com uma gama de outras identidades e do modo pelo qual essas intersecções contribuem para a vulnerabilidade particular de diferentes grupos de mulheres.

Desta forma, esta será uma pesquisa bibliográfica que tem como objetivo trazer o debate sobre gênero, interseccionalidade e economia solidária, uma vez que economia solidária tem entre seus princípios a autogestão e essa traz para as mulheres a autonomia e participação, situação das quais muitas vezes elas são excluídas.

Gênero, raça e classe: uma abordagem das desigualdades no cenário brasileiro

O Brasil se enquadra no sistema capitalista, que traz como contexto a exploração dos trabalhadores e a desigualdade entre a população. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, em 2021, os 50% mais pobres da população recebiam em média R\$ 415,00 por mês. Já o 1% mais rico recebia uma média de R\$ 15.940 por mês. Na prática, o 1% mais rico recebe 38,4 vezes o que metade dos brasileiros ganham por ano. Assim, a percepção é de que o capitalismo enriquece uma minoria da população e, ao mesmo tempo, mantém a maioria sob exploração.

Porém, questões referentes às desigualdades no cenário brasileiro são históricas, fazemos parte de um país que foi explorado e colonizado por séculos e essa herança de desigualdade é reproduzida até os dias de hoje. José Murillo de Carvalho em seu livro *Cidadania no Brasil: um longo caminho* traz a seguinte afirmação:

Em três séculos de colonização (1500-1822), os portugueses tinham construído um enorme país dotado de unidade territorial, linguística, cultural e religiosa. Mas tinham também deixado uma população analfabeta, uma sociedade es-

cravocrata, uma economia monocultora e latifundiária, um estado absolutista. À época da independência, não havia cidadãos brasileiros, nem pátria brasileira (2002, p. 18).

Ou seja, o contexto desigual acima citado não é novidade para um país que viveu por anos sem autonomia e a herança histórica foi de exploração e desigualdade. Outrossim, o capitalismo avança dentro de uma lógica que deixa uma população majoritariamente sofrer processos de desigualdade social e econômica, exemplo disso, estão as mulheres, principalmente as negras e pobres.

Podemos considerar que as desigualdades se dão por diferentes questões, sendo essas: sociais, econômicas, de raça/etnia e de gênero. Em relação as questões de gênero, os dados do Dieese (2021) trazem as desigualdades salariais enfrentadas por mulheres no segundo trimestre de 2021. Enquanto o rendimento médio de um homem não negro é de R\$ 3.471,00, o do homem negro é de R\$ 1.968,00. No caso das mulheres não negras, a média é de R\$ 2.674,00 e, entre as mulheres negras, de R\$ 1.617,00.

Arruza, Bathattaacharya e Fraser (2019, p. 78) trazem importantes reflexões no que se refere ao capitalismo ser racista e colonial. “Por razões sistêmicas, o capitalismo sempre criou classes de seres humanos racializados, que têm sua pessoa e seu trabalho desvalorizados e submetidos a expropriação.

Em relação as desigualdades por raça, bell hooks (2019) compreende que para viver em uma sociedade mais justa é preciso compreender as conexões entre machismo e racismo.

Necessitamos de uma visão revolucionária da libertação negra, partindo de um ponto de vista feminista e que seja capaz de abordar as condições das pessoas negras.

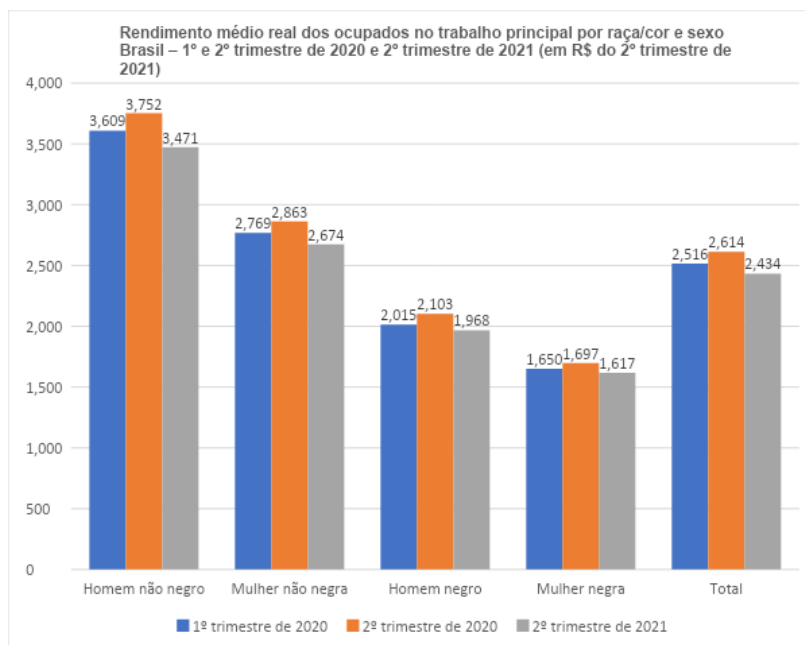
Qualquer indivíduo comprometido com a resistência contra políticas de dominação e em favor da erradicação do machismo e do racismo reconhece a importância de não promover uma competição mutualmente excludente entre sistemas opressores. (hooks, 2019, p. 142).

Como supracitado, reconhece-se que tanto as desigualdades de gênero e raça produzem dois sistemas opressores, sendo estes o racismo e o machismo.

O Brasil tem sua história marcada por um sistema escravocrata e patriarcal e seus reflexos perduram e são reproduzidos até hoje, uma vez que estamos dentro de uma sociedade formada por classes onde há oprimidos e opressores. Desta forma, a exclusão e a desigualdade não são processos isolados, eles carregam questões históricas de opressão que são visualizadas, perpetuadas e naturalizadas até os dias de hoje.

Os reflexos das atuais desigualdades no Brasil podem ser observados no quadro abaixo:

Tabela 1. Rendimento médio real dos ocupados no trabalho principal por raça/cor e sexo
Brasil – 1º e 2º trimestre de 2020 e 2º trimestre de 2021
(em R\$ do 2º trimestre de 2021)



Fonte: IBGE, PnadC. Elaboração: DIEESE (2021).
Dados: trabalhados pelas autoras.

Com os dados acima, pode-se observar o quanto as questões de gênero e raça caminham juntas. Durante o último ano o maior rendimento médio foi de homens não negros, oscilando na média do valor de R\$3.609,00 entre R\$ 3.471,00. Seguido da mulher não negra que têm sua renda nos valores oscilando entre R\$ 2.769,00 e R\$ 2.674,00. Posterior a isso tem-se o homem negro recebendo os valores médios de R\$2.015,00 e R\$1.968,00. Por fim, a mulher negra que se encontra recebendo os valores R\$1.650 e R\$1.617,00.

Através dos dados do Dieese, percebe-se a vulnerabilidade entre raça e gênero, uma vez que a mulher negra é a que tem a menor média em relação à renda.

É importante ressaltar ainda, que segundo os dados do Dieese (2021) o Brasil tem uma população de 55% de pessoas negras, ou seja, o território brasileiro é ocupado majoritariamente por pessoas que sofrem a exclusão social e econômica em seu cotidiano.

Trabalho, economia solidária: principais aspectos

Karl Marx em seu livro “Crítica do programa de Gotha” (2012) em seu primeiro capítulo considera a seguinte citação “O trabalho é a fonte de toda riqueza e de toda cultura, e como o trabalho útil só é possível na sociedade e por meio da sociedade, o fruto do trabalho pertence inteiramente, com igual direito, a todos os membros da sociedade” (MARX, 2012, p. 23).

É através desse debate que se inicia que são necessários importantes apontamentos, uma vez que Marx (2012) considera que a natureza é fonte dos valores de uso, e o trabalho acaba por ser exteriorização da força de trabalho humana. Marx (2012) compreende que o trabalho é fonte de toda riqueza, ninguém pode se apropriar de riqueza que não seja fruto do trabalho, portanto, se alguém não trabalha e esse mesmo tem uma fonte de riqueza, compreende-se então que ele vive do trabalho alheio e se apropria de sua riqueza e sua cultura.

O fruto do trabalho e da riqueza pertence ao trabalhador que nela despendem seu tempo, energia e recurso para manutenção da sociedade. Mas trabalho nenhum e riqueza nenhuma é construída sem a natureza e seus meios de exploração para tal, principalmente em uma sociedade de excedentes.

Segundo Singer (2002) a economia solidária surgiu posterior ao capitalismo industrial. Nesse contexto a exploração do trabalho industrial não tinha limites, a exploração do trabalho infantil era naturalizada, como também as jornadas de trabalho eram exaustivas.

No Brasil a economia solidária surge em um contexto de lutas onde a população encontra-se afetada pelo capitalismo, e esta por estar excluída do mercado formal de trabalho procura encontrar novas formas de sobrevivência.

Amorim e Araújo (2004) consideram que nos anos de 1980 houve uma ruptura do desenvolvimento do mercado de trabalho brasileiro, aumentando o número de trabalhadores sem carteira assinada e dos pequenos trabalhadores por conta própria. Segundo as autoras, a partir da metade de 1990 pode-se caracterizar como um período o qual há precarização e dificuldade na geração de emprego. A Constituição Federal de 1988 significou nesse momento um avanço em relação aos direitos sociais e a proteção do trabalhador, mas ao mesmo tempo as dificuldades foram maiores que os avanços em relação à capacidade de intervenção do estado nas questões econômicas e sociais na vida dos trabalhadores brasileiros.

O aumento do desemprego é causado principalmente pelo desempenho da economia, que não conseguiu estabelecer períodos de crescimento sustentado ao longo dos últimos 20 anos. Outro fenômeno importante por trás do problema do desemprego é a destruição de postos de trabalho ocasionada pela reestruturação produtiva das empresas brasileiras (fenômeno observado notadamente na indústria), um processo desencadeado, em grande parte, como reação à abertura comercial iniciada no início da década de 1990 (AMORIM E ARAÚJO, 2004, p. 47).

Ronconi (2003, p. 13), afirma que as tentativas do Estado Brasileiro intervir na economia diante da crise de desemprego que estava ocorrendo não estavam diminuindo questões de pobreza e desigualdade.

[...] É nesse contexto de ineficiência de intervenção estatal que se consta o crescimento de busca de alternativas de sobrevivência da população excluída, principalmente do mercado formal de trabalho, e o surgimento de novas formas de organização da sociedade civil que se expandem e procuram atender as necessidades, prestar serviços e defender os interesses dessa população. A partir dos anos de 1990, pode se observar a difusão das organizações sem fins lucrativos voltadas para as questões de gênero, raça, saúde, habitação, educação e atividades econômicas, e que agem segundo os princípios da autogestão e da cooperação. Dentre essas inúmeras organizações destacam-se as caracterizadas como de Economia Solidária, constituídas para gerar trabalho e renda e atender a população excluída do mercado formal de trabalho.

Essa organização dos trabalhadores funda-se em princípios de cooperação e autogestão, dando início a um processo de complemento e geração de renda dentro dos princípios da economia solidária.

Segundo Singer (2002) a economia solidária Brasil aparece em formas de cooperativas ou associações produtivas, com diferentes modalidades, mas dentro dos princípios autogestionários.

Segundo Karl Marx, o modelo econômico capitalista traz uma sociedade dividida em classes, em que há burgueses, os quais são os donos do meio de produção, e os proletários, que vendem sua mão de obra para a própria sobrevivência.

O modelo capitalista transforma os meios de produção, distribuição e até mesmo o trabalho em mercadoria, esse modelo traz os princípios ligados a propriedade privada e lucro, como também a um sistema individualista e heterogestionário, onde sempre haverá a figura de um chefe que manda e dos

subordinados que obedecem. Já a economia solidária pode ser compreendida como um novo modo de produção.

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda (SINGER, 2002, p. 10).

Singer e Souza (2000) compreendem que o processo da economia solidária é contínuo, e este dar-se-á pela luta dos trabalhadores. Os autores consideram que antes de mais nada a economia solidária traz críticas referentes a lógica capitalista “O que ela condena no capitalismo é antes de tudo a ditadura do capital na empresa, o poder ilimitado que o direito de propriedade proporciona ao dono dos meios de produção: todos os que trabalham na empresa só podem fazê-lo por ato de vontade do capitalista que pode demitir qualquer um tão longo sua vontade mude” (SINGER; SOUZA 2000, p.13).

Através da citação supracitada, consegue-se compreender como o trabalho torna-se mercadoria no modelo capitalista. Ela é dispensada a partir do momento em que o dono do capital acha que ela não é mais necessária, o tempo só é produtivo para o capitalismo enquanto seu rendimento estiver ligado a produção e ao lucro monetário. Sendo assim, os trabalhadores deixam de ser necessários a partir do momento em que este deixa de ser lucrativo para as empresas e/ou para capital.

Compreende-se então a economia solidária como uma nova forma de economia que vem contra o sistema capitalista, trazendo novos princípios e uma nova organização dos trabalhadores(as).

Singer (2002) coloca que a principal diferença entre a economia solidária e a capitalista está na forma de administrar

uma empresa. O primeiro ponto está na forma de gerir, uma vez que há uma hierarquia de baixo para cima, formada por níveis sucessivos de autoridade. Outro ponto está na competição entre os(as) trabalhadores(as), uma vez que esta é importante para garantir o esforço máximo de todos os empregados. Ainda segundo Singer, 2002, p. 18:

A heterogestão, para atingir seus objetivos, tem de suscitar o máximo de cooperação entre os empregados, agrupados em seções, departamentos e sucursais. Competição e cooperação são, a rigor, incompatíveis entre si: se você coopera com seu rival, você o fortalece e ele pode vencê-lo na competição; se você não coopera com seu colega ou com o setor que depende de sua ajuda, a empresa inteira pode fracassar. Dentro dessa contradição a heterogestão funciona, sempre à procura de novas fórmulas que lhe permitam extrair o máximo de trabalho e eficiência do pessoal empregado.

Já em relação à economia solidária, Amorim e Araújo (2004) o seu valor central está no trabalho, o saber e na criatividade humana e não na relação entre capital e dinheiro. A economia solidária também busca outra qualidade de vida e de consumo e sua fundamentação esta ligada às práticas de colaboração solidária, reconhecendo os valores culturais colocando o sujeito como finalidade de toda atividade econômica. Salienta-se também a economia solidária como um instrumento de combate as exclusões sociais, uma vez que, ela é uma alternativa viável para geração de trabalho e renda e para satisfação direta da necessidade de todos e de todas, organizando a produção e reprodução da sociedade com fim de eliminar as desigualdades sociais e intensificar os valores da sociedade humana.

A partir desta citação, consegue elencar um importante debate no que se refere as desigualdades presentes no contexto brasileiro e a importância da economia solidária como um sistema contrário ao capitalista, e que inclui as minorias em direitos.

Interseccionalidade: uma análise inicial

Conforme Singer e Souza (2000), entre os princípios da economia solidária estão a democracia e a sociedade para quem quiser participar dela. Ou seja, não há distinção e diferenciação salarial, principalmente quando se fala em cor ou gênero.

As desigualdades citadas nesse estudo perpassam por questões de classe, gênero e raça, trazendo a importância de discutir sobre a interseccionalidade.

Akoninere (2019) fundamenta que este conceito surgiu a partir do feminismo negro que trouxe esse conceito com uma sensibilidade analítica, já que elas sentiam que suas experiências e observações eram invisíveis tanto para o feminismo branco, quanto para o movimento antirracista, uma vez que esta luta concentrava para os homens negros.

O contexto histórico brasileiro e as atuais desigualdades presentes no fazem compreender que essas opressões se tornam inseparáveis. Ainda segundo Akoniere (2019, p. 14) “A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cis hetero patriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais”.

Nesse sentido, traz-se a importância de discutir a interseccionalidade. Crenshaw (2002) faz uma relevante contribuição em relação ao termo interseccionalidade. A autora considera que a garantia de direitos para todas as mulheres precisa de uma análise das várias formas pelas quais o gênero intersecta-se com uma gama de outras identidades e do modo pelo qual essas interseções contribuem para a vulnerabilidade particular de diferentes grupos de mulheres.

A realidade das mulheres difere-se de uma para outra por questões sociais, econômicas e culturais. Essa realidade não é universal. Por isso, é importante se compreender aspectos liga-

dos ao gênero, à raça, à etnia, à sexualidade, à nacionalidade, à classe etc. Esses marcadores sociais afetam diretamente todas as questões da vida. Não é possível fazer uma análise das relações de gênero sem consequentemente abordar a interseccionalidade de raça, classe e gênero, uma vez que elas caminham lado a lado.

Collins e Bilge (2020) entendem a interseccionalidade como uma ferramenta analítica, podendo ser compreendida majoritariamente da seguinte maneira:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (COLLINS, BILGE, 2020, p. 275).

Desta forma, compreende-se que a interseccionalidade é fundamental na discussão de gênero, uma vez que, sabe-se que a história e a realidade das mulheres brasileiras perpassam por diferentes contextos, e que estes influenciam nas desigualdades hoje enfrentadas por elas.

Segundo Creshaw apud Akoniere (2019), entende-se que o conceito de interseccionalidade mostra o quanto é necessária a interação concomitante das avenidas identitárias. Uma vez que a partir desta discussão pode considerar que o movimento feminista falhou, já que nele não foram inseridas as mulheres negras dentro dessa luta, como também o movimento negro, pois este tinha um caráter machista, já que por sua vez incluía apenas as experiências do homem negro.

Dentro dessa lógica, pode-se perceber o quanto as mulheres negras não estavam representadas por nenhum dos movimentos e ascensão, elas não eram incluídas na luta por seu

gênero, nem por sua raça. Ou seja, cada luta privilegiava os seus membros e ao mesmo tempo excluía outras importantes pautas e lutas.

[...] Cada um desses movimentos sociais privilegiou uma categoria de análise e ação em detrimento de outras: por exemplo, raça no movimento em favor dos direitos civis; gênero no movimento feminista; classe no movimento sindical. Considerando que as afro-americanas eram também negras, mulheres e trabalhadoras, o uso de lentes monofocais para abordar a desigualdade social deixou pouco espaço para os complexos problemas sociais que elas enfrentam. As questões específicas que afligem as mulheres negras permaneciam relegadas dentro dos movimentos, porque nenhum movimento social iria ou poderia abordar sozinho todos os tipos de discriminação que elas sofriam. As mulheres negras usaram a interseccionalidade como ferramenta analítica em resposta a esses desafios (COLLINS, BILGE. 2020, p. 19).

A interseccionalidade remete diretamente a desigualdades sociais que são vivenciadas na sociedade capitalista e mostra as camadas dessas desigualdades nas relações sociais.

A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas (AKONIERE, 2019, p. 27).

Segundo Collins e Bilge (2020) a interseccionalidade pode vir a ser uma ferramenta analítica a qual pode abordar diferentes e intensos problemas sociais, e esta como ferramenta analítica pode ser utilizada de diferentes formas “A práxis crítica também constitui característica importante da investigação in-

terseccional – que está atenta à interseção das relações de poder e é vital para resistir à desigualdade social (2020, p. 53).

Seguindo essa lógica, a interseccionalidade busca uma interconexão de forma crítica entre as estruturas que formam as desigualdades sociais na sociedade “A interseccionalidade como prática crítica faz o mesmo, mas de maneiras que, explicitamente, desafiam o status quo e visam a transformar as relações de poder (COLLINS, BILGE, 2020, p. 55).

Sendo assim, considera-se inviável pesquisar gênero sem conectar as questões de raça e classe, e a partir da interseccionalidade que se pode abordar as raízes dessas questões que estão interconectadas. É possível compreender como estas desigualdades estão inteiramente ligadas e como as relações históricas brasileiras são responsáveis por estas desigualdades.

Arruzza, Bhattacharya, Fraser (2019) compreendem como o feminismo liberal que é tão propagado e intensificado na atualidade, ele é insuficiente quando se fala na emancipação de todas as mulheres, quando se considera questões de classe e raça. Não há como abordar a temática igualdade em um sistema que explora uma maioria em prol de uma minoria, em um sistema que a base estão a propriedade privada e o lucro.

O capitalismo dentro dessa lógica de exploração e lucro traz com ele questões de crise, miséria e desigualdades, as quais são intensamente sentidas pelas mulheres, pretas e pobres. Sendo assim, é preciso combater esse sistema socioeconômico para que haja emancipação e igualdade para todas e não apenas para uma minoria, como a lógica liberal pressupõe.

Gênero, raça, classe e economia solidária: principais apontamentos

Segundo o relatório da Oxfam (2020) mundialmente falando as desigualdades econômicas e sociais são intensas, e quando se fala de gênero, pode se considerar que as econo-

mias do mundo recompensam mais homens do que mulheres, exemplo disso está que apenas 18% de todos os ministros de governo e 24% dos parlamentares de todo mundo são mulheres, isso significa que as mulheres são excluídas do processo de decisão, ou seja, as decisões políticas em torno de todo mundo estão majoritariamente nas mãos dos homens.

Como já foi visto anteriormente a economia solidária trabalha dentro uma lógica anticapitalista a qual tem como compromisso a autogestão, emancipação e igualdade. Ou seja, dentro de um empreendimento econômico solidário não pode haver desigualdade por gênero, raça e classe, uma vez que não há hierarquia e todos e todas participam do processo de decisão, tendo direito a voz e voto.

A economia solidária apresenta-se como uma alternativa de igualdade para as mulheres e para sua inserção para a geração e complemento de renda, uma vez que, sabe-se que as mulheres sofrem intensas desigualdades econômicas devido sobrecarga de trabalho invisível, duplas/triplas jornadas de trabalho etc. Infelizmente os dados da participação das mulheres em empreendimentos econômicos solidários encontram-se defasados, porém faz-se necessário trazer estes como embasamento teórico.

Tabela 2 - Número de sócios em empreendimentos econômicos solidários no cenário brasileiro (2013)

Estados	Nº EES	Soma de mulheres	Soma de homens	Total
Acre	341	14.953	17.320	32.273
Alagoas	323	11.961	15.643	27.604
Amapá	328	22.071	16.632	38.703
Amazonas	378	8.282	8.307	16.589
Bahia	1452	43.498	50.011	93.509
Ceará	1449	44.849	44.955	89.804
Distrito Federal	246	12.721	5.528	18.249

Espírito Santo	572	14.210	20.832	35.042
Goiás	843	17.002	29.809	46.811
Maranhão	838	32.161	32.951	65.112
Mato Grosso	638	16.145	20.615	36.760
Mato Grosso do Sul	294	5.669	3.895	9.564
Minas Gerais	1188	18.901	15.984	34.885
Pará	1358	60.997	78.482	139.479
Paraíba	416	7.066	6.691	13.757
Paraná	832	24.131	42.669	66.800
Pernambuco	1503	45.417	48.424	93.841
Piauí	800	13.708	15.654	29.362
Rio de Janeiro	301	5.423	2.616	8.039
Rio Grande do Norte	1158	45.611	60.912	106.523
Rio Grande do Sul	1696	62.902	130.920	193.822
Rondônia	238	7.061	10.579	17.640
Roraima	80	3.021	7.307	10.328
Santa Catarina	764	42.282	76.842	119.124
São Paulo	1167	20.334	21.062	41.396
Sergipe	101	8.015	6.260	14.275
Tocantins	404	11.867	12.473	24.340
Total	19.708	620.258	803.373	1.423.631

Fonte: Mapeamento Nacional de Empreendimentos
Econômicos Solidários (EES)
Organização: as autoras

A tabela acima nos mostra os dados referentes à gênero nos empreendimentos econômicos solidários no Brasil. Infelizmente os dados encontram-se defasados por mais de dez anos.

Os dados nos mostram que até 2013 o número de homens era superior ao de mulheres nos empreendimentos econômicos solidários, sendo (porcentagem) a mais de homens em relação as mulheres. Porém, entende-se número expressivo de mulheres que entram nos empreendimentos econômicos solidários

Sendo assim, a economia solidária se apresenta como uma alternativa contrária ao atual sistema socioeconômico. Percebe-

-se que a autogestão e o direito à decisão fazem com que as mulheres possam participar e tenham maior inserção nos empreendimentos econômicos solidários.

Os dados, mesmo defasados, mostram-nos como as mulheres encontram-se em situação de vulnerabilidade, fazendo com que procurem por opções além de renda consigam ter autonomia para poderem conciliar com outras atividades, tais como o cuidado da casa e dos filhos.

Desta forma, considera-se que a economia solidária fortalece as questões de gênero, raça e classe e se apresenta como uma possível alternativa ao combate a esse sistema excludente.

Considerações finais

Durante toda a construção desse artigo, pode-se perceber o quanto as questões de gênero, raça e classe perpetuam na atualidade. Durante as últimas décadas muitos direitos foram conquistados pelas mulheres, porém, em muitos momentos essas conquistas foram em detrimento de outras, no caso das mulheres pretas e pobres.

Quando se fala em desigualdade os dados apresentados remetem que as maiores vulnerabilidades econômicas estão relacionadas às questões de gênero e raça, desta forma, não há como pensar em uma emancipação da mulher sem ter como base a interseccionalidade.

É importante salientar as relações históricas que estão presentes em todos os contextos sociais, principalmente nas relações Norte e Sul do mundo, uma vez que, sabe-se estas tiveram resultados e consequências que são vistas até os dias de hoje. O processo de colonização que o Brasil sofreu trouxe uma herança histórica, a qual há uma população que ainda atualmente sofre com esses reflexos. Não há como pensar na desigualdade e no contexto das classes sociais sem entender a história brasileira e como essa formou uma nação machista, classista e racista.

Sendo assim, não é suficiente trabalhar questões dos di-

reitos das mulheres, é preciso trabalhar uma luta contra o racismo, é preciso combater esse sistema que forma grupos de oprimidos e opressores.

Não é e não será suficiente um sistema que mantenha hierarquias, é preciso uma nova economia e uma nova forma de organização da sociedade. Sendo assim, a economia solidária mostra-se como uma potência a ser explorada, já que nela não há diferenciação por cor, gênero, raça, orientação sexual ou qualquer diversidade existente.

A economia solidária mostra-se combatente ao colonialismo, ao capitalismo, ao racismo, ao machismo e ao sexismo, por isso, ela se mostra como um potencial caminho a ser seguido.

Referências bibliográficas

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade: feminismo plurais**. São Paulo: Polén Livros, 2019. 152 p. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_\(Feminismos_Plurais\)_-_Carla_Akotirene.pdf?1599239359](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_(Feminismos_Plurais)_-_Carla_Akotirene.pdf?1599239359). Acesso em: 04 set. 2022.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo paraos99%: um manifesto**. Boitempo, São Paulo, 2019.

BONUMÁ, Helena. **As mulheres e a economia solidária: a resistência ao cotidiano tecendo uma vida melhor**. 2015. 97 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132849/000984396.pdf>. Acesso em: 01 set. 2022.

BRASIL, Dieese: DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Desigualdade entre negros e não negros se aprofunda durante a pandemia**. São Paulo: Dieese, 2021.

BRASIL, Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Dados do Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)**, 2013. Disponível em: Atlas Digital da Economia Solidária (sies.org.br); Acesso em: 01 de março de 2023.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020. 91 p.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2002000100011>.

MARX, Karl. *Crítica do programa de Gotha*, Editora Boitempo, São Paulo, 2012, 140p.

SCHNEIDER, Élen Cristiane. As desigualdades de gênero no mercado de trabalho e a economia solidária. In: XXVII CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA., 2009, Buenos Aires. VIII **Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires**.. Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2009. p. 1-13. Disponível em: <https://cdsa.aacademica.org/000-062/1489.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022.

SINGER, Paul. SOUZA, André Ricardo de. (Org.). **Economia Solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo, Conexto, 2000.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*, Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2002, 128p.

A IESol em rede: a participação na Rede de Incubadoras Universitárias – PR

*Lucas Haygert Pantaleão
Luiza Lourenço Nunes Benck
Manuela Salau Brasil
Tamila Bruna Teixeira*

Introdução

O trabalho na IESol - Incubadora de Empreendimentos Solidários é voltado essencialmente para o processo de incubação, mas excede este propósito. É o caso do núcleo de participação política, que se organiza em duas frentes de trabalho, a saber: 1- participação em atividades com os fóruns de representação de Economia Solidária; 2- participação na RIU PR - Rede de Incubadoras Universitárias de Apoio e Fomento à Economia Solidária do Paraná.

Neste artigo focaremos nas atividades deste segundo segmento, especialmente a partir de 2021. Embora a IESol fizesse parte da RIU PR desde antes desta data, foi com a possibilidade do trabalho remoto que as ações se intensificaram, incluindo novas incubadoras e parcerias dentro e fora do estado e do país.

O objetivo com este texto, portanto, é apresentar tais ações e seus desafios, articulando-os com o trabalho da IESol e suas repercussões para os empreendimentos econômicos solidários e o movimento da economia solidária, bem como para as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Esta pretensão é

justificada na medida em que se considera o alcance das referidas ações, e de como estão em consonância com os objetivos da IESol e da sua inserção num trabalho em rede.

A metodologia utilizada foi a pesquisa documental tanto nos arquivos da IESol como da RIU PR, contribuindo para resgatar a memória do trabalho desenvolvido, bem como orientar as ações futuras.

O presente texto debruça-se, entretanto, no trabalho da IESol a partir da RIU PR, desenvolvendo para isso um breve histórico da rede e de sua atuação, seguido pelas contribuições da IESol neste processo e apontando para os desafios e possibilidades do núcleo, as dificuldades no trabalho com participação social e os aprendizados e desafios, finalizando com as considerações finais.

A IESol: um histórico de participação político social

A Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol) é um programa de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), que nasceu no ano de 2005, na cidade de Ponta Grossa no estado do Paraná. Tem em sua composição uma equipe multidisciplinar de extensionistas, técnicos e professores de vários cursos pertencentes à UEPG e instituições parceiras (VALADÃO, et al., 2018, p. 15 - 17).

A IESol seguiu a dinâmica de criação das incubadoras universitárias de economia solidária que surgiram nos anos finais do século passado e que deram origem a duas redes que congregam um conjunto de incubadoras: a Rede UNITRABALHO e a Rede de ITCPS (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares), ambas com representação nacional, regional e estadual.

Cada incubadora filia-se a uma destas redes, que tem sua dinâmica de organização, eventos, debates e encontros, e que não raro compartilham os mesmos espaços. No Paraná,

as duas redes estão presentes; no norte do estado através da UNITRABALHO e nas demais regiões, com a Rede de ITCPs.

A Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol), desde seu início participa da Rede de ITCPs. Sobre esta rede, tem-se:

A Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs) é formada, atualmente, por 41 incubadoras cujo objetivo é apoiar a formação e consolidação de empreendimentos de economia solidária, bem como prestar assessoria e formação a grupos já consolidados. O conjunto das mais de 40 incubadoras vinculadas à Rede representa, hoje, cerca de 200 docentes/pesquisadores, aproximadamente 750 estudantes e cerca de 200 técnicos de nível superior, que atuam conjuntamente nas ITCPs. Neste momento, cerca de 330 grupos encontram-se sob incubação nas diversas incubadoras, representando um universo aproximado de 4.500 trabalhadores/trabalhadoras vinculados aos grupos incubados. (VI Congresso de Rede ITCP, 2022).

As trocas geradas pelas experiências das incubadoras em rede contribuíram e contribuem não apenas para as atividades iniciais da IESol, mas fazem parte de sua trajetória, sobretudo na discussão sobre as metodologias de trabalho e formação contínua da equipe.

Ressalta-se que, em seu princípio, foram feitos esforços na formação teórica e preparo a respeito de economia solidária e do processo de incubação, destacando que durante este processo foram agregados saberes tanto acadêmicos quanto populares, somando à esta causa diversos campos de conhecimento (VALADÃO, et al., 2018).

Embora as metodologias de incubação sejam compartilhadas entre as incubadoras, cada uma delas tem sua dinâmica de trabalho e imprime suas especificidades e avanços neste processo. Desde a gênese até a consolidação da IESol, diversas mudanças metodológicas foram necessárias para atender as demandas de trabalho e dos grupos incubados. Do ponto de

vista de sua estruturação, destaca-se a criação de núcleos temáticos com a finalidade de melhor distribuição das atividades, por áreas temáticas e multidisciplinares, a serem realizadas.

Sendo assim, desde 2014 a Incubadora passou a contar com os seguintes núcleos: administrativo/contábil/econômico; economia solidária nas escolas; feiras; formação; história oral; jurídico; meio ambiente; participação política; pesquisa e planejamento; publicidade; e, segurança alimentar e nutricional. (VALADÃO, et al., 2018).

Os núcleos temáticos têm como objetivo o auxílio e absorção de outras demandas da Incubadora, para além dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), planejando eventos, formações, elaboração de projetos, cursos, entre outros.

Os temas dos núcleos mudam periodicamente, dependendo das demandas e dos interesses da equipe. Assim, é comum a criação de novos núcleos, aprovados em reunião geral, bem como a extinção de alguns deles. Da configuração inicial, por exemplo, apenas quatro se mantêm até hoje, sendo que um deles é o de participação política, objeto deste trabalho.

Na estrutura da Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol), existem núcleos que ajudam no aprimoramento do trabalho realizado pela equipe multidisciplinar que compõem a IESol. Sobre o objetivo deste núcleo, tem-se que: O núcleo tem o intuito de estar presente em momentos de diálogo que tratem da Economia Solidária como um movimento político de resistência e deve, portanto, ser vista e articulada como tal." (IESol, 2018,p.1).

O Núcleo de Participação Política, atualmente, se divide em duas frentes de atuação, são elas: Participação em atividades com os Fóruns de Representação de Economia Solidária e Participação e Fomento da RIU PR (Rede de Incubadoras Universitárias de Apoio e Fomento à Economia Solidária do Paraná).

Por meio do Núcleo de Participação Política, a Incubadora pôde trabalhar num prospecto de fomento e articulação das

esferas de participação e controle social. A atuação da Incubadora nos Fóruns e Conselhos de Economia Solidária está para além do âmbito Municipal, agregando também as esferas Estaduais e Nacionais.

A Rede de Incubadoras Universitárias de Apoio e Fomento à Economia Solidária do Paraná - RIU PR

Como parte da Rede de ITCPs, a IESol participou e participa de encontros estaduais e nacionais, e foi a partir disso que a ideia da formação de uma rede estadual foi ganhando relevância, culminando com a criação, em 2015, da RIU PR: Rede de Incubadoras Universitárias do Paraná.

Esta rede contava, em sua origem, com 5 incubadoras universitárias e uma instituição de apoio: Unioeste - Foz do Iguaçu (INDIOS), UEPG - Ponta Grossa (IESOL), UTFPR - Curitiba (TECSOL), PUC-PR - Curitiba (TRILHAS) e UFPR - Curitiba (ITCP) e Cefuria (Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo) também em Curitiba.

Desta formação inicial foram definidos os objetivos da Rede: Integrar as incubadoras universitárias de economia solidária do Paraná, promovendo a construção e troca de conhecimentos, tecnologias e experiências voltados para a incubação de empreendimentos econômicos solidários; Estabelecer o diálogo entre universidade e economia solidária nos diversos níveis (pesquisa, ensino e extensão) e disseminar e fortalecer a economia solidária no Estado do Paraná.

Entre 2015 e 2019 foram realizadas reuniões entre representantes das incubadoras, definindo-se seu nome, sigla, objetivos e o planejamento estratégico. Apesar de estarem no mesmo estado, as distâncias geográficas e a escassez de recursos das incubadoras dificultou o maior número de encontros. Também neste período houve a saída de duas instituições (Trilhas e Cefuria de Curitiba) e ingresso de outra (UTFPR -Campus Ponta Grossa).

Este cenário mudou nos anos da pandemia com a possibilidade de encontros remotos, resultando no aumento de reuniões da rede, na expansão de suas atividades, e no desenvolvimento de atividades coletivas. Neste período houve a criação da logo da RIU PR e a adequação do nome, que manteve a sigla mas incorporou a seguinte denominação: Rede de Incubadoras Universitárias de Apoio e Fomento à Economia Solidária do Paraná.

Figura 1 - Logo da RIU PR



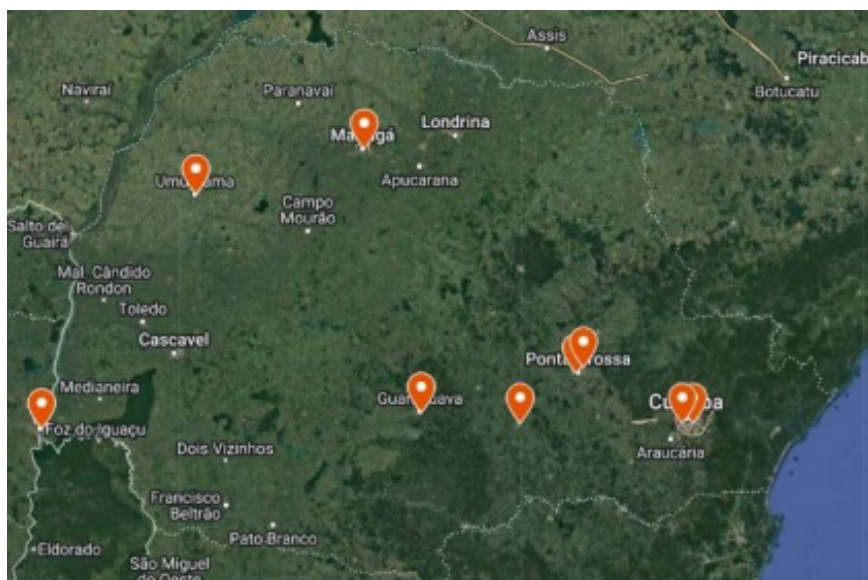
Durante os dois anos da pandemia houve o ingresso de novas incubadoras, incluindo instituições vinculadas à Rede UNITRABALHO e outra sem vinculação a nenhuma das duas redes: UEM/UNITRABALHO Maringá, UEM/UNITRABALHO Umuarama e UNICENTRO. Esta configuração reforça o caráter aberto e inclusivo da RIU PR para as incubadoras do estado, independente de sua inserção à determinada rede nacional. O ingresso se dá a pedido da incubadora solicitante com a aprovação das demais participantes.

Atualmente a rede congrega 8 incubadoras de economia solidária no estado, distribuídas em 7 municípios: Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Estadual de Ponta Grossa (IESol/UEPG) e Incubadora Educacional de Tecnologia Social e Ciências da Universidade Tecnológica do Paraná (IETEC/UTFPR) na cidade de Ponta Grossa; Incuba-

dora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná (ITCP/UFPR) e Incubadora de Economia Solidária da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (TECSOL/UTFPR) em Curitiba; Incubadora de Direitos Institucionais e Organizações Solidárias da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (INDIOS/UNIOESTE) em Foz de Iguaçu; Incubadora Social da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO); Campus em Guarapuava e Irati; Núcleo/Incubadora Unitrabalho da Universidade Estadual de Maringá, em Maringá e Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Estadual de Maringá (IEES/CAU/UEM) - Umuarama.

A equipe da IESol, que atualmente integra o núcleo de participação política bem como a RIU PR, elaborou um mapa com a distribuição das Incubadoras no Estado a fim de melhorar a visualização e atuação com a Economia Solidária nas Universidades do Estado do Paraná.

Figura 2 - Mapa das Incubadoras que integram a RIU PR (2022).



Fonte: Google Maps.
Elaboração: os Autores(as)

Durante a pandemia, as atividades da RIU concentraram-se inicialmente em debates sobre a situação de cada incubadora: sua estruturação, organização e demandas, bem como os desafios da nova conjuntura. Após este primeiro momento, e com o fortalecimento dos laços e vínculos, foi possível realizar coletivamente formações voltadas para a economia solidária, a partir da troca de experiências de cada incubadora e daquelas trazidas por convidados/as externos/as. A modalidade remota facilitou a participação de pessoas do campo da economia solidária de várias regiões, além da comunidade em geral.

Assim, no primeiro semestre de 2020 foi realizado um ciclo de quatro lives nomeado “Economia Solidária: Princípios e práticas em tempos de pandemia”, e no segundo semestre, um curso de extensão em dez módulos intitulado “Curso de Economia Solidária e Tecnologia Social: Discussões em Tempos de Pandemia”. Este conteúdo será transformado em e-book, num processo ainda em andamento.

Em 2021, o foco da RIU PR foi para sua estruturação mais interna, com o funcionamento de diversas atividades através de comissões, bem com o início de uma aproximação maior com as trabalhadoras e trabalhadores das feiras solidárias acompanhadas pelas incubadoras da rede. Com este propósito, foram realizadas quatro oficinas no formato remoto entre equipes das incubadoras e dos grupos, a saber: “Autogestão para trabalhadores/as da economia solidária do Paraná”; “Como fotografar para divulgação de seus produtos em redes sociais”; “Manejo e controle de pragas, caldas naturais e rotação de culturas” e “O papel das redes na Economia Solidária”. Destaca-se que estes temas, bem como o dia e horário, foram definidos autogestionariamente em reuniões que antecederam a realização das oficinas.

Em 2022 manteve-se o objetivo de fortalecer internamente a rede, reforçando a presença da RIU PR em instâncias de participação política: A RIU PR conquistou representação em dois importantes movimentos de economia solidária do esta-

do: Conselho Estadual de Economia Solidária e da VI Plenária Estadual de Economia Solidária.

Também durante a pandemia iniciou-se a parceria entre a RIU PR e o grupo ECOSOL/Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, com a realização de reuniões de trabalho e atividades formativas. A primeira ocorreu em 2020 por ocasião da comemoração ao Dia Nacional da Economia Solidária através da live “Economia Solidária: Abordagens desde Brasil, Espanha, Portugal e Uruguai”, e em 2021 o tema foi “Diálogo sobre Outras Economias: Possibilidades de Transformação Social”.

Até o primeiro semestre de 2022 foram realizados dois seminários internos, sendo que o primeiro deles “Os desafios da agricultura familiar” foi apresentado pelo grupo CES/Coimbra e o segundo “RIU PR: experiências de incubadoras universitárias de Economia Solidária” ficou a cargo da RIU PR, com a apresentação de três incubadoras da rede: IESol/UEPG, ITCP/UFPR e Unitrabalho/UEM. Os temas e datas foram decididos coletivamente, sendo que há previsão de mais dois para o mesmo ano.

As reuniões da RIU PR são mensais, mas não raro são marcadas reuniões extraordinárias. Ao mesmo tempo, cada comissão tem seu cronograma e atividades, além do que a comunicação é facilitada pelo grupo de Whatsapp.

Internamente, na IESol este trabalho na RIU PR é aprovado por toda a equipe, que mantém-se atualizada pelos relatos semanais e que discute os assuntos trazidos pelos integrantes do núcleo que fazem a mediação entre a RIU PR e a IESol.

Como todas as ações que aconteceram dentro da rede, a presença dos extensionistas foi importante para o desenvolvimento de todas as atividades realizadas durante a pandemia, contando com a participação atuante e que se estendeu desde o planejamento até a avaliação das ações. Destaca-se que um dos módulos de formação foi sobre as experiências de discentes das incubadoras.

Para as ações que os extensionistas realizavam durante as lives e reuniões estão: o desenvolvimento das artes de divulgação que tem papel fundamental para que novas pessoas conheçam a Economia Solidária - além do público que já têm conhecimento sobre o tema -, apoio este que também aconteceu dentro das formações e cursos na modalidade a distância realizado pela rede.

Além de desenvolverem as artes das formações e dos cursos, os extensionistas também ficavam encarregados de realizar a organização dos momentos de participação dos ouvintes em relação aos comentários, sugestões e perguntas realizadas para os palestrantes; o desenvolvimento dos formulários de presença inseridos ao final de cada evento da RIU PR; a participação nas reuniões gerais da rede onde os acadêmicos também realizaram a relatoria do que foi debatido durante a reunião; participação nas ações e encaminhamentos dentro dos núcleos existentes na estrutura da Rede e a participação em eventos sobre Economia Solidária onde os acadêmicos e extensionistas representavam a RIU PR.

Os extensionistas sempre desempenharam papel de destaque nas ações dentro da rede; todas as atividades em grupos tiveram muita importância para o desenvolvimento das mesmas e para a própria experiência discente, o que se intensificou com as atividades promovidas através do formato remoto e que contou com o apoio dos técnicos e professores da RIU PR.

Assim, o núcleo de participação política tem grande relevância para que a equipe envolvida tenha um maior conhecimento sobre as experiências, os aprendizados e as dificuldades que existem na realidade de cada incubadora e os EES incubados.

Além disso, o núcleo desempenha uma função na formação dos acadêmicos visto que, podem vivenciar as diferentes esferas de participação e controle social, desenvolvendo senso crítico e autonomia, contribuindo em sua vida acadêmica e profissional.

Dificuldades no trabalho com participação social e política

A vida em sociedade é marcada pela presença de diferentes sujeitos sociais, detentores de diversas concepções de mundo, conseqüentemente, abrangendo múltiplas noções de direitos. Salientarmos que esta diversidade não provém apenas de uma questão de classe, mas decorre também de outros marcadores sociais como religião, gênero, étnico/racial, concepções políticas e até mesmo, por motivações pessoais distintas, colocando esses sujeitos como agentes, ativos ou passivos, na disputa por hegemonia.

Diferentes projetos societários participam da luta por hegemonia, não restritos as propostas partidárias, mas que abrangem concepções de Estado e da sociedade civil, compostas por uma pluralidade de atores, cujas ações refletem crenças e interesses que se expressam na forma de ações políticas, com distintos graus de explicitação e coerência.

Segundo Dagnino, Olvera e Panfichi (2006, p. 43-68), podemos destacar no Brasil três projetos societários que se apresentam com força suficiente para disputar a hegemonia nacional: o projeto autoritário, o projeto neoliberal e o projeto democrático - participativo.

Ao passo que o primeiro projeto não prevê a participação, ou a coloca de uma forma extremamente restrita, os dois últimos têm na participação social um ponto central, embora distinto.

O projeto neoliberal prevê a participação social da ótica da desregulação do Estado, levando a sociedade a assumir as funções de prover as ações de cunho social. Ao mesmo tempo, mantém a população apartada das decisões que ainda permanecem na área de atuação do Estado, sob uma ótica tecnicista, na qual, a sociedade civil participa apenas como consultora de projetos pré-elaborados, visando garantir a legitimidade dos mesmos.

Em um sentido inverso ao do projeto neoliberal, o democrático - participativo subverte a ordem, colocando a sociedade como parte ativa e central da formulação de políticas públicas a serem implementadas pelo Estado, fazendo com que estas representem respostas às suas necessidades.

Assim, podemos colocar que o conceito de participação social é polissêmico e não tem uma definição precisa no quadro legal brasileiro. Segundo a autora Gohn (2003, p.14), para uma análise do conceito de participação devemos averiguar três níveis básicos de participação, diante da teoria: o conceitual, político e o da prática social.

O primeiro apresenta alto grau de ambiguidade e varia segundo o paradigma teórico que se fundamenta. O segundo dado pelo nível político, usualmente é associado a processos de democratização [...] mas também pode ser utilizado como um discurso mistificador em busca da mera integração social de indivíduos, isolados em processos que objetivam reiterar os mecanismos de regulação e normatização da sociedade, que resultam em políticas sociais de controle social. O terceiro - as práticas - relaciona-se ações concretas engendradas nas lutas, movimentos e organizações para realizar algum intento.

Sobretudo, é importante ressaltar o diálogo com os novos atores sociais e com a cidadania em geral. Para isso, as ferramentas de tecnologia da informação, as novas mídias e as novas linguagens de participação podem ser um novo canal de diálogo e, mais do que isso, uma forma de reinventar as práticas participativas tradicionais, como no caso das ações da RIU PR durante a pandemia.

Diante do exposto, há limites, possibilidades e desafios de atuação da IESol no que tange a participação política e a articulação das ações da RIU PR de forma a traçar um panorama das futuras ações.

Aprendizados e desafios

O trabalho da IESol tem no processo de incubação seu objetivo maior, porém a criação dos núcleos temáticos atende a necessidade de amparar as equipes em temas específicos. Este é o caso do núcleo de participação política, que desde a criação desta estrutura mantém-se atuante, visto a necessidade de estimular e subsidiar a ação de grupos e empreendimentos solidários em suas ações junto aos espaços participativos.

A necessidade de uma qualificação técnica específica como condição necessária a uma participação efetiva é claramente reconhecida pelos movimentos sociais e passa então a integrar o seu repertório de atuação, ocupando grande parte do tempo e da energia de suas lideranças. (DAGNINO e TATAGIBA, 2007).

Contudo, esta atuação do núcleo por certo, é variável de acordo com o número de pessoas da equipe e seu perfil. A criação do núcleo de participação política da IESol antecedeu a da própria RIU PR, e neste período as ações voltaram-se para o acompanhamento dos fóruns municipal e estadual, assim como do Conselho de Economia Solidária da cidade de Ponta Grossa.

A partir da RIU PR, o núcleo absorveu esta atividade de representação e, com o aumento de demandas, optou-se pela separação que até hoje existe entre as duas funções: participação em fóruns e conselho local e a participação junto às atividades da rede, dentre as quais o grupo também atua nas instâncias representativas estaduais.

Atualmente, o núcleo é composto por quatro integrantes da IESol: um docente, duas técnicas e uma discente, em uma composição que se demonstra insuficiente para atender a amplitude e diversidade das demandas, lembrando que elas ocorrem concomitantemente com outras atribuições da incubadora.

Em 2022 houve a mudança de horário das reuniões ordinárias que passaram do período noturno para matutino, o que impediu a continuidade da participação de discentes. Tal alte-

ração foi fruto de uma decisão autogestionária, prevalecendo a disponibilidade da maioria dos/as participantes.

Ressalta-se que a atuação durante a pandemia tem se concentrado no trabalho da RIU PR, o que pode ser explicado por dois motivos: o aumento da demanda da rede ao mesmo tempo que ocorreu a desarticulação das instâncias de participação no município de Ponta Grossa/PR.

No entanto, esta segunda questão tem avançado pouco mesmo antes da pandemia, e tem se mantido como um desafio não só para integrantes do núcleo, mas de toda a equipe da IE-Sol. Houve e há esforços nesse sentido, mas os resultados práticos são lentos, especialmente frente às dificuldades de articulação entre os movimentos e as constantes trocas de projetos de governo, levando a processos descontínuos de estabelecimento de espaços participativos.

É preciso, no entanto, ter clareza de que este não é uma dificuldade específica dos espaços participativos do município de Ponta Grossa/PR, mas uma realidade pertinente ao Brasil como apontam Almeida e Tatagiba (2012, p. 77), onde se evidenciam as dificuldades dos movimentos sociais em se apropriarem das possibilidades desses espaços de atuação, para articularem suas ações e da dificuldade de se manterem mobilizados, ao mesmo tempo em que as ações das representações estatais também são, por vezes, desprovidas de linearidade.

Por outro lado, com o crescimento das trocas de saberes dentro do grupo da RIU PR, surgiram novos desafios para a equipe da IESOL, demandando participação em diferentes espaços de atuação da RIU PR, como junto ao grupo de pesquisa do CES/Coimbra, a articulação com as demais incubadoras, a presença da rede com uma cadeira no conselho estadual de economia solidária do Paraná e o processo de organização interna da rede na construção de um estatuto e um regimento de trabalho.

Este processo evidenciou a necessidade de trazer mais extensionistas para dentro da RIU PR visando que a incubadora

tenha uma atuação mais abrangente na rede, sendo assim, a demanda foi exposta em reunião geral da IESol, na qual, foi proposto a entrada de novos extensionistas para o núcleo de participação política para atuação como representantes da IE-Sol dentro da Rede de Incubadoras Universitárias de Apoio e Fomento à Economia Solidária do Paraná - RIU PR.

Esta demanda foi parcialmente atendida com a entrada de uma extensionista (acadêmica do curso de Serviço Social na Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG), que já tinha vínculo com o núcleo de participação política, e que demonstrou interesse e disponibilidade de tempo para integrar a RIU PR, junto com técnica da IESol que já acompanhava a equipe desde 2015.

Apesar das dificuldades de conciliar estas atividades com as demais pertinentes a incubadora e o pequeno número de integrantes do núcleo, a equipe da IESol tem conseguido manter uma atuação importante na RIU PR, presente e propositiva nas diferentes atividades presentes na rede.

Neste espaço, os trabalhos são organizados em rede e têm por característica englobarem todos os trabalhadores que estão de alguma forma envolvidos, neste caso, no trabalho com a Economia Solidária e com a Incubação.

Uma rede de economia solidária implica uma associação ou articulação de vários empreendimentos e/ou iniciativas de economia solidária com vistas à constituição de um circuito próprio de relações econômicas e de intercâmbio de experiências e saberes formativos. São dois os principais objetivos de uma rede de tal natureza: permitir a sustentabilidade dos empreendimentos e/ou iniciativas de economia solidária em particular; e fortalecer o potencial endógeno de um território quanto à sua capacidade de promover seu processo de desenvolvimento. Em termos tipológicos, as formas de manifestação de uma rede de economia solidária podem ser classificadas de três maneiras: transterritorial, territorial ou mista. (FRANÇA FILHO, CUNHA, 2009 p. 225).

Sendo assim, todos são beneficiados pela rede, pela sua vasta e rica troca de saberes e experiências, de modo que os grupos ficam interligados por meio do trabalho e da articulação que passa a existir.

Nesse ínterim, delineou-se algumas perspectivas de trabalho para os próximos anos, entre elas constam o fortalecimento da RIU PR, na expansão de atividades e pesquisas do grupo, como também na consolidação do Conselho Municipal de Economia Solidária e por fim, na sensibilização dos estagiários e extensionistas para a inclusão no Núcleo de Participação Política com objetivo de integrá-los neste processo, contribuindo com sua formação profissional e pessoal.

Especificamente no campo dos desafios impostos para o trabalho da RIU PR, a IESol irá manter a participação na rede, estimulando e ampliando o contato estabelecido pela implementação do formato remoto, sem abandonar a possibilidade da realização de atividades presenciais, fortalecendo os laços com o grupo através de um contato permanente e caloroso.

Considerações finais

A IESol/UEPG, através de seu núcleo de participação política, planeja, executa e avalia ações que extrapolam o espaço de cada empreendimento econômico solidário individualmente. Esta dimensão é importante na medida em que a economia solidária é compreendida como um projeto de sociedade, portanto, mobiliza e deve mobilizar espaços de participação política, a partir do trabalho em rede.

O presente trabalho teve por objetivo apresentar as ações do núcleo de participação política, em especial as ações voltadas aos trabalhos da Rede de Incubadoras Universitárias de Apoio e Fomento à Economia Solidária do Paraná - RIU PR.

Destaca-se que o método utilizado para obter os resultados propostos na pesquisa permitem compreender o trabalho da IESol e sua contribuição para a Rede, a partir das vozes de

seus próprios atores e atrizes, isto é, segundo uma perspectiva direta, a partir de relatórios da equipe e das Incubadoras que integram a Rede.

Em um primeiro momento, o presente trabalho debruçou-se na apresentação da IESol bem como, nas modalidades de Núcleos Temáticos em especial o Núcleo de Participação Política e suas atribuições.

Em um segundo momento, realizou-se a apresentação do histórico e estruturação da RIU PR, bem como o resgate das atividades realizadas antes e durante a pandemia.

Além disso, buscou-se relatar as dificuldades no trabalho com a participação política, seus desafios, limites e possibilidades, bem como sua importância para o fortalecimento do movimento da economia solidária e como experiência importante para os membros dos grupos incubados e da própria IESol.

Dito isso, apresentou-se como a trajetória de trabalho coadjuvado das Universidades/Incubadoras e Instituições que se prestam à causa da Economia Solidária, oportunizam condições para estudos científicos que possibilitam expandir a visão e troca de experiências acerca do potencial deste modelo econômico bem como, seu fortalecimento no âmbito social e nas esferas da participação social.

Os verdadeiros limites e possibilidades da Economia Solidária dependem da medida em que este modelo alternativo de economia recebe o adequado fomento e incentivo por parte do poder público, com a participação ativa e democrática de seus atores e atrizes.

Referências

ALMEIDA, Carla; TATABIBA, Luciana. **Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 109, p. 68-92, jan./mar. 2012

DAGNINO, E.; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A. (org.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

DAGNINO, E. e TATAGIBA, L. (Orgs). **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó: Argos, 2007.

FRANÇA FILHO, G. C.; CUNHA, E.D.. Redes de incubadoras de economia solidária. In: CATTANI, A. D; et al. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina 2009; São Paulo: Almedina Brasil. p. 224- 230. Disponível em <https://financassolidarias.files.wordpress.com/2012/09/dicionario-internacional-da-outra-economia1.pdf>. Acesso em 13. set. 2022.

GOHN, M. **Conselhos Gestores e Participação sociopolítica**. 2º ed. São Paulo : Cortez, 2003 Capítulo sobre Participação:

Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESOL). **Núcleo de Participação Política**. Ponta Grossa, Paraná, 2018. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1TE7xh0RJOGFFgug0j2g-mH_b5DecF1Kj_ra6Se4G9Vs/edit. Acesso: 13. set. 2022.

VI CONGRESSO DA REDE DE ITCPS. **Sobre a Rede ITCP's**. Disponível em: <https://www.vicongressodaredeitcps.com.br/sobre-a-rede-itcp-s>. Acesso em: 30 ago. 2022.

Percursos e desafios do Programa Universidade Sem Fronteiras na IESol: formação em Economia Solidária para gestores e grupos vulneráveis

*Aline Diandra Moleta
Camila Aparecida da Silva Albach
Gabrielle Fernandes Gomes
Bruna Mara Pinto
Luiza Lourenço Nunes Benck
Adriano da Costa Valadão
Luiz Alexandre Gonçalves Cunha
Manuela Salau Brasil
Reidy Rolim de Moura*

Introdução

A Incubadora de Empreendimentos Solidários - IESol/UEPG foi fundada em 2005, como um programa de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa, a partir de uma reunião de um grupo de pessoas que trouxeram conhecimentos sobre a economia solidária e o desejo de desenvolver atividades relacionadas ao tema dentro e fora da universidade. A equipe buscou integrar-se às discussões da Economia Solidária e da Rede de Incubadoras Tecnológicas Populares (Rede IT-CPs), fundada em 1999 por seis incubadoras paranaenses com o objetivo de trocar experiências. (IESOL, 2018).

A IESol se orienta pelos princípios da Economia Solidária, tais como a autonomia, cooperação, participação direta, democracia, sustentabilidade e justiça social. Faz parte de sua

dinâmica a atuação de profissionais, estudantes e voluntários de todas as áreas de conhecimento, numa dimensão multidisciplinar e interdisciplinar. Seu objetivo principal é, através do processo de incubação, acompanhar e apoiar grupos de trabalhadoras e trabalhadores na perspectiva da economia solidária. Mas além da incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), a IESol tem avançado em processos de formação e divulgação da proposta de economia solidária para grupos, organizações e equipes de equipamentos públicos que apresentem potenciais de avanços de trabalho a partir dos princípios da Economia Solidária.

Embora a incubação seja central para a IESol, ela abarca uma variedade de outras atividades, e aqui destacamos um elemento comum a todas elas: a formação. É nesta perspectiva que o artigo é desenvolvido, apresentando o Projeto “Desenvolvimento local e formação em Economia Solidária para gestores e grupos vulneráveis em municípios de Ponta Grossa e Região” no âmbito do Programa Universidade Sem Fronteiras-USF, política pública do Governo do Estado do Paraná, responsável por apoiar projetos de extensão universitária.

Sendo assim, o presente artigo tem por objetivo apresentar as experiências do referido projeto e destacar seus desafios e potencialidades. Por se tratar de um projeto de extensão, seus autores participaram de forma ativa das atividades, configurando uma pesquisa-ação. E neste sentido, este artigo está fundamentado nos relatos da equipe, suas impressões e formas de atuação.

Para fins de compreensão, o trabalho está dividido em subitens, iniciando com a apresentação do projeto e seguindo com um relato de cada uma de suas metas.

Projeto “Desenvolvimento Local e formação em Economia Solidária para Gestores e Grupos vulneráveis em Municípios de Ponta Grossa e Região” USF - Universidade Sem Fronteiras

A IESol/UEPG, iniciou no ano de 2022 as atividades do projeto “Desenvolvimento Local e formação em Economia Solidária para Gestores e Grupos Vulneráveis em Municípios de Ponta Grossa e Região” cuja duração era de 12 meses. Dentre os objetivos previstos neste projeto, são: à formação em Economia Solidária, direcionadas ao público em situação de vulnerabilidade social bem como, gestores públicos de municípios da região dos Campos Gerais, visando a expansão e promoção da economia solidária como alternativa de trabalho, renda, socialização e valorização do ser humano, incentivando a criação de novos empreendimentos econômicos solidários (EES).

O referido projeto tem por público alvo os jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, estudantes do ensino fundamental e/ou médio, usuários de centros de assistência municipal, equipe técnica de equipamentos públicos, comunidade em geral incluindo trabalhadores de empreendimentos econômicos solidários e moradores de bairros periféricos de Ponta Grossa e municípios vizinhos.

Dentre as atividades desenvolvidas tem-se: capacitação de agentes públicos em economia solidária, formação em economia solidária para usuários dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) da região dos Campos Gerais. Promoção de cursos, palestras e oficinas, participação em reuniões da Rede RIU-PR - Rede de Incubadoras Universitárias de Apoio e Fomento à Economia Solidária do Paraná, apresentação de trabalhos em eventos acadêmicos e/ou publicação de artigos a partir das ações executadas no projeto. Elaboração de materiais de divulgação que contenham informações sobre as ações e atividades. E por fim, a elaboração, apresentação e publicação de trabalhos sobre ações relacionadas ao projeto.

Considerando que a economia solidária sustenta uma relação de proximidade com a proposta de adaptar e co-construir o conhecimento científico, tecnológico e de inovação a partir das necessidades dos grupos em situação de vulnerabilidade social, ressalta-se a importância da consolidação do projeto. Trata-se da apresentação e discussão da ECOSOL como alternativa de trabalho, renda, socialização e valorização do ser humano para um conjunto da população que ainda não têm contato com esta possibilidade.

O referido projeto possui financiamento via Unidade Gestora do Fundo Paraná (UGF) aprovado pela SETI – Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em execução pela IESol, através do Programa Universidade Sem Fronteiras (USF). Este programa foi instituído através da Lei Estadual nº 16.643, de 24 de novembro de 2010, e visa apoiar ações de extensão articuladas à pesquisa e ensino através de instituições de ensino superior com vistas ao desenvolvimento social de populações em regiões vulneráveis do Estado do Paraná (PARANÁ, 2022).

A metodologia do projeto enfatiza uma abordagem participativa, que se adapta às particularidades de cada público-alvo envolvido. A partir das nuances de cada contexto e suas características específicas, os participantes são incorporados ao processo de concepção, implementação e avaliação das ações.

A equipe do projeto é composta por duas técnicas Assistentes Sociais e três bolsistas, duas do curso de Serviço Social e uma de Economia, além de ter o apoio dos demais técnicos e professores da IESol/UEPG e os estagiários de outros projetos que fazem parte do programa de extensão, tendo alunos de cursos diversos como Química, Jornalismo, Administração, entre outros.

Durante as formações dedicadas a cada grupo-alvo, são apresentados exemplos de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), tanto aqueles apoiados pela IESol quanto outros notáveis, tanto no cenário nacional quanto internacional. Além

disso, os participantes têm a oportunidade de ouvir relatos de trabalhadores de EES incubados pela IESol e de se envolver em atividades práticas, como a participação em clubes de trocas.

Atuar com Grupos de usuários de Centros de Assistência Social (CRAS) visando a inclusão produtiva e cultura

Os Centros de Referência em Assistência Social, os CRAS, são equipamentos públicos que se inserem dentro da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Esta política pública apresenta as diretrizes para a efetivação da Assistência Social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. E da mesma forma, apresenta os eixos estruturantes necessários para a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no qual o CRAS está localizado.

É um equipamento público que permite a organização e articulação das unidades da rede socioassistencial e de outras políticas, sendo este, um espaço de muito potencial para ações em economia solidária.

O Centro de Referência de Assistência Social (Cras) é a porta de entrada da Assistência Social. É um local público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade. [...] Conhecendo o território, a equipe do Cras pode apoiar ações comunitárias, por meio de palestras, campanhas e eventos, atuando junto à comunidade na construção de soluções para o enfrentamento de problemas comuns, como falta de acessibilidade, violência no bairro, trabalho infantil, falta de transporte, baixa qualidade na oferta de serviços, ausência de espaços de lazer, cultural, entre outros. (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2015).

Antes deste projeto iniciar suas atividades no ano de 2022, algumas ações pontuais já haviam sido desenvolvidas junto à alguns CRAS - Centro de Referência de Assistência Social na região e demonstraram a potencialidade de uma ação mais efe-

tiva em relação à economia solidária nestes espaços, o que motivou a inserção dos mesmos nos objetivos do projeto “Formação em Economia Solidária para Gestores e Grupos Vulneráveis”.

Dentre as metas elencadas no projeto, foram previstos seis encontros a serem realizados junto aos CRAS no sentido de atuar com grupos de usuários visando a inclusão produtiva e cultural. Entre as etapas de execução estão co-construir um plano de atividades e proporcionar formações e avaliar o que está sendo desenvolvido para que se possam elencar desafios enfrentados e potencialidades observadas. Para tanto, cabe expor as experiências realizadas e destacamos os principais aspectos observados durante cada momento de encontro entre os usuários e a equipe do projeto. Os encontros aconteceram nos municípios de Ponta Grossa (CRAS Sabará); no município de Carambeí (CRAS Novo Horizonte) e no município de Castro (CRAS Vitória de Freitas).

Em março de 2022 a equipe fez sua primeira formação em um CRAS por meio deste projeto. Esta formação ocorreu no dia 8 de março coincidindo com a comemoração do Dia das Mulheres promovida pelo CRAS Novo Horizonte. A coordenação do equipamento fez o convite a IESol/UEPG para compartilhar suas atividades e explicar sobre a Economia Solidária para o grupo de mulheres que iriam comparecer neste encontro. A formação contou com a participação de 26 mulheres e ocorreu no período da tarde, seguindo uma metodologia participativa que pudesse ter aberturas para que os envolvidos pudessem expor suas ideias, experiências e dúvidas conforme o decorrer do espaço formativo proporcionado.

Iniciando com uma dinâmica para que todos pudessem se conhecer e compartilhar algo que gostam de fazer, na chamada “Teia de Relacionamentos”, surgiram ideias de alimentos e artesanatos, demonstrando já no início o grande potencial de se estabelecer um empreendimento econômico solidário (EES) que viria a valorizar as produções coletivas e individuais de todas as interessadas. Sobre a dinâmica, vale ressaltar que:

A Dinâmica da Teia de Relacionamentos, trata-se de um exercício muito utilizado para a apresentação pessoal de grupos, tanto em sala de aula quanto em treinamentos, entre outras situações. [...] Geralmente é aplicada em grupos ou equipes que possuam como membros pessoas que possam se conhecer e, conseqüentemente, promovam um relacionamento interpessoal e desenvolvam sua autoconfiança. É um ótimo exemplo de dinâmica que pode ser realizada no primeiro dia de trabalho ou para integrar equipes. (MARQUES, 2019, p.1).

Nesta formação, a equipe responsável iniciou a apresentação da proposta da Economia Solidária enquanto uma alternativa à geração de trabalho e renda, e renda e seus princípios norteadores, autogestão, cooperação, solidariedade e sustentabilidade numa perspectiva de transformação social.

Ainda, se apresentou a IESol enquanto um programa de extensão permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), o qual permite a atuação de estudantes de graduação e pós-graduação de diversos cursos, além de professores, técnicos, estagiários, extensionistas e pesquisadores interessados em contribuir com as atividades da incubadora.

Além disso, apresentou-se os grupos incubados pela IE-Sol. São eles: a AFESol (Associação de Feirantes da Economia Solidária), o Acampamento Maria Rosa do Contestado e a Associação dos Campos Gerais de Jardinagem e Saboaria. Foram compartilhadas breves narrativas históricas de cada EES, destacando seus membros, produtos e exemplos de atividades desenvolvidas com os participantes. Em seguida, foi apresentada a Feira de Economia Solidária da UEPG (FESU), uma feira semanal que acontece nas instalações da própria Universidade. Nesse espaço, os grupos participantes têm a oportunidade de interagir em um ambiente de socialização, convivência, formação, troca de conhecimentos e comercialização.

Sendo um dia solene, a equipe fez uma fala sobre a importância da data, que é por si só histórico, ou seja, “é uma data que simboliza a busca de igualdade social entre homens

e mulheres, em que as diferenças biológicas sejam respeitadas, mas não sirvam de pretexto para subordinar e inferiorizar a mulher.” (BLAY, 2001, p.601). Portanto, este momento foi de grande importância para todos e possibilitou inúmeras reflexões sobre ser mulher no mundo do trabalho, e indo mais além, ser mulher na Economia Solidária e na sociedade.

Ao término da atividade e com base na interação com os participantes, a equipe pôde identificar um significativo potencial no grupo para se integrar na dinâmica da Economia Solidária. Vale ressaltar que várias pessoas compartilharam suas habilidades e interesses similares durante a discussão e expressaram disposição para aprofundar essa conversa e até mesmo para explorar atividades práticas relacionadas. Essas observações levaram a equipe a ponderar sobre a viabilidade de estabelecer um Empreendimento Econômico Solidário (EES) entre os presentes na reunião. No entanto, é importante mencionar que, para avançar nessa direção, serão necessárias discussões mais detalhadas e a formulação de uma proposta clara, além da consideração de questões objetivas a serem abordadas.

Da mesma forma, também atividades de formação em economia solidária foram desenvolvidas no CRAS da Vila Sabará, no bairro Chapada, município de Ponta Grossa. O contato partiu da IESol/UEPG que, enquanto equipe, identificou que seria um espaço onde poderiam ser realizadas atividades conjuntas. Portanto, após contato inicial com a coordenação deste equipamento público, a proposta poderia finalmente entrar em execução.

A equipe responsável pela demanda se reuniu no início do mês de maio para o planejamento, definindo as possibilidades de disponibilidade da equipe (visto que o horário disponível coincidia com o horário de aulas de parte da equipe) e organização dos materiais de apoio, bem como os que seriam distribuídos aos participantes interessados, lista de presença e um livro do programa de extensão.

A formação no CRAS Sabará aconteceu no dia 24 de maio de 2022, no período da manhã, contando com a participação de 09 (nove) pessoas, sendo 02 (duas) da equipe técnica do CRAS e 07 (sete) do grupo de geração de renda. Este grupo frequenta o local há cerca de 7 (sete) meses aproximadamente e faz a produção de diversos de artesanatos, além de participar de oficinas oferecidas por meio de parcerias e de participar do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Quanto à metodologia, após a explicação sobre Economia Solidária e de seu potencial para o grupo de geração de renda, também foram expostos os materiais necessários para a dinâmica programada.

No momento foram utilizados materiais de apoio e de divulgação dos grupos incubados atualmente pela IESol, sendo eles a AFESol - Associação de Feirantes de Economia Solidária, o Acampamento Maria Rosa do Contestado e a Associação dos Campos Gerais de Jardinagem e Saboaria. Além de divulgar também a FESU - Feira de Economia Solidária da UEPG que é um espaço de socialização, convivência e comercialização. (ALBACH, PANTALEÃO E MOURA, 2022, p.3).

No decorrer do encontro, a equipe da IESol/USF mostrou as fotografias dos EES incubados atualmente, o que gerou muito interesse das participantes. Estas se mostraram ansiosas por mais momentos de trocas entre a universidade e o grupo em questão.

Além disso, partindo da coordenação do CRAS Sabará, ficou acordado que futuramente iriam visitar a FESU/UEPG para conhecer os EES acompanhados pela IESol, seria um momento enriquecedor e de muita troca e convivência para todos os envolvidos de ambas as partes. A equipe ainda discutiu a possibilidade de realizar futuras atividades e proporcionar troca de experiências diretas entre os grupos que já foram incubados pela IESol e os/as participantes da atividade, principalmente da AFESOL por conta de ser um grupo que produz e comercializa artesanato.

Destaca-se que dado já existir um grupo constituído neste local, que já está desenvolvendo algumas atividades produtivas e de exposição dos materiais, a equipe da IESol/UEPG, discutiu em algumas reuniões que há uma clara da possibilidade de acompanhamento mais efetivo do grupo, como relatado por Albach, Pantaleão e Moura, (2022): “Além da oficina, entrou em debate uma possível incubação, mas são planos futuros visto que foi identificado um grande potencial para se trabalhar a economia solidária e contribuir com o desenvolvimento da região.” (ALBACH, PANTALEÃO E MOURA, 2022, p.4).

Figura II: Participantes do grupo de geração de renda e equipe da IESol/USF durante a formação no CRAS Sabará.



Fonte: Equipe do Projeto, 2022.

É importante destacar a abertura desses espaços formativos, que muitas vezes decorrem da forte demanda da sociedade e da comunidade externa. Estes grupos e equipamentos públicos carecem de contato direto ou conhecimento advindo

das universidades, que neste caso, por meio de um programa de extensão, possibilitou levar a discussão de Economia Solidária para os CRAS.

Por fim, tendo em vista que a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) prioriza ações voltadas ao enfrentamento das desigualdades socioterritoriais e se baseia em princípios democráticos que buscam proteger os direitos sociais da população vulnerável que é atendida. Podemos dizer que existe semelhança da Economia Solidária, também por aderir à lógica de enfrentamento das desigualdades, especificamente as advindas do mercado de trabalho, seguindo princípios abrangentes que se somam à democracia, portanto, existe a possibilidade de articulação entre as partes.

Descrevendo as atividades realizadas nos CRAS, apontamos as atividades desenvolvidas no CRAS Vitória de Freitas, situado no distrito de Socavão, na área rural do município de Castro. As atividades aconteceram nos dias 28 de julho e 01 de agosto de 2022, ambas no período da tarde, após uma solicitação que partiu da coordenação local.

A solicitação teve motivação a partir de um projeto executado pelo próprio CRAS, chamado de “Projeto de geração de renda Semear”. Este projeto é ligado à Prefeitura de Castro e aprovado por meio do CRAS com o objetivo de realizar formações e outras atividades para a população da região.” (IESOL, 2022, p.1).

Sendo assim, cabe ainda destacar que aconteceram reuniões de planejamento internas para a equipe responsável pelo momento formativo a ser realizado, além de contatos com a coordenação que partiram já no início do cronograma em meados de maio, também contando com registros documentais da incubadora: “ [...] no dia 13 de maio de 2022 a atual coordenadora do CRAS já havia entrado em contato e realizado reunião com todas as instituições que fariam parte do projeto Semear, [...] e já estava com o cronograma previamente organizado.” (IESOL, 2022, p.1).

Destaca-se que o Distrito do Socavão, pertencente ao município de Castro, que tem uma população predominantemente de famílias que trabalham com agricultura familiar. Um grande número destas famílias têm dificuldades com seus processos de comercialização. Principalmente às famílias atendidas no CRAS podem ser caracterizadas muito praticantes basicamente de uma agricultura de subsistência e com um volume muito baixo de produtos comercializados atualmente.

Destaca-se que a desarticulação de políticas públicas de comercialização direta entre agricultores, atingiu diretamente algumas das famílias com que a IESol teve contato. Entre essas políticas, foi relatado que algumas famílias comercializavam através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), operacionalizado pela Companhia Nacional de Alimentos (CONAB). A partir de 2014 após uma ofensiva jurídica e policial sobre o programa, chamada de operação agro fantasma, crise fiscal e a mudança no governo federal, esta política pública foi basicamente desarticulada e analistas apontavam para o seu encerramento, a despeito dos diversos ganhos para a sociedade como um todo que a mesma representava. (PERIN et al, 2021).

As formações diretamente com o grupo ocorreram em dois momentos. Sendo uma no dia 28 de julho de 2022 que tinha como conhecer melhor o grupo, proporcionar o contato com elementos básicos da economia solidária e apresentar os casos dos grupos incubados pela IESol, características dos EES, debate sobre as percepções e dúvidas das pessoas e os registros da atividade. É importante ressaltar que neste caso em específico, houve uma maior abrangência, podendo a equipe relatar experiências anteriores de EES que não estão mais incubadas pela IESol, neste caso dando uma atenção especial para os grupos de agricultura familiar.

Para compreender a importância da temática para a região do Socavão, cabe citar Dos Santos e Mitja, (2016):

A agricultura familiar é de grande importância social e econômica, responsável pelo abastecimento de alimentos no

Brasil e no mundo. Esta importante parcela de trabalhadores rurais foram excluídos das políticas de desenvolvimento elaboradas para a produção das grandes propriedades, e sofrem com a demanda da competitividade e desafios da globalização (DOS SANTOS; MITJA, 2016).

Apesar da região ser forte na exploração pelo agronegócio, com plantio em larga escala e exploração intensiva, o distrito do Socavão tem um grande número de agricultores familiares tradicionais, inclusive remanescentes de quilombolas e assentamentos rurais da reforma agrária. Desta forma, também foi ressaltada a potencialidade da Economia Solidária principalmente para os agroecológicos, no sentido de geração de renda, fornecimento de alimentos saudáveis, e proporcionando segurança alimentar e respeito ao meio ambiente.

Vê-se a promoção da saúde do meio ambiente na ideia de preservação da biodiversidade, respeito aos ciclos e a rotação de culturas, o não empobrecimento das terras e as atividades biológicas do solo, onde o uso de defensivos agrícolas utilizado pela agricultura convencional degrada e modifica o solo. (KORTING ET AL, 2011, p.4).

Em relação a Agroecologia, destaca-se que a mesma é uma ciência que trata da produção agropecuária, mas que tem como base fatores não só econômicos, mas também ambientais e sociais.

A agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda da natureza dos agroecossistemas. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. [...]. (ALTIERI, 2004, p. 23).

Complementamos ainda que a agroecologia ainda é compreendida por muitos agricultores e técnicos como um conjunto de práticas agrícolas sem o uso de insumos agroquímicos e exploração intensiva dos recursos naturais e pelos movimentos sociais um modo de vida. A agroecologia ainda gerou um

significativo movimento social de luta por sua disseminação e conquista de políticas públicas que gerou o que pode ser chamado de Movimento Agroecológico (VALADÃO e MOREIRA, 2021).

Neste sentido, o segundo encontro, o do dia 01 de agosto, contou com uma formação específica sobre agricultura familiar, considerando as especificadas locais e o fato de todos os participantes serem parte desta categoria. Incluindo as pessoas que moravam nas sedes dos distritos. Destaca-se que nem todos participantes mantêm uma produção que possa ser considerada agroecológica, assim como algumas pessoas, principalmente as mulheres, se identificarem com produção de alimentos (processamento) e artesanato.

Neste encontro a metodologia básica foi uma roda de conversa, entre um membro da IESol que trabalha diretamente com grupos de agricultores agroecológicos e os agricultores. Enfatizando-se aspectos sociais da agroecologia e da necessidade de organização local. Além de buscar apontar que os próprios agricultores familiares possuem um importante conhecimento prático que tem como base o conhecimento camponês acumulado por gerações. Assim como seu potencial em superar adversidades, principalmente em relação a segurança alimentar visto que são produtores de alimentos.

Figura III: Equipe da IESol/UEPG e participantes durante a formação do dia 28 de julho de 2022 no CRAS Vitória de Freitas no Socavão, em Castro/PR.



Fonte: Equipe da IESol

Por fim, cabe pontuar que mesmo que tenham por base a mesma PNAS, cada local está imerso em um contexto local muito específico, mesmo que apresentando algumas características comuns em relação a situação de vulnerabilidade social. Mas sempre considerando estas especificidades locais, o que fica em comum é a grande potencialidade de troca entre a Assistência Social e a Economia Solidária. Que possuem objetivos em comum e têm a ganhar de forma mútua com essa aproximação. Considerando que o desenvolvimento local, a democracia, a sustentabilidade, a geração de renda e o atendimento ao público vulnerável são propósitos comuns entre ambos. Desta forma, ao adentrarmos no debate da proximidade entre a Assistência Social e a Economia Solidária, também precisamos estar atentos às diferentes abordagens a cada novo espaço ocupacional que a IESol/UEPG realiza suas atividades, mesmo que estes pertençam a uma mesma política pública.

Realizar atividades de formação em Economia Solidária voltadas para jovens e adolescentes em escolas e colégios

Dentro da proposta de buscar diferentes grupos sociais que possam manifestar interesse na economia solidária, o projeto tinha como umas de suas metas proporcionar atividades de formação em Economia Solidária voltadas para jovens e adolescentes em escolas e colégios de Ponta Grossa e região. Destaca-se a potencialidade desse grupo para o questionamento da sociedade atual e a proposta de construção de uma sociedade mais justa e solidária.

É a partir de experiências no campo da educação e formação acumuladas pela IESol, que a equipe do projeto esteve proporcionando uma capacitação para os professores do CAIC - Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente, escola pública situada em um dos Campus da UEPG. Esta capacitação foi realizada com os docentes da escola e teve o objetivo de apresentar a Economia Solidária e seus princípios aos docentes desta escola e apresentar os Empreendimentos Econômicos Solidários incubados pela IESol durante o ano de 2022. Além disso, foi apresentada experiências da atuação da IESol em escolas, como as realizadas com o Centro Social Marista Santa Mônica, e no Colégio Marista Pio XII, diretamente com crianças e adolescentes, a fim de traçar e planejar as possibilidades de atuação junto ao CAIC.

Segundo Freire (1997, p. 20-21), o papel da escola é muito mais do que ensinar boas maneiras, ler e escrever, mas criar consciência crítica e formar um cidadão em cada um de seus alunos. Dessa forma, a educação é essencial para formação e desenvolvimento do ser humano, tendo em vista que o mesmo pode contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

Assim como as práticas da Economia Solidária presentes no dia a dia desses indivíduos, proporciona que as crianças possam perceber que trabalhar em coletivo, com respeito, entre outros princípios da Economia Solidária, além de ser mais harmonioso e justo, torna-se também mais produtivo para todos

que estão participando. Sendo assim, elas conseguem estimular valores sociais. A escola deve ser o espaço em que a criança tenha condições de aprender, de criar e de crescer, para que assim, o conhecimento seja construído coletivamente, articulando “o saber de experiência feito” que os alunos têm até chegar no saber científico, mediado pelas experiências no mundo. (FREIRE, 1999).

Diante disso, a equipe considerou a formação já realizada com os professores como o primeiro movimento para atuação direta com os alunos do CAIC. Neste se discutiram diversas possibilidades de atuação, a partir do retorno apresentado pelos professores, os quais demonstraram abertura e receptividade a temática da Economia Solidária.

A partir deste momento, com os professores e considerando as potencialidades de atuação da equipe, foi esboçado um plano de ação em conjunto com os docentes. Estes apresentaram inúmeras alternativas de execução, tais como: trabalhar os princípios da economia solidária; atividades práticas como a dinâmica de formar um empreendimento focando na auto-gestão, no preço justo e no consumo consciente, para arrecadar fundos para a formatura; o desenvolvimento de ações de educação ambiental e a possibilidade de reativar o Clube de Mães, trazendo os familiares à rotina escolar vinculada aos princípios da Economia Solidária. Essas atividades deram origem a dois projetos de intervenção do curso de Serviço Social que integraram os alunos de 5º a 9º ano do CAIC, mas seu conteúdo extrapola o objetivo deste trabalho¹.

¹ Sobre os projetos de intervenção consultar: Economia Solidária no CAIC: uma abordagem com crianças do 9º ano; Educação Ambiental, Economia Solidária e sua importância.

Figura IV - Formação em Economia Solidária com Professores do CAIC (Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente).



Fonte: Equipe do Projeto, 2022.

Além destas experiências aqui citadas, a IESOL realizou uma oficina diretamente com alunos do 9º ano no Instituto de Educação Prof. César Prieto Martinez, colégio público no município de Ponta Grossa. Nesta oficina executou-se uma dinâmica a qual indagou a percepção de solidariedade entre os adolescentes. Nesta atividade foram explicitados também alguns princípios da Economia Solidária, e logo em seguida, a experiência dos educandos vivenciarem um pouco a ECOSOL e montagem de EES na perspectiva dessa prática ser uma alternativa de arrecadar fundos para a formatura dos mesmos no final do ano de 2022.

Realizar atividades de formação em ECOSOL para públicos diversos

Dentro desta meta do projeto se incluem grupos não ligados diretamente a equipamentos de políticas públicas ou escolas. Aqui se previam formações a grupos de trabalhadores e trabalhadoras, entidades assistências, movimentos sociais e demais organizações. Estas atividades não previam neste projeto uma continuidade, pois eram muito mais a divulgação da economia solidária e iniciar o despertar de um interesse pelo

tema e para o planejamento de eventuais ações futuras ou mesmo para que estes próprios grupos se aproximem da economia solidária.

A primeira ação realizada a partir deste item foi a formação realizada em uma comunidade terapêutica do município de Ponta Grossa, o Esquadrão da Vida. A comunidade atende homens que realizam tratamento de dependência química e transtornos mentais leves; tal comunidade integra a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Abordando os princípios e exemplos da economia solidária, essa formação teve o total de 43 pessoas alcançadas dentre elas estavam funcionários e os acolhidos. A princípio, a abertura da formação começou com uma dinâmica que os participantes falavam seu nome e algo que gostam de fazer. Os integrantes da comunidade demonstraram interesse e curiosidade sobre ECOSOL, além de ser uma turma bem provocativa acerca do assunto.

Dando continuidade às ações, a IESol foi contactada pela CUFA/PG - Central Única de Favelas de Ponta Grossa, organização ligada à CUFA nacional. Na cidade de Ponta Grossa a CUFA atua em várias comunidades tais como: Ouro Verde, Costa Rica, Panamá, Vila Belém, Vila Nova, Ocupação Dom Bosco, Londres. Em comum todas essas comunidades são vilas periféricas, oriunda ou de loteamentos populares promovidos pelo poder público ou ocupações urbanas e possuem uma grande carência de infraestrutura e de falta de serviços públicos acessíveis. As ações da CUFA estão ligadas a atividades educacionais, culturais e de cidadania para as populações das comunidades em que atua.

A Central Única das Favelas (CUFA) é uma Organização Civil de interesse Público (OSCIP), criada na favela de Cidade de Deus, no Rio de Janeiro. Hoje, está presente em mais de 15 países no planeta, além de todos os estados brasileiros. Investe em políticas sociais, culturais e cursos de formação profissional por meio de parcerias e contratos com o Estado, fundações e empresas privadas. (SANTIA-GO, 2011, p.2).

Compreendendo o amplo trabalho realizado pela CUFA nas favelas e o significado da discussão em torno da Economia Solidária, a formação feita com lideranças e representantes das comunidades representa uma oportunidade de expansão da ECOSOL nos bairros de Ponta Grossa. Por meio do conhecimento e estímulo, a população dessas comunidades podem atuar como multiplicadores de economia solidária, podendo desenvolver futuramente empreendimentos com base nos princípios da ECOSOL e gerando trabalho.

Como resultado, o primeiro encontro de formação da equipe do projeto foi com os líderes da CUFA no dia 28 de março de 2022, com um total de 12 participantes, incluindo os líderes de cada um dos bairros atendidos pela CUFA em Ponta Grossa. A atividade começou com um jogo de construção de relacionamento onde os participantes tinham que se apresentar, o bairro que representavam e algo que gostavam de fazer ou eram bons. O objetivo era estabelecer uma “rede” com a ajuda de um barbante que representasse redes de economia solidária.

A capacitação não parou nas demonstrações práticas, pois incluiu também uma discussão sobre o mercado de trabalho formal e suas instabilidades no presente, levando em conta a situação de pandemia de COVID, que ainda se vivenciava naquele momento, bem como as crises causadas por um sistema disfuncional que coloca o lucro antes das pessoas e do meio ambiente.

De certa forma, as ideias da CUFA e da IESol se alinham quando se trata de uma prática humanitária; por isso, a participação de todos foi fundamental para a construção de uma parceria entre os dois grupos. Eles podem trabalhar juntos na perspectiva de geração de trabalho, renda e modo de vida para as diversas comunidades de Ponta Grossa.

Considerações Finais

Constitucionalmente, ao Poder Público, cabe financiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão com o montante referente a 18% da receita acumulada com impostos, em que, tais subsídios são destinados na forma de recursos orçamentários consignados no orçamento geral da União. Isso implica que o orçamento recebido pelas Universidades é deveras imprescindível para o financiamento das mesmas, configurando-se importante ferramenta para a manutenção das instituições. (SANTOS, 2013).

Por outro lado, a destinação dos recursos orçamentários que viabilizam as atividades de ensino depende da captação de recursos que, em razão das sucessivas crises econômicas pelas quais o país tem atravessado nos últimos anos e das contenções orçamentárias impostas pelo governo no orçamento destinado para o MEC; contribui desfavoravelmente para as Universidades, considerando que no tripé acadêmico, a Extensão configura o ramo menos beneficiado no que concerne à destinação dos recursos captados (SANTOS, 2013).

Em face destes contextos, torna-se um desafio o planejamento e execução das atividades de Extensão, para as quais reitera-se, dependerem diretamente dos recursos à elas destinados, pois, as atividades extensionistas compõem o currículo e são, obrigatoriamente, integrantes ao processo de ensino nas Instituições de Ensino Superior de acordo com o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (BRASIL, 2014)

Outrossim, denota atenção o fato que as atividades de Extensão desenvolvidas nas Instituições de Ensino Superior são concebidas, de acordo com Paulo Freire, numa relação dialógica, funcionando como elo de interlocução entre a academia e a sociedade; promovendo assim, em termos práticos, a necessária vinculação entre produção de conhecimento e aplicabilidade social, tornando a prática da Extensão, uma expressão acadêmica relevante, urgente e absolutamente necessária.

Neste sentido, O Programa Universidade sem Fronteiras do estado do Paraná permite que os projetos de extensão sejam executados e alcancem resultados exitosos como este apresentado.

As ações do projeto fomentaram a expansão da construção de conhecimentos e práticas da Economia Solidária em Ponta Grossa e Região e tiveram grande repercussão nos municípios, cumprindo com o papel social da Universidade, o impacto do trabalho realizado durante o período de execução do projeto foi bem avaliado por todos os grupos e instituições atendidas, tendo demanda de continuidade na maioria delas, destacam-se as potencialidades de formação de novos Empreendimentos Econômicos Solidários a partir das formações realizadas pelo Projeto em 2022.

Em avaliação interna da equipe, concluiu-se que através do trabalho que o projeto realizou adquiriu-se muito conhecimento, experiência, vivência e profissionalismo, enriquecendo assim a formação pessoal, acadêmica e profissional dos bolsistas; em vista a expansão da economia solidária nos Campos Gerais, como alternativa de superação da vulnerabilidade social. Em síntese, o projeto ao todo alcançou 690 pessoas diretamente, mas seu efeito multiplicador ecoa em diversos espaços abrangendo parte da comunidade com maior vulnerabilidade socioeconômica.

Referências bibliográficas:

ALBACH, C.A.S. PANTALEÃO, L.H. MOURA, R.R. Economia solidária e a aproximação com os cras - centros de referência de assistência social na região dos campos gerais. In: **20º CONEX e 5ºEAEX**, UEPG. 2022.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

BLAY, E.A. **8 de março: conquistas e controvérsias vérsias**. Estudos Feministas. Pág 601-606, 2001.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: 20 Agosto de 2022.

DOS SANTOS, A.M.; MITJA, D. Agricultura familiar e desenvolvimento local: os desafios para a sustentabilidade econômico-ecológica na comunidade de Palmares II, Parauapebas. PA .**Interações**, 2016, Campo Grande, v. 13, n. 1, 2016. Disponível em: /centro de estudos assessoria.org.br/começa-oficialmente-a-década-da-agricultura-familiar-das-nações-unidas/. Acesso em: 15 de Jul de 2022.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança. Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. Editora: Olho D'água, 1997..

IESOL, Programa de Extensão Incubadora de Empreendimentos Solidários. USF 2022. **Relatórios das Atividades Mensais**. UEPG, 2022. (documentos internos - não publicados)

KORTING, M.S. NASCIMENTO, M. NOBRE, L. CARVALHO, A.M. COSTA, E.D.P. Segurança alimentar e agroecologia dentro de projeto de Extensão: Troca de saberes e de experiências para além da Universidade. In: III **Congresso Rede ITCs**, 2011.

MARQUES, J.R. **Entenda o funcionamento da dinâmica da teia e como aplicá-la**. In: IBC, 2019. Disponível em: <https://www.ibccoaching.com.br/portal/entenda-o-funcionamento-da-dinamica-da-teia-e-como-aplica-la/>. Acesso em: 14 de Julho de 2022.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Centro de Referência de Assistência Social - CRAS**. 2015. Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Apresentação. Disponível em <https://www.seti.pr.gov.br/cct/usf/apresentacao>. Acesso em 11/11/2022.

PERIN, G. et al. **A Evolução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma análise da sua trajetória de implementação, benefícios e desafios**. Brasília: Ipea. Texto para Discussão n. 2691. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10824/1/td_2691.pdf. Acesso em 11/11/2022.

SANTIAGO, Paula Soldera de Barros. **CUFA (Central Única das Favelas) um agente político na renovação das desigualdades sociais na sociedade de controle**. 2011. 96 f. Monografia (Especialização) - Curso de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Puc-Sp, São Paulo, 2011.

RABELO, M. O. et al. O mutirão de prevenção ao câncer: um relato de experiência no âmbito da extensão universitária. **Revista Intercâmbio**, v. 7, p. pág. 411-418, 2016.

SANTOS, F. S. **Financiamento Público das Instituições Federais de Ensino Superior IFES: Um estudo da Universidade de Brasília-UnB**. 2013. 69 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

VALADÃO, A.C.; MOREIRA, S.S. Movimento agroecológico in: DIAS, A. et al. **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular: Rio de Janeiro: Escola Politécnico de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. P. 508-512

Sororidade e economia solidária: um estudo na Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários (IESOL/UEPG)

*Gabriele Petroski Machado¹
Reidy Rolim de Moura²*

Introdução

Os princípios da economia solidária - a autogestão, a solidariedade, a cooperação, a sustentabilidade e entre outros - contribuem para a equidade entre homens e mulheres, pois na economia solidária as mulheres são vistas como capazes de executar as mesmas atividades que os homens sem serem inferiorizadas. O que é evidenciado tanto pelo reconhecimento do trabalho feminino, quanto pela distribuição das sobras³ de forma justa, já que são repartidas igualmente entre os trabalhadores e trabalhadoras ou proporcionais ao trabalho (tempo e função) executado por cada membro. A forma como as sobras são

¹ Graduada em Serviço Social e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, ambos pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: gabipm14@hotmail.com

² Professora Doutora no Departamento de Serviço Social e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: reidymoura@gmail.com

³ Na economia solidária não se utiliza o termo lucro, pois remete à acumulação de capital. Por isso o termo utilizado é “sobras”.

divididas entre cada membro é definida entre os trabalhadores e trabalhadoras dos empreendimentos econômicos solidários, de maneira que todos consideram justa.

Na sociedade patriarcal, é comum as mulheres serem responsabilizadas pelos afazeres domésticos e pelos cuidados dos membros da família (filhos, idosos, pessoas doentes, etc.). Por este motivo algumas mulheres deixam de estar no mercado de trabalho remunerado ou acabam assumindo uma dupla jornada de trabalho. Isto decorre de uma organização cultural e societária, onde os papéis sociais foram definidos a partir dos sexos, ao homem o provimento e à mulher os cuidados (SAFFIOTI, 2015).

E como fruto da divisão dos papéis sociais, nasce a divisão sexual do trabalho, definida por Hirata e Kergot (2007) como a distribuição das tarefas no mercado de trabalho entre homens e mulheres com base nas relações sociais entre os sexos e está fundamentada no princípio da separação (do trabalho) e no da hierarquia (o que é realizado pelo homem tem mais reconhecimento).

O trabalho doméstico e o tempo dedicado aos cuidados da família disponibilizado pelas mulheres, são atividades não remuneradas, ou seja, além de exercer as atividades domésticas, muitas vezes as mulheres precisam dispor de mais tempo para poder se inserir no mercado de trabalho remunerado.

As duplas - ou até mesmo triplas - jornadas de trabalho assumidas pelas mulheres acarretam na sobrecarga de atividades e diante disso se depara com o discurso da “mulher guerreira”, que nada mais é do que a mulher que perante as suas necessidades assume várias responsabilidades e muitas vezes sem contar com o apoio de outra pessoa (seja familiar ou não) e se sobrecarrega na tentativa de dar conta do trabalho remunerado, do cuidado dos filhos e dos afazeres domésticos, entre outras atividades.

Essa romantização do trabalho excessivo exercido pelas mulheres, gera um ambiente de concorrência e julgamento en-

tre as próprias mulheres, contribuindo ainda mais para as desigualdades de gênero e na reprodução do machismo. Se encontra no feminismo uma oportunidade das mulheres alcançarem uma condição de vida de igualdade, ou melhor, de equidade, em relação aos homens.

Os feminismos contemporâneos objetivam a busca de uma nova identidade para as mulheres, e a sororidade ocupa um lugar central como ferramenta para construção dessa nova identidade e, por conseguinte, da desconstrução da identidade feminina tradicional (BECKER e BARBOSA, 2016, p. 245)

Diante deste contexto, observa-se que na economia solidária, as mulheres encontram a flexibilização da jornada de trabalho e conseguem conciliar a rotina de trabalho com a rotina dos filhos e afazeres domésticos, sem se sentir prejudicada.

Neste sentido, observou-se que nos empreendimentos econômicos solidários as mulheres são solidárias e empáticas umas com as outras, se reconhecendo enquanto uma rede de apoio para com as mulheres, apontando a existência da sororidade entre elas.

No município de Ponta Grossa, a Incubadora de Economia Solidária (IESol), dentre as diversas ações que executa, realiza a incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Partindo da experiência destas autoras, vivenciadas enquanto aluna de graduação extensionista no período de 2018 e enquanto coordenadora do Programa de Extensão IESol desde 2011, respectivamente, identificou-se que a maior parte das pessoas que integravam os EES eram mulheres.

Portanto, buscou-se compreender a relação do conceito sororidade com a economia solidária a partir da experiência de incubação dos grupos urbanos da IESOL no ano de 2018.

Sororidade: uma categoria em construção

É impossível falar de sororidade sem remeter-se às discussões de gênero, visto que este é um conceito que deriva das reflexões e discussões acerca deste tema, as quais foram se acentuando conforme a sociedade foi se organizando. Nesta “organização” da sociedade, a mulher se encontrava como coadjuvante do homem, o qual era o protagonista das relações sociais, econômicas, políticas e familiares.

Historicamente, a mulher sempre teve que lutar para conquistar seu espaço na sociedade – e com espaço, entenda-se direitos. O que possibilitou que a mulher tivesse acesso aos direitos – a coisas básicas, como a escolarização e escolher com quem iria casar ou não casar – foi a luta coletiva de mulheres, que tinham um objetivo em comum: conquistar igualdade entre homens e mulheres. Esse coletivo que luta contra, principalmente, as opressões machistas, é conhecido como movimento feminista, descrito por Lisboa, T. (2010) como

um movimento sociocultural, que luta por justiça e equidade nas relações entre homens e mulheres e, sobretudo, luta para garantir os direitos humanos, principalmente o das mulheres em função do alto nível de violência e discriminação que padecem (LISBOA, T. 2010, p. 69)

O movimento feminista veio para dar vez e voz às mulheres oprimidas e reafirmar que cada mulher pode ser protagonista da sua história, buscando ainda, minimizar – ou extinguir – a concorrência e a competição entre mulheres, e fazer com que estas reconheçam e aceitem a diversidade e diferenças entre elas.

E é com este pressuposto que a sororidade se origina, partindo de

un esfuerzo por desestructurar la cultura y la ideología de la feminidad que encarna cada una, como un proceso que se inicia en la amistad/enemistad de las mujeres y avanza en la amistad de las amigas, en busca de tiempos nuevos,

de nuevas identidades. (LARGADE Y DE LOS RIOS, 2012, 486)

A sororidade nesta perspectiva é relativamente recente e vem repercutindo cada vez mais, nos mais variados segmentos da sociedade. Por ser um termo recente, ainda não há um consenso unânime entre os autores e autoras, gerando algumas interpretações equivocadas sobre o conceito de sororidade. Algumas compreensões sobre sororidade é pautada na simples união, irmandade e companheirismo entre as mulheres, vista de forma romantizada, na ideia de que “mulheres unidas, jamais serão vencidas”, contudo sabe-se que este entendimento não é suficiente para considerar a sororidade em um determinado espaço.

Neste sentido, a concepção de sororidade que mais se aproxima das discussões feministas é o da autora Marcela Largade y de Los Rios, a qual é uma grande referência ao movimento feminista e aos estudos de gênero. Para LARGADE Y DE LOS RÍOS (2012) a sororidade significa

la amistad entre mujeres diferentes y pares, cómplices que se proponen trabajar, crear, y convencer, que se encuentran y reconocen en el feminismo, para vivir la vida con un sentido profundamente libertario. (LARGADE Y DE LOS RIOS, 2012, 486)

Ou seja, não basta ter sororidade apenas entre mulheres que são amigas ou que compartilham de aspectos em comum, se você for solidária e respeitar apenas as mulheres que são como você, acabará reforçando as desigualdades e a exclusão de outras mulheres e não é sobre isto que a sororidade se refere. Parafraseando Bastos (2014) a sororidade deve atingir todas as mulheres, independente da sua raça, religião, orientação sexual, posição política, entre outros aspectos que possam causar conflitos de interesses entre as mulheres e, na mesma proporção deve contribuir para desconstruir coletivamente o machismo existente em cada uma e, não deve camuflar a luta de classes.

Portanto, cabe destacar que há condições que favorecem o exercício da sororidade

1) Consciência de gênero; 2) compreender que as mulheres não necessitam ser idênticas; 3) reconhecer as diferenças e conviver com a individualidade de cada mulher; 4) Solidariedade entre as mulheres, a partir da necessidade e da prioridade de cada uma. (MOURA, SOPKO e MACHADO, 2022, p. 296).

Outrossim, o que nos permite identificar a sororidade entre as mulheres são elementos de aspectos éticos-políticos, e apresentam-se enquanto indicadores

1) semelhanças entre as mulheres; 2) reconhecimento da igualdade e das diferenças; 3) reconhecimento das opressões vivenciadas pelas mulheres; 3) criação de mecanismos de defesa contra as violências sofridas pelas mulheres; 4) dar visibilidade aos avanços das mulheres nas esferas política, social, cultural, entre outras; 5) reconhecimento entre as mulheres da legitimidade da sua sexualidade. (MOURA, SOPKO e MACHADO, 2022, p. 296).

Enquanto princípios éticos da sororidade, Moura, Sopko e Machado (2022) destacam

1) Eliminação da misoginia pessoal e coletiva para não reprodução de opressão entre mulheres; 2) Promoção da valorização individual e coletiva para fortalecer as relações; 3) Reconhecimento de seu trabalho e suas capacidades próprias e reconhecimento da autoridade da outra mulher para valorização coletiva e autovalorização; 4) Saber distinguir autoridade de autoritarismo; 5) Experimentar a autoridade sem autoritarismo. (MOURA, SOPKO e MACHADO, 2022, p. 296)

É preciso se reconhecer enquanto um ser individual e também coletivo e buscar se desprender de pré-conceitos e discriminações para com outras mulheres, é importante que se compreendam enquanto protagonista da própria história sem tornar-se autoritária, mas compreendendo que todos são protagonistas de suas histórias e que todas devem ser reconheci-

das com as suas particularidades e autonomia própria. Becker e Barbosa (2016) ressaltam

A sororidade como uma prática que implica poder e liberdade de pensamento para lutar contra valores e estereótipos patriarcais que, tradicionalmente, unem as mulheres sob determinadas situações e que, em outras, as afastam e as tornam em certa medida inimigas. (BECKER e BARBOSA, 2016, p. 245)

Como uma ilustração do exercício da sororidade, destaca-se um episódio da série Brooklyn Nine-Nine (2019), disponível no streaming Netflix, em que duas mulheres que são detetives e colegas de trabalho, entram em conflito por conta de uma investigação de um suposto abuso sexual sofrido por outra mulher pelo seu chefe no ambiente de trabalho. O conflito surge porque uma das detetives acaba se envolvendo emocionalmente com o caso, por relembrar todas as vezes que passou por uma situação parecida e acaba prometendo à vítima que irá resolver o caso; enquanto a outra investigadora não concorda com a posição da sua colega, tendo em vista que prometer algo à vítima vai contra a ética policial, principalmente por não haver provas suficientes. Durante o andamento da investigação, apesar de não concordar com a posição da sua colega e não haver muitas provas de que houve realmente o assédio – apenas o relato da vítima – as investigadoras buscam de todas as formas provar o fato e garantir a segurança da mulher vítima.

A ilustração retrata elementos que nos remetem a prática da sororidade, os quais giram em torno de apoiar, respeitar, defender e lutar pelo direito de outra mulher, independente dos conflitos, obstáculos e diferenças que possam haver entre elas e que deve atingir qualquer mulher, de qualquer espaço, de qualquer segmento da sociedade, independentemente de serem próximas afetivamente ou não. Outro aspecto que se encontra presente na ilustração, são as condições da sororidade que permeiam as relações sociais em que estas mulheres estão inseridas.

Esse é apenas um exemplo que podemos identificar da sororidade, embora seja uma ilustração cinematográfica, isso ocorre constantemente no dia a dia das mulheres da vida real, os diversos embates em que são colocadas, momentos em que a sociedade as colocam como “diferentes” e “inimigas”, mas que através da prática da sororidade superam esse ideologia de competição entre mulheres.

Para, Largade y de Los Ríos (2012) a sororidade acontece no cotidiano das relações sociais, o que é corroborado pela ilustração, traçada pelo reconhecimento de ser mulher e das implicações que isso traz, ainda se observa que nos espaços regidos pelos princípios da Economia Solidária, encontram-se aspectos que tornam a prática da sororidade possível, o que será abordado no item a seguir.

Trajetória histórica da economia solidária até a sua consolidação no Brasil

A Economia Solidária (EcoSol) emerge logo após o nascimento do capitalismo industrial na Grã-Bretanha no século XIX. O capitalismo industrial se pautou na larga exploração da mão de obra dos trabalhadores - incluindo mulheres e crianças - nas grandes fábricas e na péssima ou inexistente remuneração destes, uma vez que na época não havia direitos trabalhistas (SINGER, 2013). E é neste contexto que o britânico Robert Owen, proprietário de um grande complexo têxtil, que inconformado com a precária condição de trabalho em que os trabalhadores eram expostos, para os trabalhadores de seu complexo em New Lanark, proibiu o trabalho de crianças - construindo escolas para estes - e proporcionou melhores condições de trabalho e de salários, o que resultou posteriormente na maior produtividade e, conseqüentemente maior retorno financeiro. (SINGER, 2013).

Em 1817, Owen apresentou um plano ao governo britânico para que os fundos de sustento dos pobres, cujo número estava se multiplicando, em vez de serem meramente distri-

buídos, fossem invertidos na compra de terras e construção de Aldeias Cooperativas, em cada uma das quais viveriam cerca de 1.200 pessoas trabalhando na terra e em indústrias, produzindo assim a sua própria subsistência. Os excedentes de produção poderiam ser trocados entre as Aldeias. Com cálculos cuidadosos de quanto teria de ser investido em cada Aldeia, Owen tentava mostrar que haveria imensa economia de recursos, pois os pobres seriam reinseridos à produção em vez de permanecerem desocupados. Em pouco tempo, a desnecessidade de continuar subsidiando os ex-pobres permitiria devolver aos cofres públicos os fundos desembolsados. (SINGER, 2013, p. 25-26)

No início os resultados das ações realizadas por Owen e principalmente, a sua maior produtividade (ainda que estivesse investindo mais em seus funcionários) impressionou a todos, porém ao passo que Owen explicava seu plano econômico, o governo Britânico percebeu que a proposta era não só oferecer respostas às demandas da população empobrecida, como também era uma reformulação do modelo econômico que vinha na contramão do modelo capitalista, com isso Owen perdeu o apoio dos britânicos e partiu para os Estados Unidos, na tentativa de implantar cooperativas no atual país, porém também não encontrou apoiadores e voltou para a Inglaterra. No entanto, a ideia de Owen já havia ganhado seguidores, os quais buscavam trabalhar na perspectiva de cooperativas (SINGER, 2013).

Após a experiência de Owen, outros apoiadores deste novo modelo de economia deram continuidade ao seu trabalho, sendo a mais famosa (após New Lanark) a Corporação Cooperativa de Mondragón, situada na Espanha em 1956 e que se tornou uns dos maiores exemplos de Cooperativa na perspectiva da Economia Solidária, principalmente pelo processo de autogestão. E conforme o capitalismo avançava e por consequência, deixava suas marcas, como o desemprego e o empobrecimento da população, a economia solidária se reinventava e era uma alternativa de trabalho e renda, que preenchia as lacunas deixada pelo capitalismo, era uma resposta às demandas de trabalho e renda da população.

No Brasil, a Economia Solidária chegou no início do século XX

com a crise social das décadas perdidas de 1980 e de 1990, em que o país se desindustrializou, milhões de postos de trabalho foram perdidos, acarretando desemprego em massa e acentuada exclusão social, a economia solidária reviveu no Brasil. (SINGER, 2013, p. 122)

Singer (2013) traz uma reflexão de que a Economia Solidária está atrelada aos momentos em que o sistema capitalista apresenta crises econômicas mais profundas⁴, onde os índices de desemprego se tornam tão altos e o “mercado” não dá conta de responder às demandas e necessidades da população e decorrente disso outras consequências não só econômicas, mas também sociais assolam a população, tornando precárias as condições de sobrevivência.

São nestas condições que a Economia Solidária aparece como uma resposta às demandas geradas pela crise, principalmente ao que se refere ao trabalho e renda, ao passo que este foi uma das principais motivações que levaram ao nascimento deste conjunto de atividades econômicas, mas não a única, tendo em vista que a economia solidária permanece devido aos seus princípios que contribuem para uma sociedade mais justa e com melhor qualidade de vida.

Isto posto, Gaiger (2009) define Economia Solidária como um “[...] conjunto de atividades econômicas organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores sob a forma de autogestão, é formada pelos empreendimentos econômicos solidários (EES) e suas formas de apoio” (GAIGER, 2009, p. 11) e ainda, o autor aponta enquanto principais atividades econômicas a “[...] produção de bens, prestação de serviços, finanças so-

⁴ Sabe-se que o sistema econômico capitalista não prevê o pleno emprego, justamente por que para seu funcionamento é necessário haver o exército de mão-de-obra de reserva, o que significa que neste sistema para sua existência deverá sempre haver o desemprego.

lidárias, comércio justo e consumo solidário” (GAIGER, 2009, p. 11), as quais se apresentam em

formas diversas de agricultura familiar; assentamentos do MST; empresas industriais ou rurais recuperadas por meio da autogestão; cooperativas; redes de catadores e recicladores; redes nacionais e internacionais de comércio justo; incubadoras de empresas; cooperativas populares; inúmeras experiências de finanças solidárias; clubes de trocas e as economias indígenas e dos quilombos. (LISBOA, A. 2009, p. 109)

Partindo destas reflexões e considerando que a economia solidária se opõe aos princípios capitalistas – a maior característica do capitalismo é a geração do lucro e acumulação do capital – na Economia Solidária é empregado o termo “sobras” para se referir ao valor excedente e que também substitui o termo “salário”, uma vez que o termo “lucro” e “salário” remetem-se à exploração do trabalhador e do meio ambiente. Dentre os demais princípios que caracterizam a prática da Economia Solidária, encontram-se: autogestão⁵, cooperação, solidariedade, sustentabilidade, comércio justo e equidade.

Com base nestes princípios, os (as) trabalhadores (as) inseridos (as) na economia solidária são compreendidos diante das questões de gênero, porém sem desigualdades, ou seja, sejam homens ou mulheres, possuem a mesma condição de trabalho e renda e, considerando a flexibilização da carga horária que as mulheres encontram nos EES, elas conseguem conciliar a rotina doméstica com a rotina de trabalho remunerado.

A Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESOL/UEPG): experiência no município de Ponta Grossa

A IESol iniciou sua trajetória no ano de 2005, após ser tão sonhada e idealizada por apoiadores da Economia Solidária que faziam parte da Universidade Estadual de Ponta Grossa

⁵ Administração Democrática.

(UEPG) e de outras universidades que apoiaram e contribuíram para a implementação da IESol. O que tornou este sonho possível foram os incentivos e esforços realizados por parte do governo federal através da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária⁶ – SENAES – em 2003, a qual destinava parte de seus recursos ao Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC – que foi extremamente importante para a IESol. (VALADÃO et al, 2018)

A IESol foi pensada para contribuir com o tripé ensino, pesquisa e extensão e desde então, atua enquanto um programa de extensão da UEPG e executa diversos projetos que contam com a participação de estagiários extensionistas – modalidade voluntário ou bolsista -, profissionais – atuantes enquanto técnicos de economia solidária – e professores(as) da universidade⁷, todos estes abrangendo múltiplas áreas do conhecimento, sendo esta uma característica da incubadora: a multidisciplinaridade.

As ações executadas pela IESol são voltadas para a comunidade, principalmente, externa da universidade, no entanto a comunidade interna também pode acessar às atividades promovidas pela incubadora. Dentre as atividades realizadas e promovidas pela IESol estão: cursos de extensão semestrais, eventos anuais, palestras e oficinas, produção e sistematização do conhecimento e experiências, feiras de economia solidária⁸ e incubação e assessoramento de EES.

No ano de 2018 a IESol incubava e assessorava EES de artesanato – Associação de Feirantes de Economia Solidária (AFESol) – assentamentos – Acampamento Emiliano Zapa-

⁶ Vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego.

⁷ Seja como coordenadores da IESol ou como parceiros nas atividades.

⁸ A Feira de Economia Solidária acontece no espaço da UEPG com o intuito de “proporcionar espaço de exposição e comercialização dos produtos de EES incubados, interação entre as trabalhadoras e trabalhadores e com a comunidade universitária, porta de entrada da comunidade externa que visita a Feira; espaços de trocas entre os EES participantes, espaço para outras atividades da IESol como Clube de trocas, Rodas de Conversa e divulgação da IESol, da UEPG e da economia solidária” (VALADÃO et al, 2018, p. 22)

ta, Assentamento Três Lagoas, Acampamento Maria Rosa do Contestado – grupos de catadores de recicláveis – Associação de Reciclagem Rei do Pet (ARREP) e Associação de Recicladores de Porto Amazonas (ARPA) – alimentícios – Luau Terra – grupo de prestações de serviços – Associação Campos Gerais de Jardinagem e Associação de Trabalhadores Manuais São José (ASTRAMA) – território – Centro Social Marista Santa Mônica – e grupos de inclusão – Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Castro.

Dos EES citados, observou-se que alguns destes eram compostos, majoritariamente por mulheres, as quais além de trabalharem no EES também possuíam uma rotina de trabalho doméstico, cuidados com filhos ou netos e que pela flexibilização que a economia solidária proporciona, elas conseguiam conciliar as duas rotinas. Ainda, observou-se que o perfil das mulheres de cada empreendimento variava significativamente, no entanto isto não influenciava no relacionamento que elas tinham entre si.

Outro aspecto a ser destacado, é que as mulheres que fazem parte destes EES encontraram na economia solidária a oportunidade do trabalho e da renda, visto que algumas destas por diversos motivos não tiveram oportunidades de se inserir no mercado forma de trabalho, ao passo em que outras optaram por estar na economia solidária.

Estes aspectos nos remetem ao exercício da sororidade e as condições que a economia solidária proporciona para tal prática. Para corroborar a afirmação de que a sororidade está presente na economia solidária, realizou-se um estudo junto aos EES selecionados a partir de dois critérios: a) estar na área urbana; b) maioria dos membros ser mulher. Os EES que atenderam aos critérios, foram: AFESol, ARREP e Luau Terra. Além disso, foi possível identificar alguns aspectos da sororidade presente na equipe técnica que atuou na IESol entre os anos de 2019 a 2021.

A partir dos EES selecionados, irá se apresentar dados que corroboram a presença de elementos de sororidade nos grupos de economia solidária, incubados pela IESol, no item a seguir.

A presença de sororidade na IESOL/UEPG

Dos dados coletados através da observação participante e pesquisa documental dos empreendimentos selecionados e também da equipe técnica, obtivemos um vasto rol de informações que nos possibilitou identificar elementos que comprovam a presença de aspectos de sororidade nos referidos EES.

Para facilitar a identificação dos elementos de sororidade, contou-se com um roteiro de observação participante, composto da seguinte forma: a) Há quanto tempo o EES existe? b) Quanto tempo os membros participam? Participa desde o início? c) como é feita a gestão do grupo? d) o que motiva a participação na economia solidária? e) condição da mulher no EES; f) como é o relacionamento entre as mulheres?

A AFESol iniciou o processo de incubação no ano de 2011 e permanece sendo assessorada até o presente momento, conta com a participação de 5 mulheres e 1 homem (este marido de uma delas), estes são os membros fundadores do EES. A gestão é realizada através de uma diretoria composta pelos de cargos de presidente, vice-presidente e tesoureira, os quais são preenchidos todos por mulheres.

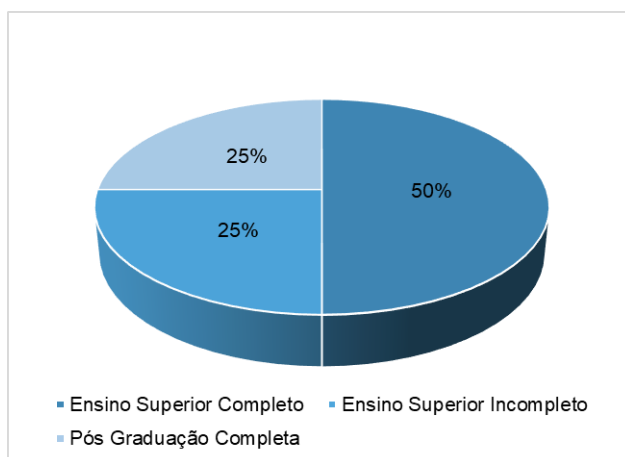
A ARREP também iniciou o processo de incubação no ano de 2011, porém encerrou no ano de 2019, foi fundada por 21 participantes – 18 mulheres e 3 homens – e em 2018 contava com 22 – 15 mulheres e 7 homens. A gestão é realizada através da diretoria que conta com 6 cargos, sendo que destes 4 são preenchidos por mulheres, inclusive o conselho fiscal. A ARREP possui uma característica específica, que é a alta rotatividade dos associados, entretanto identificou-se três mulheres que fazem parte do EES desde a sua fundação.

Enquanto o Luau Terra, teve a incubação recente, no ano de 2018 e encerrou a incubação no ano de 2019 e iniciou com 5 membros – 4 mulheres e 1 homem. Por ser recente, não foi formalizada a associação e, portanto, a gestão era de forma colegiada.

Cabe ressaltar, que cada EES possui suas especificidades e particularidades, principalmente quanto ao perfil dos membros integrantes, o que torna a análise mais precisa.

Com relação ao perfil das mulheres⁹ que fazem parte dos EES citados, tem-se

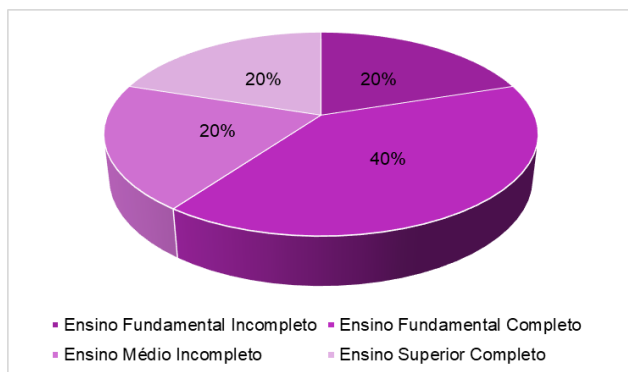
Gráfico 1: Índice de Escolaridade das mulheres integrantes do Luau Terra (2018)



Fonte: pesquisa documental. 2018
Organização: a autora

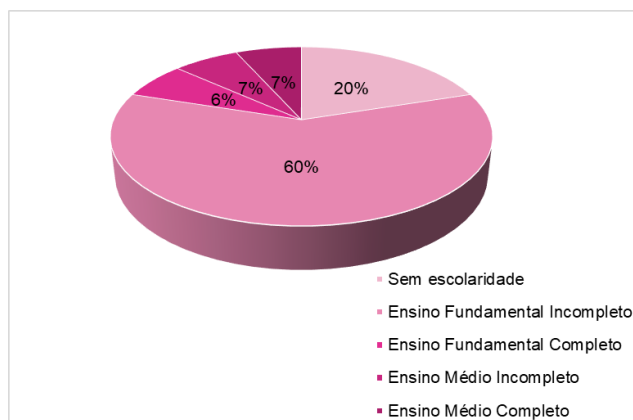
⁹ Apesar de os homens também fazerem parte do EES, para a pesquisa, consideramos apenas o perfil das mulheres.

Gráfico 2: Índice de Escolaridade das mulheres integrantes da AFESol (2018)



Fonte: pesquisa documental. 2018
Organização: a autora

Gráfico 3: Índice de Escolaridade das mulheres integrantes da ARREP (2018)



Fonte: pesquisa documental. 2018
Organização: a autora

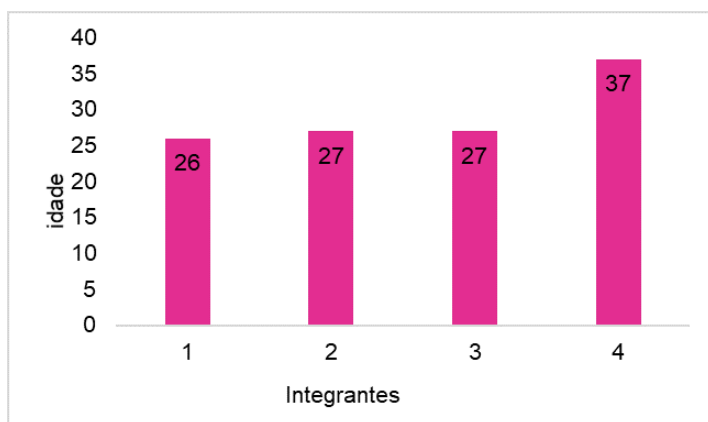
Através dos gráficos acima, pode-se observar que a escolaridade das mulheres de cada empreendimento apresenta grande variação, considerando que no Luau Terra as mulheres possuem ensino superior, enquanto na Afesol varia desde o ensino fundamental incompleto até ensino superior completo

e, já a ARREP a grande maioria possui o ensino fundamental incompleto, seguido das mulheres que não possuem escolaridade.

Através do nível de instrução escolar das mulheres de cada EES pode-se perceber a vulnerabilidade social em que se encontram e que apesar de não possuírem o mesmo nível de escolaridade, apresentando grande diferença, pelos princípios da economia solidária cooperam umas com as outras e compartilham conhecimentos de acordo com a vivências pessoais.

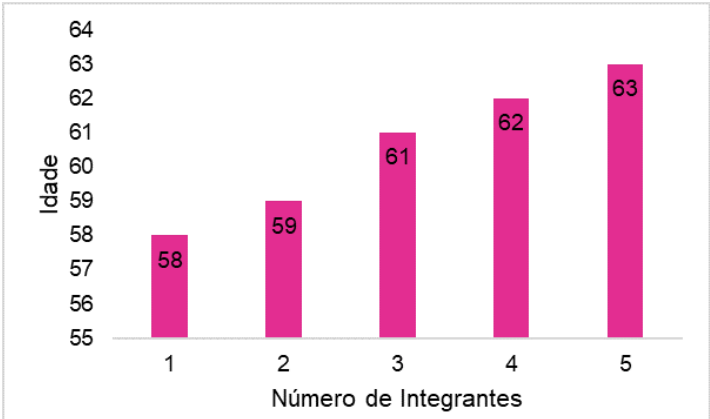
Outra questão a ser considerada é a faixa etária das integrantes de cada EES, como é possível observar nos gráficos a seguir

Gráfico 4 - Faixa Etária das mulheres integrantes do EES Luau Terra (2018)



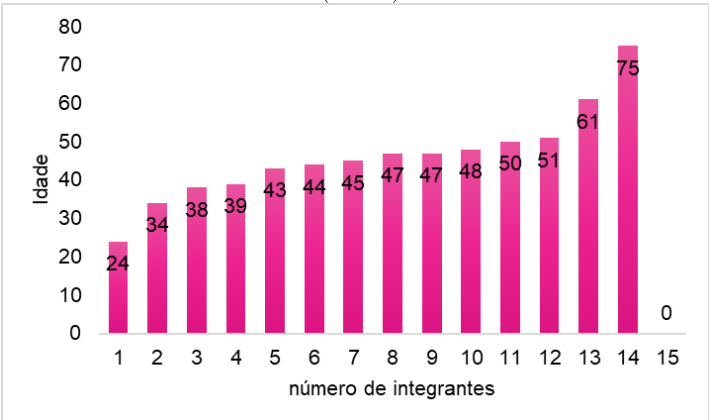
Fonte: pesquisa documental. 2018
Organização: a autora

Gráfico 5 - Faixa Etária das mulheres integrantes do EES AFESol (2018)



Fonte: pesquisa documental. 2018
Organização: a autora

Gráfico 6 - Faixa Etária das mulheres integrantes do EES ARREP (2018)



Fonte: pesquisa documental. 2018
Organização: a autora

Conforme expressam os gráficos, no EES Luau Terra as mulheres apresentam uma faixa etária próxima uma das outras, apresentando-se como um grupo jovem, o mesmo ocorre com a Afesol, que apresentam idades próxima, no entanto é um

grupo composto por mulheres idosas, enquanto na ARREP a faixa etária é bastante variável, desde mulheres jovens e idosas.

Quanto ao perfil econômico, foi possível identificar que no EES Luau Terra, das quatro mulheres que fazem parte, 75% trabalham além do EES, possuindo também renda individual. Na AFESol, elas contam com a produção e comercialização do produto individual e do produto coletivo da associação, as sobras do produto coletivo são utilizadas para pagar as despesas da associação (aluguel, água, luz) e ainda, não conseguem tirar para divisão, sendo que para o uso individual contam apenas com a renda do produto coletivo. Já na ARREP, todas as mulheres trabalham apenas no EES, de onde provém a principal renda.

Partindo dos dados apresentados, ressalta-se que cada EES possui um perfil de integrantes bastante particular, sendo o que as diferencia, no entanto, o que as une neste processo é a busca de trabalho e renda e, principalmente o reconhecimento, enquanto trabalhadoras, mães e mulher. Sendo estes os principais aspectos que as motivam a fazer parte da economia solidária, o que é corroborado pela fala de uma das trabalhadoras da AFESol sobre a economia solidária *“como nossa faixa etária não permite estarmos inseridas no mercado de trabalho formal, é uma oportunidade”* (2019).

Apesar da motivação inicial estar relacionada à renda, este não é a única motivação para estarem inseridas na economia solidária, conforme a fala de outra trabalhadora, do EES Luau Terra, sobre os princípios da economia solidária *“Nós éramos uma economia solidária e nem sabíamos”* (2018), pois mesmo antes de conhecerem o trabalho na perspectiva da economia solidária, já praticavam a solidariedade, autogestão, sustentabilidade e respeito mútuo.

Diante do contexto em que os EES se desenvolvem e com base na experiência das autoras enquanto integrante da equipe técnica na IESol, com as observações participantes e a pesquisa documental sobre os EES, fica evidente que na economia soli-

dária as mulheres se sentem pertencentes, onde possuem vez e voz, o que é reafirmado através da fala *“eu vou morrer na economia solidária, por que é o único lugar que me acolheu aqui nesta cidade”* (2019).

Outro aspecto que corrobora a existência da sororidade nos EES, pode ser observado através do relato *“não é fácil, né, trabalhar em seis pessoas, um diferente do outro [...] mas a gente leva numa boa, a gente procura aceitar os problemas dos outros e vai indo... não é mil maravilhas, tem dias que você vai falar alguma coisa pra outra pessoa, mas aquilo ali que eu falei não serve pra ela ou vice e versa”* (2019) onde demonstra-se que aceitam e respeitam as diferenças umas das outras e cooperam entre si, considerando a boa convivência acima de tudo.

Apesar de para algumas o ingresso na economia solidário ter sido como “única alternativa”, para outras foi uma opção, contudo a permanência destas na economia solidária está pautada nas condições que ela fornece à essas mulheres, seja por aspectos objetivos como a flexibilização da carga horária de trabalho como por aspectos subjetivos tais como a amizade construída, o sentimento de pertencimento, a oportunidade de acesso ao conhecimento, dentre outros.

Sororidade na equipe da IESOL/UEPG

Durante a pesquisa documental e a observação participante identificou-se que a sororidade é um termo pouco discutido no ambiente da IESOL tanto na equipe técnica quanto nos EES, contudo, não significa que não exista a prática da sororidade, como já foi observado no item anterior nos EES pesquisados, existe a presença de elementos da sororidade.

A equipe técnica é composta por profissionais formados e alunos de graduação de diversas áreas de conhecimento, como economia, serviço social, psicologia, geografia, jornalismo, entre outros. Para este estudo, foi possível identificar 13 mulheres

que fizeram parte da equipe (4 eram profissionais e 9 alunas de graduação) entre 2019 a 2021, das quais todas já tinham ouvido falar em sororidade, porém menos da metade não tinha clareza do significado deste conceito.

Além disso, embora algumas tenham pouca clareza do conceito da sororidade, todas reconhecem que os princípios da economia solidária podem contribuir para o exercício da sororidade, destacando que observam, principalmente, a união e o sentimento de coletividade entre as mulheres dos EES e também da equipe técnica. Fato que pode ser corroborado pelo relato: *“Apesar de eu ainda ter pouco contato com os EES, percebo o princípio de igualdade entre as mulheres da equipe. Nenhuma tem uma posição superior sobre a outra, acredito que esse princípio vivido em todos os âmbitos todos os dias implicam no relacionamento da equipe técnica com os empreendimentos.”* (2021).

Isto mostra, que para haver sororidade entre as mulheres dos EES é preciso também haver entre as mulheres da equipe técnica, reconhecer que independentemente da posição em que estão ocupando, todas têm a sua importância e devem ser respeitadas, conforme se destaca no relato *“O apoio entre as mulheres aos trabalhos desenvolvidos, tanto na equipe quanto aos EES.”*.

Becker e Barbosa (2016) consideram que

Somente reconhecendo as diferenças, afirmando a diversidade e enfrentando as variadas formas de opressão é que poderemos viver na perspectiva dessa nova ética e estética. Para isso, no entanto, as mulheres necessitam exercitar seu pensamento crítico e reconhecer sua própria misoginia, inclusive as que atuam no campo do trabalho e formação científico. (BECKER e BARBOSA, 2016, p. 247-248)

Isso reforça a importância de as mulheres desconstruir os preconceitos e julgamentos com outras mulheres e como reforçam as autoras, principalmente as que estão inseridas no campo científico e de construção de conhecimento.

Considerações finais

Considerando todo o aporte teórico aqui apresentado sobre a sororidade e a economia solidária, conforme os elementos trabalhados pelos autores percebe-se que os dois conceitos se relacionam, ao passo que um oferece condições para a existência do outro e que podem coabitar o mesmo espaço. Dos elementos que compartilham destaca-se a solidariedade, a cooperação e o respeito e estes vão delinear a prática tanto da sororidade, quanto da própria economia solidária.

A própria trajetória da economia solidária reflete as condições necessárias para a sua existência e ainda se tem nesta forma de economia um movimento de luta pela equidade dos direitos e das condições de vida dignas da população.

A prática da economia solidária numa determinada região proporciona aos seus habitantes uma nova condição de vida pautada no respeito à vida e a natureza, como se verificou na experiência da Incubadora de Economia Solidária (IESol) de Ponta Grossa.

Para além disso, a economia solidária propicia a existência da sororidade, um termo derivado das discussões de gênero, que se remete ao apoio e ao respeito entre as mulheres, tendo em vista que há a necessidade de condições e elementos que viabilizem a existência desta prática. Como buscou-se evidenciar com a presente pesquisa.

O período enquanto integrantes da equipe na IESol permitiu que a análise dos dados se pautasse em práticas reais e vivenciadas pelas autoras, pela equipe e pelos membros dos EES incubados e que vieram a corroborar os elementos da sororidade, como o protagonismo das mulheres, o reconhecimento que elas apresentam sobre si mesmas e sobre as outras mulheres nas relações de gênero, ainda que de forma subjetiva e o respeito que possuem pela vivência e individualidade das outras mulheres.

As mulheres dos EES pesquisados ao mesmo tempo que apresentam inúmeras diversidades que as diferenciam e, poderiam as tornar distantes umas das outras, apresentam também semelhanças que as aproximam, o que pode ser representado pela motivação da permanência na economia solidária e em como elas se fortalecem enquanto mulheres, neste processo.

Os relatos e os dados permitem afirmar, de acordo com os elementos definidos por este estudo, que existem elementos de sororidade nos EES, ainda que não seja totalmente possível afirmar que existe a sororidade na economia solidária, pois este estudo se baseou em um recorte de um determinado espaço e tempo e para tal afirmação é necessário, estudos mais aprofundados sobre a temática, o que corrobora a importância de outras pesquisas relacionadas ao tema.

Destaca-se neste processo a importância da extensão universitária como propulsora da pesquisa acadêmica e científica, uma vez que oportuniza que os alunos extensionistas tenham contato com o tripé ensino, pesquisa e extensão, além de proporcionar o acesso da comunidade externa aos programas e projetos da universidade.

Referências

BASTOS, Yohanan. A solidariedade entre mulheres não pode mascarar a luta de classes. **A Verdade**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<https://averdade.org.br/2014/09/solidariedade-entre-mulheres-nao-pode-mascarar-luta-de-classes/>>. Acesso em: 03 de nov. 2019.

BECKER, M. R. BARBOSA, C. M. Sororidade em Marcela Lagarde y de Los Ríos e experiências de vida e formação em Marie-Christine Josso e algumas reflexões sobre o saber-fazer-pensar nas Ciências Humanas. **Coisas do Gênero**, São Leopoldo, v. 2, n. 2, p. 243-256. ago.-dez. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.est.edu.br/index.php/genero>>. Acesso em: 05 de jul. 2021.

BROOKLYN NINE-NINE. A minha palavra contra a dele. In: **Netflix**. 6º temporada, 2019, dur. 21 min.

GAIGER, L. I. G. OGANDO, C. B. Economia Solidária e Desigualdades uma Análise a partir do Mapeamento Nacional. In: Encontro Anual da ANPOCS, 33º, Caxambu, 2009. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2019. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/33-encontro-anual-da-anpocs/gt-28/gt13-15>>. Acesso em: 22 de mai. 2020.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/cZtcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 15 de abr. 2022

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. **El Feminismo en mi vida**: hitos, claves, y topías. 2012. Disponível em: <www.inmujeres.df.gob.mx>. Acesso em: 19 de mai. 2019.

LISBOA, T. K. Gênero, feminismo e Serviço social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Revista Kátal**. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 66-75, jan./jun. 2010. Disponível em:<<https://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/08>>. Acesso em: 15 de mai. 2020.

LISBOA, A. de M. Economia solidária e autogestão: imprecisão e limites, **RAE**, p. 109-115, jul./set. 2009.

MOURA, R. R. ; SOPKO, C. MACHADO, G. P. A Sororidade no Contexto de Atuação da Economia Solidária: Um Debate Necessário. In: João Paulo Hergesel; Patrícia Gonçalves de Freitas. (Org.). **Ciências Humanas e Sociais**: Aproximações Interdisciplinares. 1ed.Rio de Janeiro: e-Publicar, 2022, v. 1, p. 291-308.

SINGER. P. **Introdução à Economia Solidária**. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 6º ed. 2013. 127 p.

VALADÃO, A. da C. et al. Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol/UEPG: Trajetória e Futuro. In: VALADÃO, A. da C. et al. **Percursos e Experiências da Incubadora de Empreendimentos Solidários**. Editora Estúdio Texto: Ponta Grossa, 2018, p. 13 – 33.

Associação de Feirantes da Economia Solidária: uma trajetória a ser contada

*Camila Aparecida da Silva Albach¹
Emily Mendes de Oliveira Sartori²
Luiz Fernando Lara³
Manuela Salau Brasil⁴
Maria Eduarda Solano⁵
Tatiany Palácio Hilgemberg⁶*

Introdução

O programa de extensão “Incubadora de Empreendimentos Solidários” da Universidade Estadual de Ponta Grossa (IE-Sol/UEPG) comemora 17 anos no ano de 2022. Em sua trajetória

¹ Graduanda de Serviço Social na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), camialbach18@gmail.com;

² Graduanda de Serviço Social Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), emi-sartori27@gmail.com;

³ Graduado em Administração pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Mestre em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), lflara@uepg.br;

⁴ Graduada em Ciências Econômicas e Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná(UFPR), manu_lela2@hotmail.com;

⁵ Graduanda de Serviço Social na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), solanobaptistaduda@gmail.com;

⁶ Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), tatianyphilgemberg@gmail.com.

ria trabalhou com diversos grupos, realizou várias atividades, participou e organizou inúmeros eventos e tem ainda muitos planos para concretizar. Esta construção diária é nutrida essencialmente pelo convívio e pelas trocas com as/os trabalhadoras/es dos empreendimentos econômicos solidários (EES) incubados.

A IESol conta com uma equipe multiprofissional de técnicos, professores, pesquisadores, estagiários e extensionistas que buscam contribuir com o avanço da economia solidária, articulando o ensino, pesquisa e extensão, especialmente a partir do processo de incubação.

A metodologia de incubação prevê algumas etapas, atualmente configuradas como pré-incubação, incubação, desincubação e pós-incubação, oferecendo o acompanhamento, apoio, informação, encaminhamentos e demais demandas que venham a surgir. Não é demais lembrar que a incubação é um processo sem prazo predeterminado ou modelo preestabelecido, posto que é resultado da construção diária tecida nas relações de confiança entre integrantes da equipe da IESol e dos EES.

Nesta relação entre IESol e os EES, destacamos o caso da Associação de Feirantes de Economia Solidária (AFESol), uma vez que foi um dos primeiros grupos incubados pela IESol e cuja trajetória, portanto, está fortemente ligada à da própria incubadora.

Reconhecemos a trajetória da AFESol como um exemplo bem sucedido de empreendimento de economia solidária (EES), o que depõe a favor também do processo de incubação a partir da Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Estadual de Ponta Grossa (IESol/UEPG).

Assim, podemos delinear como questão norteadora deste trabalho: Como foi construída a trajetória da Associação de Feirantes da Economia Solidária (AFESol) desde a sua constituição até o presente momento? O objetivo geral do trabalho foca em apresentar a trajetória da Associação de Feirantes da Economia

Solidária (AFESol) enquanto Empreendimento de Economia Solidária (EES) incubado pela IESOL, distribuído nos seguintes objetivos específicos: Levantar os motivos que levaram os membros da AFESol a trabalharem com a Economia Solidária e a sua importância para eles; Identificar as expectativas do seu ingresso na IESOL e se tais expectativas foram contempladas; Verificar as principais dificuldades enfrentadas pelo grupo enquanto AFESol e suas conquistas; Levantar a importância da IESOL nesses momentos; Entender a importância da Feira de Economia Solidária da UEPG (FESU) como espaço de comercialização e socialização para os membros do grupo, bem como seu papel após a pandemia.

Assim, após esta introdução, seguimos neste capítulo com um resumo dos principais destaques destes anos de convivência entre a AFESol e a IESol, considerando o papel da FESU e contemplando o período de pandemia da Covid 19.

Metodologia

A pesquisa se caracteriza como de natureza exploratória e descritiva, possibilitando certa aproximação com a realidade a ser pesquisada, a identificação dos sujeitos envolvidos e dos conceitos importantes e o problema a ser pesquisado. Utilizamos, ainda, da pesquisa documental, devido à riqueza de informações que podem ser obtidas, que, para Cellard (2008):

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. (CELLARD, 2008, p.295).

A pesquisa documental se desenvolveu a partir da seleção de documentos que fizeram parte da trajetória dessas/es integrantes, para conseguir não apenas realizar uma análise dos acontecimentos e das histórias envolvidas, mas, a partir dela,

compreender as problematizações da própria política de economia solidária. Kripka, Scheller e Bonotto (2015) explicam que “[...] a pesquisa documental é aquela em que os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos, com o objetivo de extrair informações neles contidas, a fim de compreender um fenômeno”.

Para maior aproximação com a realidade do grupo incubado, foi utilizada uma entrevista estruturada (ALBACH et al., 2022) previamente balizada por um roteiro com 07 questões, aplicada no dia 07 de julho de 2022, conforme relatório. Segundo Gil (2008) as entrevistas estruturadas são aquelas que pré determinam em maior grau as respostas a serem obtidas.

As perguntas focaram nos sentimentos e demais percepções das componentes do grupo perante suas trajetórias como integrantes da associação, seu trabalho na economia solidária, a sua relação com a Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESOL/UEPG) e a Feira Solidária de economia solidária da UEPG (FESU), além de elencar os desafios enfrentados durante a vivência como trabalhadoras da economia solidária (ECOSOL).

A IESOL e a AFESOL: uma relação de parceria

A IESol foi oficializada em 27 de setembro de 2005, e mesmo antes disso seus integrantes participaram de um curso sobre metodologia de incubação promovido pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná (ITCP/UFPR).

Após a finalização do referido curso, permanecia a vontade de colocar em prática o que foi aprendido, ou seja, incubar o primeiro grupo. Durante as reuniões de equipe, mantidas até hoje em dia às quintas-feiras, foi apresentada como solução:

[...] conhecer uma Feira Solidária foi acolhida pela equipe. A feira era, até então, iniciativa da Pastoral do Mundo do Trabalho da Igreja Católica, e ocorria aos domingos na pra-

ça da Igreja Bom Jesus, no Bairro de Uvaranas, em Ponta Grossa. A assistente social Andressa M., uma das fundadoras da IESol, e que fazia seu trabalho voluntariamente, se prontificou a fazer uma primeira e informal ida à feira para conversar com os(as) integrantes e trazer para nossa reunião uma primeira impressão sobre seu funcionamento. (MOURA; VALADÃO, BRASIL, CUNHA, 2021. p.111)

Assim, ainda em 2005, a equipe se encontrou com o grupo de artesanato mencionado, dando início ao primeiro processo de incubação da IESol. Foram realizadas formações e feiras na UEPG, mas a incubação foi interrompida aproximadamente 4 anos depois.

Em 2011 algumas pessoas desse grupo originário retomaram contato com a IESol, ocorrendo então a segunda e definitiva incubação com esta associação que encontrou na sigla AFESol sua identidade. A escolha do nome, da sigla, da forma jurídica e a elaboração do regimento interno foram algumas das ações derivadas das reuniões com a equipe da IESol. Num segundo momento, também nas formações, foi definido, sempre de forma participativa, a logo do grupo. Desta forma, a reunião de algumas pessoas que trabalhavam ocasionalmente juntas, transformou-se na constituição de um EES. Durante os primeiros anos o grupo reuniu-se quinzenalmente para as formações, sempre pautadas nas demandas trazidas e no plano de incubação coconstruído.

Também foi durante a incubação que o grupo discutiu e acolheu a proposta de trabalhar com uma produção coletiva, conjugando-a com as produções individuais de cada trabalhador/a. A este respeito, podemos citar:

Através de discussão nas formações e de relatos de exemplos de produtos artesanais produzidos coletivamente, os trabalhadores da AFESol assumiram a proposta de, sem abandonar suas produções individuais, testar esta nova modalidade de trabalho. A ideia ganhou força com a possibilidade de receber material dos correios – malotes e uni-formes – que antes incinerados ganham novas formas pelas mãos e criatividade de artesãos por meio de parcerias com

a instituição [...]. (BRASIL, M.S; BRASIL, F.S. e TORRES, 2015, p.11).

O grupo passou a agregar ao trabalho : individual, que já era desenvolvido pelas participantes (alimentos e produtos artesanais), a novidade de uma produção coletiva, ou seja, uma linha de produtos que é resultado do trabalho de todas/os integrantes. Neste trabalho coletivo são confeccionados, a partir de malotes doados pelo Banco do Brasil e pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT ou Correios), mochilas, bolsas, estojos, crachás entre outros objetos, seguindo o princípio de sustentabilidade ambiental da economia solidária que conforme Martins, (2016):

[...] é de grande importância, pois a ES é vista para além de uma simples proposta de erradicação da pobreza através da geração de trabalho e renda. Bem como a sustentabilidade é vista para além da preservação do meio ambiente. (MARTINS, 2016, p.2).

Com relação à produção coletiva, é importante ressaltar alguns pontos: o grupo, coletivamente, divide os trabalhos de lavagem, secagem e confecção, sem ter a necessidade de um chefe guiando cada etapa, pois segue os princípios de cooperação e autogestão. Além disso, é um processo que valoriza cada um, respeitando as habilidades de cada pessoa, e também o tempo usado para o trabalho. O pioneirismo desta prática que associa o trabalho individual com o trabalho coletivo e sustentável é uma marca da AFESol, que tem levado esta experiência para outros grupos de economia solidária.

Vivenciar e assumir a autogestão foi um dos desafios impostos para as/os trabalhadoras/es do grupo, que a despeito das trajetórias laborais anteriores pautadas no trabalho subordinado ou individual, traduziu-se numa prática exemplar. Lembramos que a autogestão é uma das características fundamentais da economia solidária, revelando-se um caminho que é trilhado por quem tem a disposição para conhecer esta forma desafiadora de participação e democracia.

A dinâmica autogestionária produziu efeitos no EES e no cotidiano de seus integrantes, que passaram a trabalhar juntos uma vez por semana em uma sede alugada para este fim, aproveitando este dia para fazer reuniões e fortalecer os laços de convivência. Atualmente a sede do grupo está localizada na residência de uma das trabalhadoras..

Da mesma forma, os vínculos entre o grupo e a equipe da IESol se mostraram sólidos, apesar da grande rotatividade de pessoas da incubadora. E o laço de confiança foi fundamental para a decisão sobre o processo de desincubação, um tema discutido de forma participativa e que foi assim concluído:

O grau de autonomia conquistada pelos (as) integrantes permitiu que se coloquem na modalidade de pós-incubação, aliás, essa inovação metodológica se deu com base em formações com o EES. Numa conversa entre a equipe e o grupo, surgiu a questão: por que desincubar? Ao explicarmos o significado de incubação que esta fase utilizava, comparando-a com uma graduação de curso, a resposta foi imediata: “Então, quando começaremos nossa pós-graduação?” Assim, de forma coletiva, a metodologia da IESol é desenvolvida e aprimorada. Trata-se de uma transformação real tanto para o EES quanto para a IESol e para o processo de incubação (MOURA, VALADÃO, BRASIL, CUNHA, 2021, p.115).

Nesta perspectiva, o grupo mantém as formações na IE-Sol, embora com uma periodicidade maior e com outra dinâmica, e continua participando das feiras solidárias da UEPG e das atividades que ali acontecem. Aqui podemos avançar para a relação da AFESol com as feiras solidárias na UEPG, pois ambas as histórias se confundem. Isto ocorre porque, de fato, as feiras foram iniciadas quando houve a incubação do grupo. Foram discussões realizadas na equipe com a conclusão de que sustentar o apoio e o acompanhamento do grupo apenas com formações teóricas seria ineficiente, tendo nas feiras uma forma de exposição e comercialização dos produtos, garantindo trabalho e renda dentro dos princípios da economia solidária.

Embora a feira tenha sido motivada pela presença da AFESol, dela fazem parte todos os grupos incubados, independentemente de qual fase se encontrem neste processo. O critério então para a entrada e permanência na feira solidária IESol/UEPG é que as/os trabalhadoras/es dos EES participem das reuniões, encontros e formações promovidas pela IESol.

A feira, desta forma, se torna um espaço que ultrapassa a questão econômica, pois propicia a convivência entre os grupos incubados e também com a comunidade universitária e comunidade externa. Nestes espaços a economia solidária e seus princípios são divulgados, bem como a atuação da IESol e da extensão na UEPG.

Durante a pandemia houve a suspensão das feiras que ocorriam desde 2011 na UEPG, mas as formações foram mantidas de forma remota. Neste período, a feira ganhou nome: Feira de Economia Solidária da UEPG (FESU), assim como uma logo e o slogan “Nós na Rede: um trabalho justo e solidário”, construídos de forma coletiva entre a equipe da IESOL e os EES incubados.

Em 2022 as feiras foram retomadas, sob o nome de FESU, consolidando-se como um local para realização de atividades de extensão, pesquisa e ensino, seguindo o tripé da UEPG. Da mesma forma, mantém-se como um espaço de visibilidade do trabalho desenvolvido, subsidiando a produção de artigos e promoção de eventos que levam a AFESol e os demais EES incubados para o centro dos debates, como os protagonistas da ECOSOL.

Ressalta-se a importância do espaço aberto pela instituição para uma das ações que promovem e dão visibilidade ao programa, qual sejam as Feiras Solidárias IESol/UEPG, que são parte do processo de incubação e têm contribuído para aproximar a UEPG da comunidade, que tem feito da feira um local de encontro. (MOURA, VALADÃO, BRASIL, CUNHA, 2021, p.110)

A participação da AFESol na IESol e na FESU é resultado de um percurso que será detalhado nas sessões seguintes.

Percursos e vivências da Associação de Feirantes de Economia Solidária

O grupo originou-se a partir de uma iniciativa da Paróquia da Igreja Bom Jesus, e em 2006 aproximou-se da IESol. Desde então passou por diversas modificações em sua composição e no rol de produtos e serviços, como descrito por Cunha et al. (2014, p.04):

Inicialmente, a feira era composta por aproximadamente 20 participantes e tinha como nome “Feira Solidária do Bom Jesus” e foi o primeiro grupo incubado pela IESol, em 2006. Antes da incubação, o grupo era acompanhado pela Pastoral do Mundo do Trabalho. Em 2011, o grupo buscou, novamente, contato com a Incubadora com o nome “Feira Solidária São José”. Em 2012, consolidou-se juridicamente, a partir do mesmo grupo, a Associação de Feirantes Solidários – AFESol.

Em 2012, criou-se o estatuto de formação da associação bem como a proposta do local das Feiras, que seria a Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. Em 2013, houve outro avanço, que foi a viabilização de malotes, que antes seriam incinerados pelos Correios e Banco do Brasil, para a reutilização. A partir deste material foram criados produtos que foram desenvolvidos e comercializados de forma coletiva.

A AFESol que hoje conta com seis integrantes (cinco mulheres e um homem) se caracteriza como sendo o primeiro EES a ser incubado na IESol e isso, consequentemente, faz com que os integrantes tragam consigo vivências e experiências adquiridas ao passar dos anos. Com altos e baixos, presentemente fazem parte da Feira de Economia Solidária da UEPG - FESU.

Para tentar dimensionar os percursos e vivências dos integrantes, foi realizada uma entrevista estruturada com vistas ao levantando de questões pertinentes para que se pudesse

ouvir as experiências nas palavras dos próprios participantes, pois como Lobiondo-Wood e Haber (2001) definem, a entrevista desempenha importante papel como instrumento escrito e planejado para reunir dados de indivíduos a respeito de conhecimento, atitudes, crenças e principalmente, na expressão de sentimentos. Dos seis integrantes da AFESol, foram entrevistadas quatro pessoas que se caracterizam conforme o quadro 1:

Quadro 1 - Caracterização das entrevistadas

ASSOCIADAS				
CARACTERÍSTICAS	A1	A2	A3	A4
SEXO	FEM	FEM	FEM	FEM
IDADE	65	61	62	-
COR	Branca	Branca	Branca	-
ESTADO CIVIL	Casada	Casada	Casada	Casada
NÚMERO DE FILHOS (AS)	5	4	2	2
NÚMERO DE NETOS (AS)	4	4	1	4
TEMPO DE FEIRA NA UEPG (ANOS)	11	11	11	11

Fonte: Autoras (es).

Não foi possível realizar a entrevista de duas pessoas integrantes da Associação, em decorrência de imprevistos por parte da equipe, o que resultou, portanto, na entrevista de 04 mulheres que fazem parte desse grupo, cuja idade é de aproximadamente 60 anos, são da cor branca, casadas, têm filhos ou filhas e netos ou netas e estão há 11 anos integrando o empreendimento.

Esse período de tempo em que participam desde a criação formalizada como AFESol na IESol e do início das feiras da UEPG, denota uma gama de experiências e vivências que merecem devida atenção e reconhecimento, pois a partir do

percurso traçado pelos integrantes, temos uma história rica em detalhes, que possibilita a visualização da importância da Economia Solidária em suas vidas individuais e coletivas. Sabendo disso, respondendo a pergunta relacionada às motivações dos integrantes a trabalharem com Economia Solidária, obtivemos muitos elementos significantes nas falas dos integrantes do EES:

É que eu sempre costuro, faço coisinhas, eu não tinha pra quem vender, daí quando houve essa oportunidade 'né' que eu vi para mim expor as minhas coisas eu peguei e isso é muito bom, eu gosto muito. (A1, grifo nosso)

Me motivou porque eu trabalhava registrada e não sou daqui, a gente venho de Santa Catarina em 99, lá eu trabalhava fora e daí cheguei aqui e não achei emprego e ainda os filhos eram todos assim adolescentes 'né', eu não tinha nenhum casado e 'daí' não arrumei emprego e comecei a fazer artesanato e daí deu certo, 'daí' vendia nas casas assim e saia nos bairros, vendia nas casas no meu bairro e 'daí' eu vi que aquela renda tava boa e 'daí' apareceu a IESol, foram numa feira que a gente tava, convidaram nós para participar das palestras 'né' e 'daí' a gente foi, foi muita gente, 'daí' restou nós só (A2, grifo nosso)

Bem, eu tava fora do mercado formal e em casa começava a fazer meus trabalhos manuais e veja que eu sempre gostei de fazer artesanato. Como eu tinha bastante coisas feitas, surgiu uma feira solidária que era feita em frente às igrejas e me interessei e comecei a participar. Por um lado, eu tinha minhas crianças então eu não precisava trabalhar fora de casa, pois a minha intenção era cuidar dos meus filhos. Eu fazia feira uma vez por semana e o resto das vezes eu fazia a produção em casa e cuidava das minhas crianças. Então foi o que me levou a fazer feiras e esse trabalho, pois hoje minhas filhas já estão grandes e dá para conciliar tranquilamente, mesmo que tenha um momento para formação e outro para nosso trabalho na associação, dá para conciliar tranquilamente, então foi isso que me levou a ir para a economia solidária, eu gosto desse sistema que a gente trabalha em grupo que eu não só viso o meu bem estar e meu crescimento como também o crescimento do meu grupo e eu me realizo vendo que as pessoas também estão bem e estão crescendo, e a característica da economia solidária me atrai, começou com um carisma e hoje eu vivo, mesmo em casa, porque me faz bem e pelos que estão junto de mim. Então eu acho que a cooperação, a solidarieda-

de, são muito interessantes e me satisfaz, porque eu cresço, mas o que está do meu lado também porque eu posso proporcionar isso para a pessoa, é uma troca. (A3, grifo nosso)

É que Economia Solidária é o que me acolheu pra mim, aceitou meus trabalhos que eu fazia, que eu e minha filha fazemos, que era artesanato e lidar com comidas, lanches, doces e salgados e eu procurei serviço aqui na cidade e não encontrava serviço em lugar nenhum, daí eu ouvi falar da Feira da Economia Solidária, eu fui procurar e eles me acolheram. (A4, grifo nosso)

A partir das respostas, podemos observar que a EcoSol se apresentou como uma oportunidade de renda e de inclusão dos integrantes no mercado de trabalho, potencializando o que é dito por Singer (2008), que afirma que diante da ausência de alternativas de emprego, a economia solidária surge como um importante instrumento para garantir renda aos trabalhadores que se encontram desempregados. Além da significância de se ter uma renda, podemos observar que outros princípios que estão presentes na satisfação da integrante fazem parte da Economia Solidária, como a cooperação, o trabalho coletivo e a solidariedade.

O trabalho coletivo também aparece quando questionados sobre as expectativas de ingressar na IESol e se estas foram contempladas ao passar dos anos. Todas as participantes da entrevista responderam de forma positiva.

Sim, tanto foi contemplada que já faz onze anos 'né' que a gente tá junto e eu acho que valeu a pena. A expectativa de 'né' ajudar em casa, tipo complementar o salário 'né', as despesas de casa e é isso que a gente faz aqui, é bom trabalhar junto numa associação porque a gente sempre é tipo individual e a gente não sabia como é trabalhar junto, não é um mar de rosas só, às vezes uma discorda da outra, mas no final acaba tudo dando certo. (A1, grifo nosso)

Ah foram, todas, nossa, foi muito bom, porque 'daí' eu não precisei também tá assim saindo, eu só ia aquele dia 'né', 'daí' comecei a produzir para vender na Feira, não precisava estar saindo de porta em porta 'né'. (A2, grifo nosso)

Olha, sim, porque o trabalho que fazia era voltado mais para em-

beleza as mulheres, e eu queria mostrar esse meu trabalho e eu tinha confiança nele, então eu sabia que se eu fosse oferecer esse meu trabalho por um preço justo, que essa era a minha intenção né, eu ia agradar o público da universidade, os alunos, os professores e os funcionários, então isso me atraiu e eu tinha expectativa e tinha esperança e com o passar do tempo foi realizando e hoje as pessoas nos conhecem e são fiéis a nós e hoje está bom. (A3, grifo nosso)

É de crescimento e foram contempladas. (A4)

Em 10 anos de oficialização da AFESol na Incubadora, muitas vitórias e obstáculos fizeram parte dessa trajetória. Quando questionados sobre as principais conquistas que marcaram esses anos de jornada junto a IESol e qual a importância da incubadora nesse momento, a A3, descreveu grandes momentos que fizeram parte da história e do trabalho em equipe da AFESol junto ao apoio da IESol.

Foram tantas, a legalização da nossa feira, ajudar na estrutura, mostrar o caminho para a gente caminhar, as reuniões foram muito importantes porque isso nos fortalece, até mesmo o apoio dos estagiários “nossa” como isso nos ajuda, porque a gente precisa e há muitas coisas que a gente não consegue sozinha e há a necessidade, E depois, a IESol fez tanta coisa, os projetos que nós participamos e ganhamos a parte de estrutura e material de trabalho, equipamentos para nossa associação e fomos bem favorecidos e projetos para comprar outros materiais, e ajudando na pandemia para não nos deixar da mão, foi um apoio essencial, [...] teve o documentário que foi feito, era um sonho nosso e isso foi antes da pandemia que com a ajuda do estagiário foi feito, foi realizado, com a pandemia teve um catálogo que foi feito, Olha, assim de momento, se a gente sentar e for enumerar são muitas, tanto é que hoje estamos aqui porque caminha a associação (A3, grifo nosso).

O documentário mencionado foi lançado em 2019 e se intitula “Feirantes da Economia Solidária: Narrativas de Cooperação e Sustentabilidade”¹⁷ produzido em parceria com o

¹⁷ O documentário se encontra no canal do Youtube da IESOL (Incubadora de Empreendimentos Solidários). Link de acesso disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rjMq0Y2FYIg&ab_channel=IesolIncubadoradeEmpreendimentosSolid%C3%A1rios

Núcleo de Produção Audiovisual da Agência de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ele conta a trajetória da Associação de Feirantes de Economia Solidária (AFESol), os desafios do processo de incubação, o trabalho de reciclagem de malotes, a importância da Economia Solidária no trabalho coletivo e individual, e a importância da feira na vida de cada integrante do grupo. O material foi produzido em parceria com o Núcleo de Produção Audiovisual da Agência de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ainda sobre as conquistas, o restante das entrevistadas demonstrou a importância do apoio da IESol durante sua trajetória na Economia Solidária

Eu acho que todas as nossas conquistas tem o dedinho da IESol como diz também junto 'né' a conquista de estarmos aqui hoje de novo, todas nós graças a Deus, a associação nós somos em seis, passou toda pandemia e a gente voltou também em seis 'né' e todas as conquistas a IESol ta junto com a gente, a gente sabe que pode contar com eles (A1, grifo nosso)

As conquistas que eles ajudaram muito nós, sempre faziam nossa propagando para pessoal conhecer nós, que a gente não era nessas feiras assim que a gente vai igual da prefeitura, fazia feira na Igreja São José, o pessoal vem e compram assim mas a gente parece que não é tão lembrado e aqui não, a gente é bem conhecido, eles já falam 'ah, vocês são lá da universidade, eu conheço vocês lá da universidade', a gente é bem visto, foi uma conquista muito boa que a gente alcançou (A2).

[...] teve muitas conquistas e a IESOL pra nós é o alicerce [...]
(A5, grifo nosso)

Sabemos que em meio a tanta bagagem na história da associação, também houve muitos desafios encontrados nesse percurso. Ao serem questionadas a respeito das principais dificuldades encontradas desde o início da AFESOL uma das integrantes entende ter sido o trabalho em grupo, a produção e as decisões coletivas; aponta ainda os conflitos que surgiam a partir das várias ideias, considerando que estavam acostumadas a trabalhar individualmente:

Bem, como grupo a gente não consegue caminhar sozinha a gente precisa do apoio, no começo foi difícil porque nós não

*entendíamos como formar um grupo e trabalhar nesse grupo, produzir o mesmo produto e comercializar este produto, porque nós já tínhamos anos de trabalho com nosso individual e já estávamos acostumadas com isso [...] **no começo havia muitos conflitos e as ideias não batiam**, tanto com o trabalho quanto a convivência, porque a gente se conhecia mas individualmente e quando se reúne há uma divergência [...]. (A3, grifo nosso)*

Para a entrevistada a IESOL teve importante papel nesse contexto ao propiciar as formações e orientações e apoio psicológico para o grupo:

*[...] foi com o apoio da IESOL, com bastante orientação que fomos entendemos melhor o que era **economia solidária**, e depois que a gente entendeu deslanchou porque ficou mais fácil de trabalhar nesse sistema da economia solidária e comercializar e trabalhar em grupo e entender melhor como funciona e esse apoio foi muito importante [...] então foi ali que daí com as formações que podemos entender e ter **apoio de psicólogo** para entender **não nossos conflitos mas entender melhor**, e hoje há **conflitos** mas a gente **sempre chega a um consenso** porque a gente sabe que é bom para a associação e visa o melhor para ela, pois se a gente quiser andar no grupo tem que haver conversa, diálogo e chegar no melhor para a associação (A3, grifo nosso).*

Pelo exposto o grupo amadureceu ao longo dos anos e compreendeu que conflitos poderão ocorrer, contudo sob a autogestão há a necessidade constante do diálogo, das discussões, ponderações e que a decisão final deverá ser tomada tendo como objetivo o coletivo.

Outra dificuldade mencionada, dessa vez pela entrevistada A1, foi a pandemia, onde os desafios serão discutidos com maior ênfase nos próximos tópicos deste trabalho. Apesar das dificuldades a associada conta como foi importante o apoio da IESOL neste período de crise mundial:

[...] a IESol também sempre nos deu apoio, sabe? como reuniões, que a gente fez várias reuniões durante a pandemia ‘sabe’, a gente trocava ideia e era assim ‘sabe’, mesmo online valia a pena ‘sabe’, muito bom (A1)

Sabemos que as feiras de economia solidária surgem como uma alternativa das comunidades para o desenvolvimento socioeconômico local. As feiras de economia solidária surgem como um novo modelo de desenvolvimento, com foco na socialização, nas relações locais e na solidariedade. A importância de se ter um local para o comércio e os acontecimentos das feiras, como a FESU, é destacada pelas associadas quando questionada sobre a importância da mesma como espaço de comercialização e de socialização.

A Feira ela é bom pra tudo 'né', por exemplo no financeiro que às vezes a gente vende, e mesmo não vendendo a gente volta contente pra casa, porque só de você tá aqui com pessoas diferentes, conversar 'né' com pessoas diferentes, aluno, professor, é muito bom, eu acho que é válido 'sabe' (A1, grifo nosso).

Ah, aqui é muito bom, nossa, é uma coisa que a gente tem, tem o nosso lugar, tem o dia certo 'né', toda semana, não é dentro de casa, não fica assim uma feira assim, nossa, nós já pegamos até temporal fazendo feira em barraca, aqui é um lugar assim bem aconchegante 'né'. (A2, grifo nosso)

Eu sempre gostei de ter mais empreendimentos juntos, há uma troca de experiência e a nossa amizade se fortalece, e acaba se tornando uma família. A gente acaba sabendo como os outros estão, se estão bem, como a família mesmo sabe, e quanto mais gente e mais diversidade de produto para a comercialização é melhor né e as pessoas gostam de ver uma feira assim cheia de coisa e é um atrativo e as pessoas têm opções. Nossa, esse espaço é muito bom, e uma porque a gente só faz aqui, nós temos a nossa associação que nós precisamos nos encontrar uma vez por semana para fazer nossa produção, e depois temos nossa casa também né, então quando chega quinta-feira e vamos nossa é uma animação, é muito bom, e nos ajuda muito na renda familiar, tem gente que depende só da feira né, e tem que, esse espaço é sagrado e a gente faz de tudo para preservar. (A3, grifo nosso)

Para nós é muito importante, é o melhor espaço que temos de comercialização e de socialização. Ali tenho muitas amizades e conhecimento (A4, grifo nosso)

Observando as falas das entrevistadas, conseguimos confirmar que as feiras de economia solidária conseguem ir além

de ser apenas espaços de comercialização de produtos, e tem o poder de possibilitar o desenvolvimento de relações personalizadas entre produtores e consumidores, em uma valorização do contato humanizado e da solidariedade.

[...] as feiras de economia solidária, que estão surgindo de maneira notória por todo o país, trazem uma nova forma de desenvolvimento econômico e social para as comunidades, uma forma alternativa, colaborativa e solidária, de livre associação e de autogestão (RODRIGUES; AGUIAR, 2022, p.14)

A Economia Solidária tem em seu conceito uma alternativa de organizar as relações sociais segundo princípios que valorizam o ser humano, o trabalho, a justiça, a solidariedade e a sustentabilidade do planeta (CASTRO, 2021), entretanto, para quem faz parte da ECOSOL, seu significado tende a ficar mais amplo ao considerar as vivências e subjetividades de cada sujeito. Para as entrevistadas, quando questionadas quanto ao significado da Economia Solidária, obtivemos as seguintes respostas:

É confiança, é confiança (A1, grifo nosso).

*A Economia Solidária é assim, o pessoal assim é mais, eu que já fiz feiras assim em outros lugares, **quando é uma feira que não é de Economia Solidária, ela é mais diferente** assim, o pessoal não é legal igual o nosso, o **pessoal da universidade são muito legal com nós e igual uma pessoa da família e outras feiras ela é diferente** (A2, grifo nosso).*

*Aí é difícil, a economia solidária para mim é o momento de **ta reunida com meu grupo, primeiro estar com as pessoas do meu grupo, depois em contato com as pessoas que sempre vem e nos acolhem** e depois expor o meu produto e que é útil para as pessoas e elas usam é uma grande satisfação, sabe eu gosto de ver meu produto eu me sinto realizada quando as pessoas usam uma coisa e eu encontro elas, não só na universidade como na rua sabe é nossa é uma coisa que eu fiz e **me dá uma grande satisfação** porque eu faço com carinho cada peça e eu me realizo também com isso e **ta podendo ajudar, por isso a gente fica animada** porque é subjetivo também então eu fico satisfeita (A3, grifo nosso).*

*Significa **autogestão**, que a gente **trabalha em grupo**, vende com **preço justo** e **divide** igual para o grupo. (A4, grifo nosso).*

Ações, perspectivas e desafios: a AFESOL no contexto da pandemia do COVID-19

No início de 2020, uma pandemia causada por um novo e agressivo vírus levou o planeta a uma crise sanitária e socio-econômica, atingindo a convivência social pela necessidade de iniciativas de isolamento rigorosas e alterando nossas rotinas, relações interpessoais e processos de geração de renda.

Descoberto no dia 31 de dezembro de 2019, na cidade chinesa de Wuhan, a Covid-19 faz parte da família viral SARS-CoV-2, onde sabe-se que a partir deste, a maioria das pessoas infectadas com o vírus apresenta doença respiratória leve a moderada e se recupera sem precisar de tratamento especial, no entanto, algumas pessoas ficam gravemente doentes e exigem atenção médica (OMS, 2019).

Assim, em Março de 2020, com a instauração do cenário pandêmico, a universidade fechou as portas para cumprir com as medidas determinadas pela Secretaria da Saúde do Estado do Paraná o que impossibilitou a realização das feiras neste espaço.

Destaca-se que esta não é uma experiência única, ou isolada, mas que impactou muitas outras feiras de economia solidária em diversas regiões, como por exemplo as acompanhadas por outras incubadoras da Rede de ITCPS, como bem colocado por Molina et al. (2020):

A suspensão das feiras afetou direta e intensamente a comercialização de muitos produtos, entre os quais os artesanatos. Alguns empreendimentos precisaram recorrer ao “caixa” e ao capital de giro para manter suas necessidades básicas, o que os tornou incapazes de produzir. Com o trabalho coletivo dificultado foi constatado que algumas mulheres recorreram à alternativa de vendas individualizadas.

Para certos empreendimentos aproveitaram a oportunidade para produzirem máscaras de tecido, cujas vendas, em certa medida, compensaram as perdas...A estratégia construída e adotada por vários empreendimentos foi a divulgação dos produtos artesanais em redes sociais e campanhas de vendas virtuais e entregas em domicílio, a qual contou com o apoio de fóruns, redes, entidades, entre as quais as ITCs (MOLINA et al, 2020, s/p).

De acordo com Molina et al. (2020), os efeitos suportados no momento de crise atingiram de formas diferentes cada um dos segmentos de economia solidária, e no caso da AFESol, podemos enfatizar questões de saúde mental, agravada devido ao contexto vivenciado, o que levou a equipe da IESol/UEPG a realizar atividades referentes a esta temática com o grupo, também citamos a insegurança com não saber quando iriam poder retornar às suas atividades na feira e na associação, além das ameaças econômicas advindas da falta de renda, e por consequência, impactando a vida de todos os membros do EES. Na fala de uma das associadas, torna-se possível observar este fator:

*Não, eu sempre vejo ela como um momento de encontro com as pessoas e automaticamente também é o retorno, não teve assim, foi bom rever as pessoas, porque teve momentos tristes de pessoas que faziam parte do nosso convívio não estão mais presentes sabe, mas no mais é teria uma pequena dificuldade no começo para mim, como nesses dois anos eu acabei deixando de lado os produtos, eu não tive tanto contato com os clientes para realizar vendas, no retornar eu fiquei meio assim sem ideias, mas porque **muita coisa aconteceu na pandemia e mexeu com o psicológico, mexeu sim [...]** (A3, grifo nosso)*

Ainda assim, buscou-se não perder a esperança, e a Associação juntamente com a IESOL, recriaram um espaço de interação online extremamente importante para interação entre as feirantes e discussão de temas essenciais descritos anteriormente.

*Então, a maior dificuldade de todos 'né', de mim também, foi a **pandemia 'né', nossa, a gente se viu tipo perdida 'né'** só que*

eu nunca perdi a esperança, eu sempre pensava 'não, um dia vai voltar a feira' 'um dia a gente vai voltar a ser como antes e expor nossos produtos, tal' e a IESol também sempre nos deu assim apoio, sabe? Como reuniões, que a gente fez várias reuniões durante a pandemia 'sabe', a gente trocava ideia e era assim 'sabe', mesmo online valia a pena 'sabe', muito bom (A1, grifo nosso).

Nas reuniões mencionadas pela entrevistada, em que também participavam os integrantes da equipe técnica que acompanham o grupo, havia um momento em que todos falavam como estavam e interagiam quanto aos principais problemas que vinham enfrentando por conta do afastamento social, incluindo o adoecimento pelo Covid-19 que muitos enfrentaram, consigo mesmos ou com seus familiares.

No que diz respeito à questão econômica, o grupo foi prejudicado, uma vez que a Feira foi uma das principais fontes de renda das associadas, o que, inclusive, resultou na perda da sede delas, que não pôde ser mantida durante esse cenário. Em uma tentativa de amenizar as consequência advindas da pandemia para todos os grupos incubados que dependiam deste espaço de comercialização, a IESOL, em uma ideia coletiva com os EES, realizou diversas intervenções. É nesse sentido que aqui cabe destacar a campanha de solidariedade, que possuiu como objetivo ajudar financeiramente os grupos que não podiam comercializar seus produtos e foram prejudicados com a suspensão das feiras e o isolamento social.

[...] foi feito num momento de crise com a pandemia, a gente tinha dívida para pagar, os aluguéis, água e luz, e não sabíamos onde buscar o dinheiro já que parou tudo e não tínhamos comercialização, e que teve o empenho da IESol fazendo aquela "vaquinha" e poder quitar as nossas dívidas e compromissos e foi um alívio porque não é fácil ficar com conta pendente e não ter de onde tirar (A.3).

A arrecadação através de uma plataforma de financiamento coletivo contou com 42 doadores em 45 dias de divulgação por meio das redes sociais, e ainda que tenha sido uma

ação emergencial devido ao contexto vivenciado, auxiliou temporariamente os grupos. Juntamente aos empreendimentos, a Incubadora realizou outras ações, como a elaboração e divulgação de um catálogo virtual bem como oficinas para utilização das redes sociais para comercialização dos produtos.

Após dois anos de suspensão das feiras solidárias, com a queda no número de casos positivos e fatais pelo Covid-19 e o crescimento da cobertura de vacinação, houve a retomada das aulas e atividades presenciais na UEPG, o que evidentemente nos levou à volta presencial da Feira de Economia Solidária no Campus Central da Universidade em março de 2022 - posteriormente no Campus de Uvaranas no Centro de Convivência.

Visando a comercialização dos produtos dos empreendimentos econômicos solidários, e consequentemente gerando trabalho e renda para seus participantes, a FESU é prevista num rol de atividades formativas, bem como atende como um local de socialização e convívio entre a comunidade interna e externa.

Percebe-se através das falas das associadas que a realização das feiras adquiriu um novo significado para as/os integrantes do grupo AFESol pós pandemia:

*Nossa, não tenho nem dúvida, parece que **a gente tá assim re-
começando e assim com mais garra 'né', eu não vejo o dia
que chega pra vim pra Feira**, fico em casa, eu trabalho bastante
'costuro, costuro, costuro', um dia da semana a gente vai traba-
lhar na associação, **mas quando chega quarta-feira pra mim
é muito bom porque eu sei que no dia seguinte eu levanto
bem cedinho, animada pra vim pra Feira** (A1, grifo nosso)*

*Sim, foi muito bom, nossa eu até não acreditava que nós íamos
voltar (A2).*

*Eu sempre vejo ela como um momento de encontro com as pessoas
e automaticamente também é o retorno [...].**Foi bom rever as
pessoas.** (A3).*

*Sim, tem, a Feira é onde ganhamos nosso sustento do dia a dia e
**ter ela de volta depois de tudo que passamos é muito bom
pra todos nós.** (A4).*

Os relatos obtidos conseguem transmitir a importância do retorno das feiras presenciais para as integrantes do EES, não apenas pela renda que se apresenta como algo essencial na vida das associadas, mas como também a socialização que a feira oferece, tanto entre elas, como com os compradores que frequentam a universidade.

Considerações finais

A Associação de Feirantes da Economia Solidária (AFE-Sol) é um exemplo bem sucedido de empreendimento de economia solidária, bem como do processo de incubação a partir da Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol/UEPG). Neste capítulo buscamos elementos que nos permitiram compreender as razões desse êxito, percorrendo a trajetória do grupo desde sua constituição até os tempos pandêmicos. Neste caminho, é importante destacar a relação existente entre a AFESol e a IESOL, assim como aquela com a Feira de Economia Solidária, recentemente identificada como FESU, tendo como pano de fundo a vivência na economia solidária.

Para além da análise documental, a entrevista foi de grande valia para a construção deste trabalho, proporcionando maior proximidade com os sentimentos das entrevistadas perante suas trajetórias na ECoSoL e a parceria com a incubadora. Com 10 anos de feira, foi possível adquirir uma gama de experiências e conhecimentos subjetivos e únicos das participantes do EES, que comercializam seus produtos de forma coletiva, convivendo e trocando experiências com outros grupos que também fazem parte da FESU.

Durante a pandemia, mesmo com as dificuldades encontradas, com o apoio da incubadora, que juntamente com os EES tiveram que se adequar ao trabalho remoto, foi possível encontrar alternativas dentro da ECOSOL e de seus princípios para que os EES continuassem produzindo e gerando renda para os trabalhadores, bem como se mantivessem próximos, por meio de reuniões e formações virtuais.

Concluímos essa pesquisa defendendo que a universidade, juntamente com os demais atores sociais, deve estar atentos às demandas da Economia Solidária, esta que se enquadra como uma alternativa dentro de um contexto socioeconômico e político de crise do desemprego estrutural, e devem articular-se por meio de políticas públicas que possam efetivamente viabilizar os EES e disseminar os princípios da ECOSOL.

Referências

ALBACH, C. A. S. et al. **Relatório acerca das entrevistas realizadas com a Associação de Feirantes de Economia Solidária (AFESol) no dia 07 jul. 2022.** IESol/UEPG, 2022.

CASTRO, T. **Economia solidária? O que é?**. CENPEC, 2021. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/oficinas/economia=-solidaria-o-que-e#:~:text=A%20econom%20solid%C3%A1ria%20constitui%20uma,e%20a%20sustentabilidade%20do%20planeta>. Acesso em: 10 set. 2022.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

CUNHA, L. M. S. ; STRUMINSKI, C. E. C. ; TORRES, L.C. C.; SAWCZYN, S. G.; EIDAM, C. S. **A Associação de Feirantes de Economia Solidária - AFESol e sua trajetória de incubação como Empreendimento Econômico Solidário (EES): Riscos e Potencialidades**. 12º CONEX. Ponta Grossa, 2014. Disponível em: <https://sites.uepg.br/conex/anais/artigos/386-1653-1-DR-mod.pdf>. Acesso em: 15 set 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FEIRANTES da Economia Solidária: Narrativas de Cooperação e Sustentabilidade. Produção da Incubadora de Empreendimentos Solidários e Núcleo de Produção Audiovisual da Agência de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rjMq0Y2FYIg&ab_channel=IesolIncubadoradeEmpreendimentosSolid%C3%A1rios. Acesso em: 25 ago. 2022.

KRIPKA, R.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. **Atas**

CIAIQ2015. Investigação Qualitativa em Educação// Investigación Cualitativa en Educación// Volume 2. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/280924900_Pesquisa_Documental_consideracoes_sobre_conceitos_e_caracteristicas_na_Pesquisa_Qualitativa_Documentary_Research_consideration_of_concepts_and_features_on_Qualitative_Research/citation/download. Acesso em: 15 set. 2022.

LOBIONDO-WOOD, G.; HABER, J. **Pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização.** 4a ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

MARTINS, M. O discurso da sustentabilidade na economia solidária: o caso do Sítio Rosa dos Ventos Pocinhos do Rio Verde. Minas Gerais. **IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais** - Porto Alegre: 2016. Disponível em: <https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/view/228>. Acesso em: 12 ago. 2022.

MOLINA, W. S. L. et al. A economia solidária no Brasil frente ao contexto de crise Covid -19: trajetória, crise e resistência nos territórios. **OtraEconomía**, v. 13, n.24, p.170-189, 2020. Disponível em: <https://www.revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/download/14914/9546/>. Acesso em: 09 ago. 2022.

MOURA, R. R.; VALADÃO, A. C.; BRASIL, M. S.; CUNHA, L. A. Incubadora de Empreendimentos Solidários - IESol: 16 anos de extensão com economia solidária na UEPG. In: SCHIMANSKI, E.; GOMES, B.; SCHEFFER, S. M. (org.). **UEPG: cinco décadas de extensão.** Ponta Grossa: UEPG/PROEX, 2021. p.107-123. Disponível em: <https://www2.uepg.br/proex/ebook-uepg-cinco-decadas-de-extensao/>. Acesso em: 08 ago. 2022

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **Folha informativa sobre COVID-19**, 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 09 ago. 2021.

RODRIGUES, R. G.; AGUIAR, P. D. Feiras de economia solidária como alternativa ao desenvolvimento socioeconômico local no município de Santa Maria, RS. **Redes**, v. 26, 2 set. 2022. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/15153>. Acesso em: 23 ago. 2022.

Os limites e possibilidades da dialogicidade entre economia solidária e agroecologia no Acampamento Maria Rosa do Contestado - PR

*Alisson P. R. Mendes
Kelen A. S. Bernardo
Adriano Costa Valadão
Reidy Rolim Moura*

A desigualdade social vivenciada no contexto nacional, tem na restrição ao acesso à terra uma de suas raízes, fenômeno que possui determinações sócio-históricas e implicações no acesso aos demais direitos de cidadania. Os avanços do agro-negócio e da mercantilização da produção de alimentos, levam a expulsão das famílias das áreas rurais e sua consequente pauperização. É um processo histórico que assume diferentes características ao longo da história para o qual se convencionou a chamar de questão agrária.

Em contrapartida, a Agroecologia e a Economia Solidária são movimentos que expressam resistências a essa dinâmica estrutural decorrente do capitalismo ostensivo. Tratando-se de alternativas ao atual sistema econômico vigente - pautados na nova racionalidade neoliberal que provoca mutações institucionais e individuais, tendo como fundamento a lógica da competitividade e da individualização (DARDOT; LAVAL, 2016) - a Economia Solidária e a Agroecologia situam na arena de disputas de projetos societários e consequentemente sofrem as

inflexões de tais disputas. Estes campos de disputa possuem trajetórias situadas em um contexto político próximo e embora com suas demandas e aspectos específicos, apresentam pontos de diálogo, convergências e desafios comuns em suas pautas de luta (SCHIMITT, 2010).

É tendo como horizonte os tensionamentos e contradições da realidade social que a presente pesquisa tem como objetivo¹ refletir sobre a problemática agrária, tendo como aporte os princípios da Economia Solidária e da Agroecologia, a partir da experiência empírica do Acampamento Maria Rosa do Contestado no município de Castro-PR. Assim, o cerne da discussão consiste em levantar os limites e as possibilidades presentes na vivência cotidiana do referido Acampamento.

Aspectos metodológicos e contextualização do lócus de pesquisa

No que se refere aos aspectos metodológicos, a presente pesquisa é exploratória, de caráter qualitativo, com base em pesquisas bibliográficas e documentais. Como instrumento de coleta de dados empíricos, recorreremos à técnica do grupo focal, o qual foi realizado em janeiro de 2022 na sede do Acampamento em tela, com a participação de integrantes previamente selecionados, totalizando onze pessoas. Powell e Single (1996, p. 449) definem grupo focal como “um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema, que é objeto de pesquisa, a partir de sua experiência pessoal”. Entendemos que as pesquisas com grupos focais é um campo privilegiado de discussão e troca de experiências em torno de um tema específico.

A partir de convites, com adesão voluntária, a composição do grupo foi organizada tendo como pré-requisito alguns critérios associados aos objetivos específicos da pesquisa, par-

¹ Parte das reflexões apresentadas no presente capítulo é resultado da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do primeiro autor (MENDES, 2022) com orientação da segunda autora.

tindo de características homogêneas, neste caso, todos residem no acampamento, mas buscando uma suficiente variação na composição do grupo para haver debates e opiniões diferentes ou divergentes. Assim, o intuito é captar diferentes percepções acerca da temática em comum por pessoas com diferentes idades, sexo, tempo de residência no Acampamento e funções distintas na organização do processo de trabalho desenvolvido, incluindo agricultores, lideranças e pessoas vinculadas ao administrativo. Para garantir o anonimato dos participantes do grupo focal, os participantes foram nominados com a letra P de participante seguido do numeral para diferenciá-los, iniciando por P1 e assim respectivamente até o participante P11². No que se refere à análise dos dados obtidos, recorreremos à técnica da análise de conteúdo.

O Acampamento Maria Rosa do Contestado iniciou a ocupação no dia 24 de agosto de 2015 e localiza-se no município de Castro - Paraná, há aproximadamente 9 km de distância da área urbana. O município de Castro, segundo o último censo realizado em 2010, possuía uma população de 67.084 habitantes, sendo 17.818 na área rural e 49.266 na urbana, sendo assim, seu grau de urbanização é de 73,44%. O Produto Interno Bruto (PIB) per capita do município, segundo dados de 2012, correspondia a 38.661,79, sendo a distribuição setorial correspondente a 50% no setor de serviços, 14,4% na indústria, 7,5% impostos e 28,10% na agropecuária. Portanto, no setor econômico do município predomina o setor de serviços, porém o município de Castro figura como o 23º maior Produto Interno Brasileiro (PIB) do setor agropecuário com receita de R\$ 298.913 milhões. No Paraná, o município ocupa a primeira posição (IBGE, 2010). Realidade que contrasta quando ajustamos a lupa para os aspectos relacionados ao acesso aos bens produzidos socialmente.

Ao mesmo tempo, em que o referido município é referência no desenvolvimento e aplicação de tecnologias voltadas à

² Para maiores informações quanto à realização do grupo focal, termo de consentimento livre e esclarecido e o roteiro de questões norteadoras, consultar Mendes (2022).

produção de leite e seus derivados, há inúmeros agricultores familiares com diversas vulnerabilidades. Nessa realidade se inclui a presença de comunidades tradicionais remanescentes de quilombolas, três assentamentos rurais e dois acampamentos de agricultores sem terra. Estes três assentamentos de reforma agrária são: os Projetos de Assentamento Abapan, Três Lagoas e Três Pinheiros. Juntos englobam um total de 95 famílias assentadas, tendo como principais produções o leite e hortifrutigranjeiros, onde a maioria das unidades tem por característica a produção familiar. E além do Acampamento Maria Rosa do Contestado, foi instalado o Acampamento Pe. Roque, com famílias que participaram da ocupação do Acampamento Maria Rosa, mas que no processo de negociação e considerando o tamanho da área, conquistaram outra área no município para se instalarem.

Toda essa dinâmica, ocorre em meio as disputas, lutas e resistências. É importante destacamos que, recentemente há ações de grupos armados ameaçando famílias para deixarem suas áreas nas comunidades rurais de agricultores tradicionais. Também há a prática, por esse grupo, da extração de madeira ilegalmente (DIAS, 2022). Ou seja, mesmo sendo apontado como uma referência nacional em tecnologia e produtividade no agronegócio, há no território em questão e nos municípios em entorno, uma forte presença de conflitos fundiários.

O Acampamento Maria Rosa do Contestado está instalado na fazenda “Capão do Cipó”, que apresenta uma área de aproximadamente 440,00 hectares, sendo um imóvel rural de domínio público da União e foi anteriormente cedido ao Ministério da Agricultura. Destacamos que no ano de 2004, a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), órgão ligado ao Ministério do Planejamento que administra imóveis da União, constatou que a referida Fazenda Capão do Cipó, estava irregularmente na posse da “Fundação ABC”, entidade privada, ligada a grandes Cooperativas do Estado do Paraná. Após Constatação de ilegalidade desta utilização e diante da negativa da entidade em devolver o imóvel, ainda em 2004, a Advocacia-Geral da

União (AGU), ajuizou ação de reintegração de posse, que em 2013 teve sentença transitada em julgado, pela reintegração da posse à União Federal.

Em 2013, sob o disposto no artigo 188 da Constituição Federal de 1988, regulamentado pelo artigo 13 da Lei 8.629/93, cujo texto diz o seguinte: “As Terras rurais de domínio da União, dos Estados e dos Municípios, ficam destinadas, preferencialmente, à execução de planos de reforma agrária” (BRASIL, 1993), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) do Paraná, solicitou à SPU o referido imóvel com o fim de incorporá-lo ao Plano Nacional de Reforma Agrária; em abril de 2014 foi emitida uma liminar de despejo contra a Fundação ABC, com multa diária de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Depois de aproximadamente um ano e meio de tentativas de negociação não resolvidas, famílias ligadas ao MST decidiram ocupar a área, no intuito de pressionar os órgãos competentes a abrir em negociação. Após a ocupação da área, que ocorreu dia 24 de agosto de 2015, às cinco horas da manhã, ainda no mesmo dia da ocupação, a data e hora para as negociações com a SPU já haviam sido marcadas. Ocuparam a área, em um primeiro momento, cerca de 130 famílias e nas semanas que se seguiram, novas famílias chegaram, totalizando 200 famílias. (IESOL, 2021)

No transcorrer dos anos, vários arranjos foram se delineando, sendo que parte das famílias que ocuparam a área se dirigiram para outras ocupações, como o Pe. Roque, também em Castro, ou assumiram outras atividades no MST, ou, até mesmo, desistiram da luta pela terra, pelo menos neste contexto. Portanto, em 2022, o Acampamento Maria Rosa conta com aproximadamente 65 famílias, somando em média 400 pessoas que produzem em conjunto e de maneira agroecológica valorizando os saberes locais e ancestrais.

No Acampamento, as pessoas se organizam em núcleos de cerca de 10 famílias cada, a tomada das decisões ocorre sem-

pre de forma coletiva. Já no ano de 2016, foi construída a Cooperativa dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária Maria Rosa do Contestado - Coofram, a qual é responsável por organizar os processos de produção e, principalmente, o escoamento, a comercialização coletiva dos produtos agroecológicos, a panificação e também a participação nos lucros (IESOL, 2021).

Análise e discussão dos resultados

As reflexões seguintes são pautadas nos eixos de análise emergidos na aproximação com a empiria e na dialogicidade estabelecidas com as referências teóricas. Para tanto, após seguir as etapas indicadas pelo instrumento de análise de conteúdo, qual seja, o processo de organização e pré-análise das informações coletadas no grupo focal, elaboramos as meditações dos achados da presente pesquisa.

No que se refere ao perfil dos/as participantes do grupo focal, este foi composto por participantes de diferentes faixas etárias, com concentração na faixa entre 30 e 60 anos, com apenas a presença de uma jovem (25 anos). São sujeitos que estão localizados na idade produtiva, com exceção de 03 pessoas com 60 anos ou mais. Estes já com idade para aposentadoria, como é comum no campo, continuam trabalhando em suas hortas e roçados.

Quadro 1 - Identificação dos participantes do Grupo Focal e tempo de trabalho com a Agroecologia

Identificação	Sexo	Idade	Escolaridade	Tempo que trabalha com Agroecologia	Tempo de Residência no Maria Rosa
P1	masculino	70	fundamental	50 anos	06 anos
P2	masculino	62	fundamental	06 anos	06 anos
P3	masculino	60	fundamental	05 anos	06 anos
P4	feminino	58	fundamental	05 anos	06 anos
P5	feminino	55	fundamental	05 anos	05 anos
P6	masculino	59	fundamental	05 anos	05 anos

P7	masculino	32	tecnólogo	05 anos	05 anos
P8	masculino	42	fundamental	07 meses	07 meses
P9	masculino	36	fundamental	07 meses	07 meses
P10	feminino	38	fundamental	05 meses	05 meses
P11	feminino	25	superior	04 meses	01 semana

Fonte: Mendes (2022)

Predominou neste grupo, a participação masculina, embora dentro da comunidade se apresente uma forte presença de lideranças femininas. Observa que a maioria dos participantes estão morando no acampamento desde a sua formação, ou seja, num período temporal de 6 a 5 anos. Há integrantes que vêm migrando de outros acampamentos para este e que chegaram a este acampamento há menos de um ano (sendo uma pessoa há apenas uma semana).

Quanto ao nível de escolarização, a maioria possui o ensino fundamental, sendo destoante do grupo – no que se refere a formação formal – a participação de uma Engenheira Ambiental que se uniu a este assentamento justamente para aplicar os seus conhecimentos adquiridos na universidade, apoiada pelo participante com formação técnica em agropecuária com ênfase à agroecologia. Assim, buscando juntos desenvolver projetos para o desenvolvimento do plantio com base na agroecologia.

Quase a totalidade dos participantes deste estudo passaram a trabalhar com agroecologia a partir do seu processo de inserção no Maria Rosa. A partir das falas, foi possível identificar que a participação no movimento social possibilitou o acesso a esse conhecimento. Destacamos que o participante P1, relata uma experiência por um longo tempo de prática da agroecologia, até mesmo anterior ao estabelecimento da agroecologia como é conhecida atualmente. Revelando que a agroecologia possui raízes em práticas tradicionais pré-modernização da agricultura e que esse participante resistiu a adesão aos pacotes tecnológicos da agricultura convencional.

Os integrantes deste acampamento reconhecem que o estudo em escolas técnicas e universidades contribuem para sua formação, destaca que com a agroecologia a acadêmica também passa a reconhecer que os acampados ou assentados possuem conhecimento próprio, empírico sobre a agroecologia. Conforme apresentado na fala do Participante P6 “A produção saudável e o convívio de comunidade que traz a melhora do social com todos, tendo a troca de aprendizados e o respeito mútuo com os outros e com o meio ambiente”. Nesse contexto, os conhecimentos se fundem, se complementam e podem indicar tendências de implementação e desenvolvimento da agroecologia a partir de trabalhadores de movimentos sociais e camponeses em realidades futuras.

Observa-se que as escolas técnicas e universidades também cumprem outro papel complementar nos assentamentos de reforma agrária, pois o conhecimento adquirido fora do assentamento funciona como um instrumento legal de representação das famílias com o objetivo principal de facilitar os trâmites burocráticos de serviços públicos na busca de recursos governamentais destinados a melhorar as condições de vida de todas as famílias assentadas. Através destes conhecimentos adquiridos, são canalizados a apresentação de projetos públicos e econômicos destinados a organizar a produção e comercialização dos seus produtos (SILVA, 2011).

Nessa questão, observa-se que as diversas práticas de cooperação e entreajuda são também organizadas através da criação de grupos coletivos ou semicoletivos, de caráter informal, com o objetivo de cooperar em tarefas de produção, comercialização e outros objetivos comuns. Trata-se, portanto, de iniciativas promovidas por famílias assentadas em que cada um contribui com uma parte de sua terra ou a totalidade de sua parte para trabalhá-la coletivamente e, assim, produzir e vender a colheita conjuntamente (GUHUR et al., 2016).

Entre outras formas simples de cooperação estariam incluídas as associações nos acampamentos e assentamentos, que se encarregam de executar diversas tarefas de forma associativa,

como a aquisição conjunta de animais, a compra de insumos e máquinas agrícolas e meios de transporte, além da construção de novos espaços produtivos, a otimização da assistência técnica, a procura de novos mercados, entre outros (MST, 2005a). Importante salientar que, pela perspectiva da organização e mobilização, os integrantes desse movimento estão ligados a núcleos de base que indicam representantes nas instâncias de coordenação local, regional, estadual e nacional do MST. É aqui que, em suma, são tomadas as principais decisões geoestratégicas que afetam todo o território adquirido (MST, 2005b).

No que tange a compreensão dos/as participante sobre a agroecologia, temos o que segue no quadro 2:

Quadro 2 - Significado de Agroecologia para os participantes do Grupo Focal

Participante	O que é agroecologia para você?
P1	A vontade de não perder as lições das coisas que aprendeu e não querer perder a ligação com o campo.
P2	A comida saudável traz a melhor vida, perdendo a graça em comidas produzidas com agrotóxicos, demonstrando a qualidade da comida.
P3	É o comprometimento com uma vida melhor, tendo assim a produção sem utilização de nenhum veneno, ato desafiador, mas, um compromisso com a vida.
P4	A autonomia para a produção e de atitudes para melhor viver como pessoa, sem depender de técnicas da agricultura convencional;
P5	É o plantio de sementes crioulas sem adição de agrotóxicos ou adubos químicos, preservando a natureza, onde os produtos produzidos como tomate e milho são mais saborosos;
P6	Qualidade dos alimentos produzidos, inversa ao normal de como era a produção antigamente que não respeitava o meio ambiente.

P7	A luta pelo agroecológico se apresenta através de ver a natureza com outros olhos. Observando que a perda e o desmatamento do meio ambiente é um fator destrutivo para permanência do homem no campo e utilizando o modelo agroecológico pode salvar o meio ambiente. O manejo correto do solo e da terra ser utilizada é a garantia de sobrevivência do homem no campo;
P8	O despertar da valorização e ter orgulho do campo que trabalha, entendendo que o ouvido pelo sinônimo de roça: atraso e ignorância, não faz sentido algum.
P9	Agroecologia é a melhora na qualidade de vida. A minha esposa teve uma melhora significativa através da comida ingerida, tendo a água e a comida consumida no acampamento. Conforme matéria jornalística apresentou que o paranaense ingere até 10 litros de agrotóxico anualmente. A necessidade é expor a agroecologia com sendo o melhor projeto de alimentação, para assim melhorar também a vida alheia. Na luta para disseminar a melhor comida no prato dos outros;
P10	Plantio sem agrotóxicos e adubos químicos que melhoram a saúde dos agricultores e outras pessoas que venham a consumir este alimento;
P11	O conhecer de diferentes tipos de verduras e grãos que não é conhecido através da produção exploratória, o ser agroecológico fica como um guardião do solo e das sementes ali aplicadas, usando sempre a diversidade de tais verduras e grãos para a melhor alimentação do mesmo;

Fonte: Mendes (2022)

Nesse contexto, observa-se que independente da resposta dada de maneira mais simples ou mais elaborada, o entendimento coletivo entre os/as participantes é a de produção de uma alimentação mais saudável. Para esses integrantes, a agroecologia desempenha um papel preponderante no reequilíbrio da tradição e dos hábitos alimentares modernos, reunindo-os em torno da busca pela produção e consumo de alimentos saudáveis, defendendo o direito à alimentação adequada.

Além disso, as falas revelam o respeito e integração à natureza e a resistência principalmente ao uso de agrotóxicos, os

quais acabam por ser responsabilizados pelos principais problemas que a agricultura convencional causa na qualidade da alimentação e da qualidade de vida em geral. Essa qualidade de vida tem como base principalmente o consumo de alimentos não contaminados com agrotóxicos, os quais, como são responsáveis por intoxicações e até o causador do desenvolvimento de diversas patologias como “cânceres, más-formações congênitas, distúrbios endócrinos, neurológicos e mentais” (CARNEIRO, et al, 2015, p. 58).

Nesse sentido, a agroecologia busca cultivar uma relação saudável entre as pessoas e os alimentos. A identidade cultural e o sentimento de pertencimento estão intimamente ligados aos territórios e sistemas alimentares. À medida que as pessoas e os ecossistemas evoluíram juntos, o conhecimento e as práticas culturais tradicionais oferecem uma riqueza de experiência que pode inspirar soluções agroecológicas (FERREIRA; ALVES; CARVALHO FILHO, 2008).

A relação da prática agroecológica com os princípios do MST foi objeto de atenção da presente pesquisa, assim no quadro três temos a sistematização das falas dos/as participantes:

Quadro 3 - Relação entre a prática agroecológica e o MST

Participante	Como relaciona a prática agroecológica com os princípios do MST?
P1	A união, religiosa ou não, tendo assim ao cuidar e zelar pelo meio ambiente e será uma coletividade para preservação do menor até o maior meio de “abraçar a terra” e buscar a luta para recuperar a terra já destruída pelo anterior. É através da agroecologia, por mais sofrido às vezes, que traz a necessidade pela produção boa para o meio ambiente. Tendo a luta como nivelador entre o movimento e o produzir comida saudável para a população.
P2	Tendo a mudança do papel, tendo a agroecologia como salvador da comida saudável e o MST como expoente para demonstrar o melhor meio de produzir a comida para todos.

P3	O casamento da necessidade de transformação social, a necessidade pela luta por sua segurança e o plantio de seu próprio sustento. É a questão do produzir sem a aplicação de agrotóxicos, trazendo uma menor produção, mas que não ocorra o contágio de nenhuma pessoa que produz ou consome.
P4	A qualidade do coletivo para o plantio agroecológico com o viver uma vida mais longa, sendo assim garantindo qualidade a todos os colegas ali presentes.
P5	O princípio da produção saudável, amigavelmente com o ambiente e os colegas de movimentos, trazendo a produção para o coletivo.
P6	A produção saudável e o convívio da comunidade trazem a melhora do social com todos, tendo a troca de aprendizados e o respeito mútuo com os outros e com o meio ambiente. A solidariedade entre ambos para o melhor.
P7	O aprendizado com a situação para melhorar a terra, como se fosse uma mãe que sustenta sua vida, a agroecologia assim sendo a parte do coletivo para manter sua mãe terra viva.
P8	Princípio de colocar a importância de cuidar do solo e das matas do nosso mundo para, assim,, garantir o futuro de todos.
P9	A geração de renda através do trabalho e a segurança do seu consumo sustentável, tendo um abraço da família para sua gratificação a seu trabalho através da agroecologia.
P10	Coloca-se em encontro para a formação social, colocando a coletividade e a transformação da necessidade de todos em responsabilidade de todos
P11	A agroecologia se relaciona com o movimento a partir do momento em que pretende fazer com que o camponês fique no campo, produzindo alimentos de forma saudável fazendo com que o agricultor viva até 70/80 anos com saúde. Deus colocou o homem para cuidar da terra, e a pessoas tem que ser comprometida com sua prática para cuidar da terra.

Fonte: Mendes (2022)

Como observado nas colocações do Participante P10 observa que os princípios da agroecologia, presentes na fala do

participante, vão ao encontro de um dos princípios praticados e defendidos pelo MST, quais seja, o trabalho coletivo, que incentiva a formação de cooperativas e associações como estratégia para fortalecer a organização política e o desenvolvimento econômico dos trabalhadores assentados. Borsatto (2011, p. 51) aponta que:

O discurso agroecológico no MST, vem sempre fortemente vinculado a duas outras temáticas afins, a da soberania alimentar e da luta contra o agronegócio. O que por sua vez, aproxima o Movimento cada vez mais das demandas de seus agentes, isto é dos agricultores, já que introspecção em seu seio, ideias e características que sempre estiveram presentes no modo de produzir (ou viver) dos camponeses. Em nítido contraponto ao discurso anteriormente vigente, que tinha sua origem muito mais vinculada às questões sindicais citadinas (origem proletária).

Amparado na fala da Participante P11, identifica-se que os princípios agroecológicos no assentamento visam otimizar os sistemas de plantio existentes e desenvolver novos agroecossistemas sustentáveis, onde os insumos externos são substituídos por processos naturais como fertilidade do solo e controle biológico.

Os princípios agroecológicos utilizados na concepção e gestão dos agros ecossistemas buscam a melhoria da biodiversidade funcional dos sistemas agrícolas, o qual é essencial para a manutenção de processos imunológicos, metabólicos e regulatórios, fundamentais para a função do agroecossistema conforme apresentado na narrativa do Participante P7.

Os princípios agroecológicos tomam diferentes formas tecnológicas dependendo das circunstâncias biofísicas e socioeconômicas de cada agricultor ou região. Um princípio fundamental da agroecologia é a diversificação dos sistemas agrícolas, promovendo misturas de variedades de culturas, sistemas de intercalagem, sistemas agroflorestais, integração animal, etc. que melhorem os efeitos positivos da biodiversidade sobre a produtividade, derivados dos efeitos crescentes da comple-

mentaridade entre espécies vegetais e animais, resultando em um melhor uso da luz solar, água, recursos do solo e a regulação natural das populações de pragas (FAVERO; PACHECO, 2013).

Em relação as práticas agroecológicas observadas no cotidiano do Assentamento, os/as participantes indicaram que:

Quadro 4 - Prática agroecológica no cotidiano do acampamento

Participante	No seu cotidiano quais práticas agroecológicas você observa?
P1	Nas hortalças e legumes produzidos, em que não se utiliza nenhum tipo de veneno e nem adubo químico que prejudica a saúde das pessoas;
P2	Nos plantios do assentamento onde não usamos veneno e respeitamos o meio ambiente, para continuar a preservar nossa vida com saúde;
P3	Em todos os plantios feitos no assentamento, pois, em todos procuramos utilizar uma forma de plantar mais próxima da agroecológica;
P4	Na horta e nas culturas que são plantadas de forma coletiva ou individual. Todos buscam plantar agroecologicamente;
P5	No meu cotidiano as práticas agroecológicas, apesar de serem básicas, utilizamos na produção de hortalças e legumes;
P6	Especialmente no plantio onde os produtos são plantados sem a utilização de veneno ou adubos químicos;
P7	Preserva-se a água e o alimento puro, fazendo trocas de sementes crioulas permitindo que todos dentro do acampamento tenham o princípio da alimentação saudável;
P8	No plantio coletivo de feijão e milho, onde respeitamos as faixas de matas ciliares e nativas, preservando, especialmente as nascentes de águas, minas, córregos e rios;
P9	Eu observo a prática agroecológica no plantio de feijão, milho, batata-doce, mandioca, não utilizamos venenos e o mato que carpimos ou as palhas da cultura plantada anteriormente, fica no solo para se tornar um adubo orgânico.

P10	Podem ser observadas em todas as áreas que plantamos atualmente, mesmo com muitas dificuldades procuramos utilizar o modelo mais próximo possível do agroecológico;
P11	Em todas as atividades realizadas no acampamento, seja no plantio ou na colheita, buscamos respeitar os espaços para não acabarem os nossos recursos naturais que o meio ambiente proporciona.

Fonte: Mendes (2022)

Perante as narrativas apresentadas, observa-se que os/as participantes tentam pôr em prática a agroecologia nas atividades diárias dentro do acampamento, seja no plantio, colheita ou preservação dos recursos naturais e meio ambiente, especialmente, observa-se uma grande preocupação com a água e na resistência aos agrotóxicos.

As práticas e técnicas camponesas tendem a ser intensivas em conhecimento e não intensivas em aplicação no desenvolvimento das atividades de plantio, mas é claro que nem todas são eficazes ou aplicáveis, portanto, algumas modificações e adaptações podem ser necessárias. É aqui que a agroecologia tem desempenhado um papel fundamental na revitalização da produtividade dos pequenos sistemas agrícolas (BORGES, 2015).

A agroecologia surge nesse contexto como uma forma alternativa, que procura ser sustentável, buscando uma melhor forma de se utilizar o solo e mitigando sua degradação. Nessa procura, busca-se valorizar, dentre outras coisas, o conhecimento de causa do pequeno agricultor que vive da terra que cultiva (BOAVENTURA et al., 2018).

Desde os anos 1980, passaram a ser desenvolvidos projetos agroecológicos iniciados por Organizações Não Governamentais (ONGs), organizações de agricultores e algumas universidades e centros de pesquisas que visam atingir centenas de milhares de agricultores, e assim, implementar os princípios agroecológicos para adaptar as tecnologias agrícolas às neces-

sidades e circunstâncias locais, melhorando a produtividade e, ao mesmo tempo, conservando recursos naturais e biodiversidade. O modelo convencional de transferência de tecnologia não funciona em regiões camponesas, pois é de cima para baixo e se baseia na transferência de uma tecnologia, que não consegue entender que os novos sistemas agroecológicos requerem a participação das pessoas e que devem se adaptar de forma específica às condições variáveis e diversas das fazendas (BIANCHINI; MEDAETS, 2013).

Em meio a essa dinâmica, buscando identificar as possibilidades para a prática agroecológica no acampamento, a partir de experiências vivenciadas desses sujeitos. Vejamos a síntese das falas no quadro 5:

Quadro 5 - Possibilidades de aplicação da prática agroecológica no acampamento

Participante	Quais são as possibilidades para a prática?
P1	Temos muitas possibilidades, em vez de fazer ajustes às práticas de sistemas agrícolas insustentáveis, a agroecologia procura transformar os plantios, abordando as causas dos problemas de forma integrada e fornecendo soluções que sem recursos e políticas só serão acessíveis ao longo prazo;
P2	Há muitas possibilidades, a diversificação de cultura é essencial para garantir a segurança alimentar enquanto se conserva, protege e com investimento poderemos melhorar os recursos naturais;
P3	São muitas, as abordagens agroecológicas melhoram o ecossistema, em particular a polinização e a saúde do solo, dos quais nossa produção depende;
P4	As possibilidades são muitas, consequentemente, faltam recursos financeiros para implementar tal prática;
P5	As possibilidades são muitas, mas dependem de incentivo financeiro e demais políticas agroecológicas
P6	São várias as possibilidades, incluindo a rotação de culturas, e assim ir aumentando a diversidade com o tempo;

P7	As possibilidades são muitas, mas sem incentivo financeiro e demais políticas agroecológicas se tornam inviáveis;
P8	São muitas as possibilidades, e mesmo com todas as dificuldades, especialmente financeira, temos que lutar para continuar aplicando e aprimorando a agroecologia;
P9	Há muitas possibilidades, no entanto, sistemas agrícolas de uso intensivo de recursos com alta entrada externa levaram ao desmatamento maciço, escassez de água, perda de biodiversidade, esgotamento do solo e altos níveis de emissões de gases de efeito estufa, assim, dependemos de muita ajuda financeira para produzir mais no sistema agroecológico e para recuperar o que foi destruído.
P10	São muitas, devemos definir a produção e distribuição dos alimentos para incentivar o estabelecimento, fortalecimento e implementação de políticas comunitárias e planos de ação para melhorar a alimentação dos assentados;
P11	São muitas as possibilidades, em nosso caso, a diversificação de sementes e culturas podem aumentar a produtividade e a eficiência no uso de recursos.

Fonte: Mendes (2022)

Por meio das respostas, observou-se que os participantes apresentaram muitos desafios a serem enfrentados. Apontaram que existem possibilidades, mas, compreendeu-se também que para praticar a agroecologia, requer-se apoio do Estado. Apontam a necessidade de políticas públicas eficazes para avanço no processo de transição agroecológica. Mecanismos de governança transparentes, inclusivos e baseados em prestação de contas são apontados como necessários para criar um ambiente facilitador, o qual colabore com os produtores no processo de transformação de seus sistemas, seguindo conceitos e práticas agroecológicas. Em outras palavras, como apresentado nas falas, as dificuldades financeiras são apontadas como dificultadora na implementação de práticas agroecologia no Acampamento em questão.

Nesse contexto, formar líderes capazes de lidar com questões de financiamentos, compras e prestação de contas será efi-

caz para se fazer frente as dificuldades apontadas. Exemplos de casos exitosos incluem programas de alimentação escolar e compras públicas, regulação de mercado que permite a diferenciação de produtos agroecológicos, subsídios e incentivos para serviços ecossistêmicos, ou seja, incapaz de acontecer sem uma governança transparente e interessada.

A agroecologia depende do acesso equitativo à terra e aos recursos naturais: é fundamental para a busca da justiça social, mas também para incentivar investimentos de longo prazo para proteção dos solos, biodiversidade e serviços ecossistêmicos. A maneira mais indicada de promover a agroecologia é adotando mecanismos de governança responsável em diferentes escalas. Muitos países já formularam leis, políticas e programas a nível nacional que recompensam modelos de gestão agrícola que melhoram a biodiversidade e a prestação de serviços ecossistêmicos. A governança comunitária e territorial, como modelos tradicionais e habituais de governança, é importante para promover a cooperação entre diferentes atores, maximizar as sinergias e minimizar as trocas (BORSATTO, 2011).

Ao serem questionados sobre os desafios que a produção agroecológica apresenta, destacamos que:

Quadro 6 - Desafios para desenvolver a prática agroecológica no acampamento

Participante	E os desafios?
P1	A tecnologia que não se adequa ao método agroecológico, não tendo avanço do mesmo;
P2	A não existência de política pública para o fomento da utilização, para aplicar a agroecologia, não levando assim o acesso ao crédito para a melhor produção e aumento do mesmo;
P3	A não existência de disseminação de assistência técnica para a agroecologia;

P4	Inexistência de padronização de valores para garantia de escoamento e preços justos dos produtos comercializados pelo acampamento;
P5	Os desafios são muitos, mas o principal foi a dificuldade para escoar a produção, pela falta de aceitabilidade da sociedade para o mesmo, sendo a produção perdida pelo mesmo. A aceitação dos projetos apresentados para as instituições, particulares e públicas;
P6	A adaptação do conhecimento empírico, para a melhor maneira através dos erros cometidos;
P7	Falta de conscientização sobre agroecologia entre os formuladores de políticas, falta conhecimento sobre o potencial da agroecologia e falta de reconhecimento na contribuição e o alcance da alimentação saudável para todos;
P8	Desafio de aprender e aceitar a utilização a agroecologia, quebrando o paradigma do agronegócio;
P9	Fomento de técnicas diversas para executar em suas terras;
P10	A entrada para fazer com que o selo orgânico, que fora conseguido. De utilizar tudo que será preciso dentro do próprio acampamento;
P11	O desafio de fazer mudanças. É essencial que todos os acampados estejam dispostos a enfrentar os desafios de uma transição, em favor da busca do desenvolvimento rural sustentável.

Fonte: Mendes (2022)

Podemos destacar das narrativas questões centrais do processo de transição, são eles: a falta de acesso à tecnologia adequada para a agroecologia; a falta de políticas públicas, incluindo as de Ater (Assistência Técnica e Extensão Rural); a dificuldade em criar canais de comercialização sólidos a duradouros aparece como um grande obstáculo; o domínio do agronegócio nas cadeias produtivas e os hábitos dos consumidores se apresentam como um desafio; e, soma-se a esses aspectos, a constante luta na busca por motivações para construir estratégias de enfrentamento a estes desafios.

Como forma de escapar dos problemas existentes nos assentamentos, especialmente os relacionados à infraestrutura para o desenvolvimento da produção agrícola, algumas famílias passaram a aderir a projetos ambientais financiados por determinadas instituições. A participação de instituições financeiras e grandes empresas pode ampliar as possibilidades de desenvolvimento econômico dos/as assentamentos/acampamentos, mas, em troca, lança esses projetos em uma lógica de financeirização da conservação dos recursos naturais; além disso, a racionalidade ambiental dos agentes financiadores exige que os trabalhadores rurais institucionalizem suas práticas de cooperação (SAMBUICHI, 2017).

As famílias do acampamento Maria Rosa do Contestado recebem apoio de grupos de estudantes e profissionais que estão em Universidade no Paraná. Destacando-se a UFPR – através do apoio do curso de Geografia e Direito, principalmente no planejamento da área, proposta de divisão dos lotes e demandas jurídicas em relação aos processos judiciais em relação à área. Ainda recebem apoio da Universidade Estadual de Ponta Grossa, principalmente no apoio na certificação da produção como orgânicos através do Laboratório de Mecanização Agrícola (LAMA) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Além disso, da UEPG, conta com o apoio da Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESOL) sendo este um programa de extensão permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa compondo o tripé ensino, pesquisa e extensão, que desde 2017 incluiu esta comunidade como no seu processo de incubação. Diante disso, o trabalho tipifica-se pela inserção dos grupos em editais, projetos, cursos e formações sobre Economia Solidária, além de prestar auxílio e acesso à direitos (PALAMAR; BENCK; MOURA, 2019).

Uma das principais demandas do grupo era o escoamento da produção, segundo Pereira et al. (2021, p.6), “o acampamento enfrentava um grande problema de escoamento da sua produção, devido ao preconceito com o MST na cidade onde

estão inseridos, sendo trabalhado com a IESOL meios de enfrentamento para essa demanda”.

Segundo a relatoria³ de reunião da equipe responsável por acompanhar o grupo enquanto Empreendimento Econômico Solidário (EES) Acampamento Maria Rosa do Contestado no dia 23 de abril de 2019.

Articulamos um plano para colocar em prática pela primeira vez a ideia de compras diretas dos produtos do Acampamento, por parte das/os integrantes da IESOL e respectivos EE’S. Dia 14, mandar mensagem pedindo a Lista dos produtos disponíveis para colheita e venda. Divulgar essa lista entre integrantes da IESOL e EE’S na reunião geral de quinta, dia 17. Arrecadar o dinheiro e pedidos. Mandar a lista com os pedidos (no mesmo dia, ou no dia seguinte). Na segunda, entregar o dinheiro para os produtores e pegar os produtos. Realizar a distribuição deles na chegada da equipe à UEPG, marcar horário, local e pedir que levem sacolas” (IESOL, 2019, n.p).

A estimativa anual de produção do Acampamento era de doze toneladas, mesmo com todas as dificuldades, se considerada que havia uma produção significativa e diversificada de alimentos produzidos de maneira orgânica e agroecológica (IESOL, 2021a). A partir disso foi estabelecida uma Rede de Produtores e Consumidores Agroecológicos Maria Rosa do Contestado, que tinha com o objetivo não só escoar a produção local, mas também estabelecer uma relação mais próxima entre os produtores e consumidores. Oferecendo também produtos a preços justos e solidários. Segundo dados obtidos através de documentos da IESOL referentes ao ano de 2021 foram realizadas 22 entregas quinzenais, totalizando 670 pedidos no valor total de R\$ 42.382,45 (IESOL, 2021b). Destacamos que o principal resultado desta Rede está sendo viabilizar o funcionamento da Cooperativa com vistas a ofertar produtos nos Mercados

³ Relatoria são os documentos produzidos em reuniões da Incubadora, uma espécie simplificada de Ata que aponta das principais discussões, decisões e encaminhamentos de uma reunião.

Institucionais como o PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar.

O MST no Paraná não possui estruturas cooperativas suficientes no âmbito da distribuição para a ampla maioria dos assentamentos. Apesar disso, algumas dinâmicas e iniciativas estão sendo promovidas, como a Rede Produtos da Terra em Curitiba e os Armazéns do Campo (lojas físicas e virtuais para comercialização da produção em algumas cidades) e outros formatos de comercialização principalmente no âmbito regional como algumas cooperativas têm operado. Como exemplo o Paraná tem, a Cooperativa Coana em Querencia do Norte com a comercialização principalmente de Arroz Agroecológico e a Cooperativa Copavi em Paranacity, com produção agroecológica de vários produtos, destacando-se a produção de cachaça orgânica.

Além dos desafios do movimento no campo da comercialização, os participantes do grupo focal também apresentam como dificuldade a falta de conscientização dos políticos, como apresentada na fala do Participante P10 “Falta de conscientização sobre agroecologia entre os formuladores de políticas, falta conhecimento sobre o potencial da agroecologia e falta de reconhecimento na contribuição e o alcance da alimentação saudável para todos”. Outra questão apresentada é a dificuldade de se obter valores justos, haja visto que, os preços dos produtos são sempre inferiores aos praticados no mercado, como apresentado na fala do Participante P9 que ressalta a “inexistência de padronização de valores para garantia de escoamento e preços justos dos produtos comercializados pelo acampamento”.

Embora a ocupação de terras pertencentes aos grandes latifundiários seja a principal estratégia do MST para a territorialização do interior brasileiro, nos últimos anos a organização ganhou reforço, junto com a Via Campesina, suas ações contra grandes empresas do agronegócio. Essas intervenções começaram a ter um maior eco na sociedade brasileira a partir de março de 2006. Desde então, foram organizadas ocupações maciças de terras de empresas agroindustriais em todo o país.

No Estado do Paraná, uma fazenda da Syngenta transnacional foi ocupada para denunciar a produção de soja transgênica e milho dentro da zona tampão do Parque Nacional do Iguaçu. Essas ações mostram que a estratégia conjunta do MST e da Via Campesina não tem mais como objetivo principal o latifúndio tradicional e improdutivo. Hoje, o movimento camponês reconhece que é impossível lutar por uma reforma agrária sem combater o modelo agrícola adotado pela sociedade brasileira.

Considerações finais

Por meio da realização do grupo focal observou-se, por meio das falas apresentadas pelos participantes do grupo focal, que as práticas agroecológicas no acampamento Maria Rosa Do Contestado Castro/PR, como uma possibilidade de enfrentamento da expressão da Questão Social agrária, é dificultada pela falta de recursos financeiros e de acesso às políticas públicas (e que estas contemplem a realidade desta população), ainda passa pela necessidade de formar lideranças voltadas para a efetivação do modelo de produção agroecológico com gerenciamento financeiro.

Como observado, as possibilidades são muitas, entretanto, necessitam de ações mais horizontais e conscientes onde a saúde, o saber tradicional, a preocupação ambiental e social deveriam ser prioritários ao lucro. Atualmente existem diversas tecnologias desenvolvidas para o aprimoramento da agricultura convencional, porém, ao se tratar de tecnologias e maquinários para a dinamização da produção agroecológica não se obtém o mesmo resultado, dificultando ainda mais o plantio.

Entretanto, apesar das dificuldades elencadas e discutidas ao longo da análise de dados, é visível a necessidade urgente do aprimoramento e propagação das práticas agroecológicas pensando no bem-estar social, na defesa do meio ambiente, nas relações mais justas e solidárias com ênfase na qualidade de vida e não apenas no lucro, valorizando os saberes tradicionais a fim de somar conhecimentos para ações mais efetivas.

Há necessidade de pensar e reformular Políticas Públicas para que haja maior apoio fiscal e financeiro, abrangendo o máximo possível de produtores que desejem mudar ou aprimorar sua forma de produzir e compreender o solo.

Referências

BIANCHINI, V.; MEDAETS, J. P. P. **Da revolução verde à agroecologia: Plano Brasil Agroecológico**. Brasília: MDA, 2013.

BOAVENTURA, K. J.; PORFÍRIO JÚNIOR, E. D.; VAZ, W. F.; SILVA NETO, C. M.; SILVA, S. D. Agroecologia: conceito, história e contemporaneidade. In: CONGRESSO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS: ciência para redução de desigualdades. **Anais [...]**. Goiânia (GO): UEG, 2018. v. 5. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/cepe/article/view/12711/9878>. Acesso em: 28 jul.2022.

BORGES, P. V. Campesinato e agricultura familiar em duas imagens: o sem-terra raivoso e a família feliz. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 18, n. 1, p. 157-173, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/ci/article/view/35015>. Acesso em: 28 jul. 2022.

BORSATTO, R. S. **A agroecologia e sua apropriação pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e assentados de reforma agrária**. 2011. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2011.

BRASIL. **Lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Brasília: Casa Civil. 1993.

CARNEIRO, F.F. (Org.) et al. **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, L. Grileiros seguem com extração de madeira no interior de Castro. **Página Um News**. 3 mar. 2022. Disponível em: <https://p1news.com.br/>

local/grileiros-seguem-com-a-extracao-de-madeira-no-interior-de-castro. Acesso em 28 jul. 2022.

FAVERO, C.; PACHECO, M. E. L.; Considerações finais: seguindo em frente na construção social da agroecologia. In: COSTA GOMES, J. C.; ASSIS, W. S. (Orgs.). **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Brasília: Embrapa, 2013. p. 231-245. (Coleção transição agroecológica, v. 1).

FERREIRA, B.; ALVES, F.; CARVALHO FILHO, J. J. Constituição: vinte anos. Caminhos e descaminhos da reforma agrária. Embates (permanentes), avanços (poucos) e derrotas (muitas). **Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise**. Brasília, n. 17, p.156-223, 2008.

GUHUR, D. M. P.; LIMA, A. C.; TONÁ, N.; TARDIN, J. M.; MADUREIRA, J. C. As práticas educativas de formação em Agroecologia da Via Campestina no Paraná. **Cadernos de Agroecologia**. v. 11, n. 1, jun.2016. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/20817>. Acesso em: 28 jul.2022.

IESOL (Incubadora de Empreendimentos Solidários). **Relatórios de Atividades incubação**: Dossiê. Ponta Grossa: UEPG, 2021

IESOL (Incubadora de Empreendimentos Solidários). **Relatórios de Atividades incubação**: Dossiê. Ponta Grossa: UEPG, 2019.

IBGE (2010). **Censo Castro**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/castro/panorama>>. Acesso em: 14 set. 2022

MENDES, A. P. R. **Práticas agroecológicas no Acampamento Maria Rosa do Contestado Castro/PR como uma possibilidade de enfrentamento da expressão da questão social agrária**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.

MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). **Carta do 5º Congresso Nacional do MST**. Brasília, p. 2-3, jun. 2007. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=12851>. Acesso em: 28 jul. 2022.

MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Dossiê MST Escola: documentos e estudos: 1990-2001. **Cadernos de Educação**, n. 13, ed. esp., p. 263, 2005a.

MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Escola, trabalho e cooperação. Boletim de educação nº 4, 1994. In: MST. **Cadernos de Educação**, n. 13, ed. esp., p. 89-103, 2005b.

MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). **Funcionamento das brigadas do MST**. Setor de Formação. jun. 2005c.

PALAMAR, A. R. M.; BENCK, L. L. N. ; MOURA, R. R. . O SERVIÇO SOCIAL NAS EXPRESSÕES RURAIS: O trabalho da IESOL no acampamento Maria Rosa do Contestado em Castro/PR. In: III Seminário Nacional Serviço Social, Trabalho e Política Social, 2019, Florianópolis. III Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social (2019). Florianópolis: SETIC, 2019. v. III.

PEREIRA, A. A. B.; PALAMAR, A.; WYNNEK, C.; MOURA, R. R. Trabalho da Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESOL-UEPG) na pandemia: uma análise da sobrecarga de trabalho das mulheres da Rede de Comercialização do Empreendimento Maria Rosa do Contestado. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL, 2021; CONGRESSO INTERNACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: colhendo ideias para adiar o fim do mundo, 3., **Anais [...]**, 2021. Feira de Santana (BA), 2021.

POWELL, R. A.; SINGLE, H. M. Focus groups. *Internacional Journal of Qualit in Health Care*, v. 8, n. 5, p. 499-504, 1996 apud GATTI, Bernardete Angelina. Grupo Focal na pesquisa em ciências sociais e humanas. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

SAMBUICHI, R. H. R.; et al.(Orgs.). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil**: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: IPEA, 2017.

SILVA RODRIGUES PIRES BARBOSA, Maria José. **Economia solidaria num país pequeno, insular e arquipelago**. 2011. Dissertação de Mestrado.

SCHIMITT, C. J. Economia solidária e agroecologia: convergências e desafios na construção de modos de vida sustentáveis. **Mercado de Trabalho - Ipea**, n. 42, p. 55-64, fev. 2010. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4050?mode=simple>. Acesso em: 28 jul. 2022.

A rede de comercialização do acampamento Maria Rosa do Contestado e o perfil socioeconômico dos seus consumidores

*Caroline Wynnek
Reidy Rolim de Moura
Adriano da Costa Valadão
Lucas Haygert Pantaleão*

A Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária (IESol), foi institucionalizada em setembro de 2005, como um Programa de Extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa no Paraná. Esta iniciativa teve sua gênese através do trabalho de um grupo de técnicos, professores e estudantes empenhados em trabalhar a partir dos princípios da Economia Solidária (ECOSOL). Esse grupo investiu em sua formação, estudando e pesquisando sobre Economia Solidária, metodologias de incubação e na divulgação desta iniciativa para despertar o interesse de pessoas de diversas áreas do conhecimento (VALADÃO et al, 2018).

Desde sua criação, a incubadora teve como característica central se pautar pela autogestão, que consiste na tomada de decisão de maneira coletiva, onde todos votam, discutem e decidem todos os passos que serão tomados pela equipe. Essa proposta de autogestão está presente desde a gênese da IESol, seja em suas primeiras reuniões ou nas abordagens aos grupos que poderiam apresentar proximidade com os elementos da ECOSOL, para serem incubados. Neste período, se definiram também a metodolo-

gia básica da IESol, a partir de um processo de formação realizado pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP da Universidade Federal do Paraná - UFPR. Esta metodologia, é construída a partir de sua divisão em três fases principais: a pré-incubação, a incubação e a pós-incubação (VALADÃO et al, 2018).

Na pré-incubação é feito um diagnóstico dos Empreendimentos de Economia Solidária (ESS), nessa fase é apresentado ao ESS os elementos da ECOSOL e do processo de incubação, é nessa fase também, que equipe e empreendimento se conhecem, ao final é realizado o planejamento inicial das ações a serem realizadas durante o período de incubação.

A fase da incubação é onde o conhecimento é aprofundado, por meio de formações, não só sobre economia solidária, mas também sobre as redes e políticas públicas, é nessa fase onde equipe e grupo trabalham em conjunto, buscando formas de se gerar renda e de sanar problemas que o grupo apresentou, com solidariedade e respeito mútuo. Na incubação, a IESol procura dar suporte para os grupos, desenvolver projetos, adquirir equipamentos ou insumos e outras ações realizadas a partir da realidade concreta e das possibilidades existentes no momento. A última fase, a de desincubação, é onde o empreendimento conquistou sua própria autonomia, e consegue trabalhar a sua geração de renda sozinho, recebendo menor apoio da Incubadora (VALADÃO et al, 2018).

Dentre os grupos incubados, destacamos neste trabalho, o Acampamento Maria Rosa do Contestado. Um Empreendimento Econômico Solidário - EES, que faz parte de um dos movimentos mais expressivos no Brasil, no que se refere a luta pela terra e pela reforma agrária¹, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O acampamento está localizado no município de Castro no Paraná e iniciou sua ocupação em 2015, fazendo parte da Fazem-

¹ A Reforma Agrária é um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso coletivo, distribuindo a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir. Para alcançar esse objetivo, o principal instrumento jurídico utilizado em praticamente todas as experiências existentes é a desapropriação, pelo Estado, das grandes fazendas, os latifúndios, e sua redistribuição entre trabalhadores rurais sem-terra, pequenos agricultores com pouca terra e assalariados rurais em geral. (STEDILE, 2012, p.2012)

da Capão do Cipó, uma área de 440,00 hectares, um imóvel rural de domínio público da União e que anteriormente foi cedido ao Ministério da Agricultura. A principal demanda apresentada por este grupo era a comercialização dos produtos agroecológicos. O grupo já tinha constituído uma cooperativa - a Cooperativa dos Trabalhadores Rurais do Maria Rosa do Contestado - Coofram; todas as famílias cultivavam a terra com base na agroecologia e já estavam avançados no processo de certificação. Mas esbarravam na dificuldade de comercialização. Seja por falta de regularização da área e impossibilidade das famílias terem acesso à documentação para comercializar nas políticas públicas ou por falta de mercado e dificuldades de competição com os mercados convencionais, principalmente no município de Castro. Neste processo destacamos que em uma das visitas da equipe teve-se a notícia da perda de 15 mil pés de repolhos.

Após o início deste processo, foram articuladas algumas ações com a IESol, até amadurecer a proposta de constituir uma rede de produtores e consumidores com pessoas da cidade de Ponta Grossa, cerca de 60 km de Castro. A cidade de Ponta Grossa apresentava uma população de mais de 300 mil habitantes, com população essencialmente urbana (somente 2% moram na zona rural). Ao contrário de Castro, que tem uma população de cerca de 60 mil pessoas, mas com 15% morando no campo. Após analisar aspectos do transporte dos produtos até Ponta Grossa, a IESol fez as articulações iniciais para montar um grupo de consumidores, que funcionaria através de um grupo de aplicativo de mensagens.

Desta forma, temos como objetivo neste texto, descrever o histórico e funcionamento da Rede de Produtores e Consumidores Agroecológicos Maria Rosa do Contestado, doravante denominada neste texto de Rede Maria Rosa, bem como, apresentar o perfil socioeconômico dos seus consumidores, em relação à sexo, renda, idade, escolaridade, estado civil, profissão/ocupação e tipo de moradia.

Para chegar aos objetivos propostos, utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica, documental e a pesquisa de campo. O levantamento do perfil socioeconômico dos consumidores, per-

mite a construção de estratégias para a melhoria e o crescimento da Rede Maria Rosa e foi realizado através de formulário online e distribuído aos consumidores cadastrados na Rede.

Os dados documentais trazidos aqui foram obtidos a partir da IESol através dos seus “Dossiês – grupo Maria Rosa do Contestado” (anos 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021). Estes dossiês são arquivos internos de registro, onde é detalhado no final de cada ano, as informações e dados e ações sobre cada um dos grupos incubados pela IESol. Se realiza também o levantamento desse histórico a partir da própria vivência de autores do texto no programa de extensão na IESol entre os anos de 2018 a 2021.

A Atuação da Iesol junto ao Acampamento Maria Rosa ao Contestado

No ano de 2004, a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), órgão ligado ao Ministério do Planejamento, que administra imóveis da União (pertencentes ao Governo Federal), constatou que a Fazenda Capão do Cipó, em Castro, estava na realidade na posse da “Fundação ABC”. Uma instituição de caráter particular, que realiza pesquisa aplicada para desenvolver tecnologias e promover soluções tecnológicas para o agronegócio, aos produtores rurais filiados das Cooperativas Frísia, Castrolanda e Capal, além dos agricultores contribuintes, como os da Coopagricola (Ponta Grossa-PR) e do grupo e BWJ (Formosa-GO) (BENCK, 2021).

Foi constatado que a posse das terras da Fundação ABC era ilegal, mas a Fundação se negou a devolver o imóvel à União. Dessa forma, a Advocacia Geral da União (AGU), ajuizou ação de reintegração de posse contra a Fundação, ainda em 2003. Após 10 anos de discussão jurídica, em 2013, o processo teve sentença transitada em julgado pela reintegração da posse à favor da União Federal. Em 2014, foi expedida uma liminar de despejo contra a Fundação ABC, incluindo multa diária de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Apesar destas decisões, a reintegração nunca foi cumprida pelo Governo do Estado (BENCK, 2021).

Devido a esta decisão, ainda em 2013, a Superintendência do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) do Estado do Paraná, solicitou à SPU o referido imóvel com a finalidade de incorporá-la ao plano nacional de reforma agrária (BENCK, 2021). Tal ação tem como base o disposto no artigo 188 da Constituição Federal e regulamentado pelo artigo 13 da Lei 8.629/93, denominada Lei Agrária, que determina que: “As terras rurais de domínio da União, dos Estados e dos Municípios, ficam destinadas preferencialmente, à execução de planos de reforma agrária” (BRASIL, 1993).

Em agosto de 2015, devido a não efetivação destas ações, as famílias ligadas ao MST, decidiram ocupar a área com cerca de 130 famílias, com a finalidade de pressionar os órgãos competentes a realizar o assentamento das famílias. Após a ocupação da área, que ocorreu dia 24 de agosto de 2015, às cinco horas da manhã, ainda no mesmo dia da ocupação, a data e hora para as negociações com a SPU já haviam sido marcadas, mostrando o imediatismo do mesmo somente sob pressão (BENCK, 2021). O que vem ao encontro do que colocou Fernandes (2000) que apontou que até aquele momento cerca de oitenta por cento dos assentamentos rurais tinha como origem a ocupação de terras por movimentos sociais. O autor aponta que sem a ação dos movimentos sociais não seriam realizados assentamentos no Brasil.

Segundo informações dos membros do próprio acampamento, a área se encontra numa região considerada o seio do agronegócio, não só do Paraná, como no Brasil, conhecida por recordes de produtividade na produção de grãos e principalmente leite, disputada por grandes multinacionais. As organizações ligadas ao agronegócio local, se articulam em um forte movimento de pressão para que as famílias fossem despejadas e que a área voltasse para uso da Fundação ABC (BENCK, 2021).

Porém, nessa mesma região se concentra um grande número de agricultores familiares e camponeses, incluindo assentados da Reforma Agrária, que buscam formas alternativas para se manter no ramo, depois de experimentar por anos um modelo de agricultura convencional, que levou muitos destes à falência e a perde-

rem suas terras, levando a principalmente migrar para as cidades (BENCK, 2021).

Com as tentativas de retirada das famílias, estas receberam a promessa de três áreas, em troca da área que ocupavam atualmente. Nesta negociação, cerca de 40 famílias foram deslocadas para um novo acampamento, batizado como Pe. Roque Zimmermann, também no município de Castro. As outras áreas não avançaram na negociação, algumas dessas áreas eram oferecidas pelas cooperativas, mas com a mudança no governo federal a partir de 2016, elas retiraram a oferta destas áreas, apostando que com apoio do novo governo federal, teriam apoio para retomarem a área para Fundação ABC.

As famílias estabeleceram uma organização interna para facilitar sua comunicação, distribuição de tarefas e proteção da comunidade.

No Acampamento, as famílias ficam organizadas em núcleos, compostos por 10 famílias, onde, nas questões organizacionais, de produção e comercialização dos produtos, a tomada das decisões é feita sempre de maneira coletiva. Foi construída uma cooperativa de pequenos produtores em 2016 onde todos os acampados trabalham e se organizam de maneira coletiva na produção agroecológica, escoamento de produtos, panificação e participação nos lucros, assim como nos princípios da economia solidária (BENCK, 2021, p. 36).

Além da luta política e jurídica, para a permanência na área, as famílias buscaram formas de organizar a produção e também agregar valor à mesma. Constituíram a Cooperativa dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária Maria Rosa do Contestado (Coonfram) para atuar na produção e comercialização da produção, e ser representante legal neste processo. A atuação da Coonfram avançou para buscar formas de escoamento da produção. Uma das decisões já tomadas no início do processo de organização pelas famílias era de que o Maria Rosa do Contestado faria sua produção baseado na agroecologia:

Todas as famílias do acampamento produzem de maneira agroecológica desde o primeiro dia de ocupação, essa ini-

ciativa foi deliberada por decisões coletivas, seguindo os princípios do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Essa decisão promove saúde para os agricultores e consumidores, bem como conserva biodiversidade, recursos hídricos e solo; contrapondo-se ao modelo hegemônico de produção da região, ancorado pelo latifúndio, produção de grãos e leite, baseados no uso de insumos químicos maléficos à saúde da população e aos recursos naturais (BENCK, 2021, p. 37).

Neste processo, as famílias avançaram em diversas negociações e em 2021, conquistaram o Cadastro de Produtores Rurais - CAD/PRO, e a emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP, através do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Castro - SINTRAF, após ser liberada por ação do Ministério Público Estadual. A conquista das notas fiscais pelos produtores, possibilitou o acesso a políticas públicas de compras institucionais, principalmente através do PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Atualmente, o acampamento abriga cerca de 65 famílias, que buscaram no campo o auxílio que não dispunham nas cidades, movidos na maioria das vezes pela crise financeira e pelo desemprego, bem como pela falta de moradia. A maior parte do grupo, provém do próprio município de Castro, mas também há famílias oriundas de outros municípios da região, como Teixeira Soares, Telêmaco Borba, Curitiba, Imbituva, Ponta Grossa e Ipiranga (BENCK, 2021).

A estrutura física do Acampamento é constituída por: 3 barracões, 1 prédio com salas para estudo, 4 casas de alvenaria, 1 campo de futebol, e algumas instalações para a produção agropecuária. Essa estrutura, era preexistente na área e está sendo utilizada para diversas atividades da comunidade. A comunidade conta também com um minimercado e tinha apenas dois pontos de acesso à luz elétrica (BENCK, 2021).

Em 2016, após a intermediação de professores da UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa, que tinham proximidade com membros do Acampamento Maria Rosa do Contestado, a IE-

Sol inicia um processo de aproximação com o grupo e em seguida se estabelece um processo de incubação. Iniciaram-se, então, os processos da pré-incubação, onde o grupo e a incubadora se conhecem e a economia solidária é apresentada para que o grupo a compreenda e decida se deseja trabalhar sobre suas diretrizes ou não (BENCK, 2021).

Salienta-se que nos primeiros contatos, o grupo já demonstrava práticas e princípios relacionados à Economia Solidária, mesmo sem a conhecer. Nos primeiros encontros, o grupo já aceitou os princípios da Economia Solidária, onde foram traçadas estratégias de ação, acompanhamento das demandas do grupo e a sua inserção em editais de captação de recursos. Neste processo, foram realizadas visitas técnicas, oficina de construção de estufa de bambu e outras atividades com a finalidade de procurar soluções e avançar na organização com base na economia solidária.

Durante o processo de incubação, as atividades no acampamento foram inseridas em projetos em andamento na IESol, e se conquistou a aquisição de equipamentos para instalação de uma cozinha. Neste espaço, com o protagonismo do Coletivo de Mulheres do Maria Rosa do Contestado, se passou a fazer panificados, massas, compotas e doces para comercialização. Em novembro de 2021, essa cozinha foi inaugurada de forma oficial, com a conquista do alvará da Vigilância Sanitária.

A principal demanda apresentada pela comunidade, estava ligada à comercialização da sua produção. A comunidade tinha uma produção significativa de alimentos, mas tinha dificuldades com a comercialização. Parte era comercializado de porta em porta na cidade de Castro, mas de forma insuficiente e com um alto custo de transporte. Por outro lado, a comercialização via mercados institucionais (por exemplo, via Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE), foi possível somente a partir de 2021, com a conquista da nota fiscal de produtor.

Com a pandemia de Covid-19, a IESol buscou manter contato e desenvolver algumas atividades com o grupo, mesmo que de forma remota. Uma destas, foi as orientações em relação aos auxílios emergenciais. Na qual se orientou as lideranças do acampamento

a procurarem os CRAS - Centro de Referência de Assistência Social responsável pela região, para verificar quais famílias preenchiam os requisitos. O CRAS efetuou o cadastro das famílias no Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico².

Apesar das dificuldades, destaca-se que eram produtores de alimentos e articulados com outros acampamentos e assentamentos do Paraná, só no primeiro ano de Pandemia, o Maria Rosa do Contestado efetuou a doação de mais de 10 toneladas de alimentos, para comunidades vulneráveis e instituições assistenciais e a distribuição de mais de 400 marmitas para moradores de rua em Curitiba (BENCK, 2021).

Como forma de buscar canais estáveis de comercialização foi articulada a Rede de Produtores e Consumidores Agroecológicos Maria Rosa do Contestado, como veremos a seguir.

A articulação da Rede de Consumidores e Produtores Agroecológicos Maria Rosa do Contestado

Ao longo da incubação do Empreendimento Maria Rosa, como já apontado, o grupo apresentava uma grande dificuldade, no escoamento da sua produção de produtos agroecológicos. A partir da iniciativa da equipe da IESol, em maio de 2019, foi constituída a Rede de Consumidores e Produtores Agroecológicos do Acampamento Maria Rosa do Contestado. Essa iniciativa é caracterizada como uma Rede de Circuito Curto Agroalimentares (CCA), por proporcionarem uma ligação direta, entre os produtores e os consumidores, eliminando a figura de atravessares.

Essa articulação aparece na relatoria de reunião da equipe do EES Acampamento Maria Rosa do Contestado, no dia 23 de abril de 2019.

Articulamos um plano para colocar em prática pela primeira vez a ideia de compras diretas dos produtos do Acampamento, por parte das/os integrantes da IESol e respectivos

² O Cadastro Único (CadÚnico) por sua vez é uma ferramenta para Programas Sociais do Governo Federal o qual identifica e caracteriza famílias de baixa renda para conhecimento da realidade socioeconômica dessa população.

empreendimentos. Dia 14, mandar msg [mensagem] para [...] pedindo a Lista dos produtos disponíveis para colheita e venda. Divulgar essa lista entre integrantes da IESol e empreendimentos na reunião geral de quinta-feira dia 17. Arrecadar o dinheiro e os pedidos. Mandar a lista com os pedidos para a Rose (no mesmo dia, ou no dia seguinte). Na segunda, entregar o dinheiro para os produtores e pegar os produtos. Realizar a distribuição deles na chegada da equipe à UEPG, marcar horário, local e pedir que levem sacolas (IESol, 2019).

Sua primeira encomenda foi organizada pela equipe da IESol, os quais foram também, seus primeiros clientes. A Rede Maria Rosa teve seu início de maneira bastante informal, tendo como base outras experiências de redes de comercialização, como a experiência de uns dos membros da equipe na organização da Rede “Trem Bão” (CARVALHO et al, 2017), na região de Assis, em São Paulo. Após a constituição de um grupo, com os primeiros consumidores, foi organizado um grupo em aplicativo de mensagens (Whatsapp), para realizar a comunicação entre os consumidores e a equipe da IESol. Este aplicativo foi escolhido por ser o mais utilizado para troca de mensagens pessoais e para formação de grupos. Conforme mostra a relatoria de reunião de equipe da IESOL no dia 6 de Julho de 2019.

Montamos um grupo no WhatsApp com as pessoas que participaram da primeira encomenda e com as pessoas que estão participando da segunda. O grupo tem o objetivo de facilitar a comunicação entre consumidores e a equipe da IESol que está mediando as encomendas. A equipe da IESol fica responsável por receber as encomendas e o dinheiro nessa segunda encomenda. Recebemos até sexta feira (07/06), às 18h. Após finalização dos pedidos, juntamos as listas e contabilizamos tudo (IESOL, 2019).

Neste grupo, posteriormente foram inseridos representantes dos produtores, visto que no início o contato com o grupo era difícil por este meio devido a falta de sinal no Acampamento para acesso do grupo.

A Rede Maria Rosa, embora envolvesse toda a comunidade com o fornecimento de produtos, teve o protagonismo do Coleti-

vo de Mulheres do Maria Rosa do Contestado. Estas mulheres que articulavam com os produtores o que tinham disponível, faziam as cestas e depois passaram também a realizar a entrega de produtos desta Rede, além da produção de bolos, panificados, doces e conservas entre outras atividades. Conforme relato da reunião de 17 de novembro de 2020, que descreve as informações obtidas com as lideranças sobre esta organização das mulheres do acampamento:

O coletivo de mulheres é um setor que faz parte do acampamento. Ele começou assim que iniciou o acampamento e suas bases. Seu início foi com a cozinha comunitária, com as mulheres fazendo o trabalho da cozinha, pois muitos não cozinhavam nas suas casas por não terem estrutura nem alimento. Então, foi feita uma cozinha comunitária e ali, iniciou-se o coletivo. No decorrer do tempo tivemos cursos de artesanato e panificação, onde foi comprado um forno elétrico usado, e com isso, nasceu o sonho de uma cozinha industrial. Não demorou muito para o acampamento ser incubado pela IESOL e com nosso trabalho com a incubadora fomos conquistando os

equipamentos para a cozinha industrial, onde criamos também a Rede de encomendas dos produtos orgânicos e começamos também a comercializar macarrão caseiro para oferecer na rede (IESOL, 2020).

Em seu início, a Rede Maria Rosa contou com apenas treze consumidores, onde uma lista com os produtos disponíveis foi enviado ao grupo no aplicativo. Para facilitar e dar agilidade, os produtos eram vendidos por unidade ou quilo (sem fracionamento). O consumidor escolhia os itens e fazia o pagamento de forma adiantada, via transferência, depósito bancário ou até pessoalmente nas primeiras encomendas. Cada consumidor enviava uma lista com suas encomendas no grupo e a equipe da IESOL montava uma planilha e enviava ao acampamento, que fazia a separação.

As encomendas, até novembro de 2019, foram todas realizadas através da própria equipe da IESOL, que levava o pagamento e trazia os produtos para entrega. Nas primeiras encomendas, se aproveitava as reuniões presenciais, realizadas pela IESOL na comunidade e a própria equipe trazia os produtos e entregava aos

consumidores. Mas considerando que a autonomia é um fator importante para o desenvolvimento do grupo, já se discutia formas do grupo não depender da IESOL para o transporte. As primeiras encomendas mostraram a viabilidade da iniciativa enquanto os agricultores e agricultoras discutiam e viabilizaram um veículo para eles próprios realizarem as entregas.

Neste período, também, o preço dos produtos veio a ser uma demanda do Coletivo. As famílias tinham dúvidas em quais preços colocarem nos produtos. O que normalmente recebiam por aqueles produtos era o preço dos atravessadores, que ofereciam preços muito abaixo do valor encontrado por consumidores em feiras livres ou supermercados. Segundo o relato da reunião de equipe da IESOL, no dia 7 Junho de 2019.

O grupo apresentou a demanda por uma formação de precificação justa. As produtoras presentes na última ida a campo ressaltaram a urgência dessa temática ser trabalhada. Elas alegam ter muita dificuldade em precificar seus produtos. A equipe abraçou a demanda e irá realizar assim que se capacitar para tal. Tivemos a ideia de nessa reunião do dia 10/06 pedirmos para as agricultoras fazerem um mapeamento de todos os custos envolvidos em suas produções e levarem esse mapeamento na próxima reunião, para então podermos realizar a capacitação baseada nesse mapeamento (IESOL, 2019).

Por outro lado, a equipe da incubadora realizou uma pesquisa no comércio local, para saber os preços praticados aos consumidores e assim ter elementos mais concretos, para poder discutir com os agricultores. Como apontado no relato de reunião da equipe da IESOL, no dia 1 de Junho de 2019.

Saímos com o carro da IESOL para realizar uma pesquisa de preço nos mercados e frutarias de Ponta Grossa. Mapeamos os preços dos alimentos que foram comercializados pelo Acampamento Maria Rosa nas duas encomendas que ocorreram esse ano. Ao chegar, imprimimos as cotações de preços do CEASA de Curitiba e de Londrina. Objetivo dessa atividade é ter informações necessárias para o planejamento da formação que iremos desenvolver no Acampamento. sobre Precificação Justa (IESOL, 2019).

Com base nestas informações e nos relatos dos agricultores, a IESOL realizou uma formação sobre preço justo, no dia 01 de setembro de 2019. Neste encontro, foram definidos entre o grupo e a incubadora os valores ideais para os produtos ofertados na Rede Maria Rosa. A discussão do estabelecimento de preço justo, tem como base o que aponta Saborin (2014, p. 27) a noção de preço justo como “preço aceitável para o consumidor de um produto de necessidade e não um preço imposto por alguém”. Assim como apontam Cotera e Ortiz (2009, p.64) ao discutir sobre comércio justo nas relações norte-sul, que o preço justo deve permitir “ao produtor e a sua família, viverem dignamente dos frutos do seu trabalho”. Ou seja, a noção de preço justo implica em que o produto tenha um valor que não explore nem o produtor e nem o consumidor.

Com a Rede Maria Rosa se consolidando, a IESOL começou a discutir a questão do deslocamento do grupo. Sendo a Comunidade localizada em Castro, sua vinda até Ponta Grossa tinha despesas como gasolina, pedágio e manutenção do veículo.

Problemas com o transporte. Vamos mapear possibilidades, para conseguirem essa autonomia. Pensamos na criação de um fundo de contribuição voluntária, para tirarmos os custos do deslocamento sem precisar aumentar o preço dos produtos. Efetuar tal modalidade durante os pedidos das encomendas (IESOL, 2019).

Assim, foi criado entre incubadora, empreendimento e os próprios consumidores, taxas de contribuição para pagar este deslocamento, que tem o custo de cento e quatro reais e oitenta centavos. Para essa contribuição pessoal dos consumidores, foi definido o preço justo e o preço ideal, no preço justo o valor é de quatro reais, que cobre o valor de gasolina e pedágio e o preço ideal que cobre gasolina, pedágio e manutenção do veículo ficando no valor de sete reais. Os valores foram discutidos no grupo da rede social, tendo a participação de todos na tomada de decisão.

As entregas ocorriam semanalmente em uma feira da Economia Solidária na UEPG, mas foram prejudicadas pelo fenômeno da pandemia de “Covid-19”, assim, uma parceria foi firmada com

a Cáritas Diocesana de Ponta Grossa³, para que as entregas pudessem ocorrer ocorre em sua sede, considerando que os espaços da UEPG, onde eram realizadas as entregas, estavam fechados.

Desde seu início, o grupo da Rede Maria Rosa na rede social foi alimentado com conteúdos sobre a conscientização de seus consumidores, sobre como são feitos os plantios, o tempo de plantação de cada produto, época de seu consumo e sobre os custos com o deslocamento dos produtos até os consumidores, o que fortaleceu uma rede de consumidores conscientes sobre suas responsabilidades sociais, ambientais e econômicas.

Também são feitas reuniões com os consumidores, equipe da IESOL e produtores, para que os laços entre esses atores sejam fortalecidos. Essa relação de proximidade, permite que os consumidores tirem suas dúvidas sobre a rede e os produtos, entendendo a realidade na qual vivem os produtores.

No dia da entrega, cada consumidor era responsável por buscar suas encomendas na Cáritas Diocesana. Com o tempo e considerando o período de pandemia, também se optou por utilizar um serviço de entrega em casa e algumas pessoas apresentavam dificuldade em buscar os produtos no horário acordado, se optou por agregar um serviço de entrega nas residências. A Incubadora, no início da Rede Maria Rosa, fazia a mediação entre os consumidores e o grupo, mas com o tempo notou-se que os produtores já alcançaram certa autonomia para fazer toda a logística e processo de gestão desta rede.

Com a pandemia de Covid 19, houve um apelo maior ao consumo solidário e um aumento das encomendas entre março e agosto de 2019, sendo agosto o mês com mais encomendas desde a criação da Rede Maria Rosa, contudo, atualmente, no mês de setembro de 2019, registrou-se uma queda. Esta queda foi analisada pela equipe da IESOL, conforme consta na relatoria de reunião ocorrida, de maneira remota, em 9 de setembro de 2020:

³ A Cáritas Diocesana de Ponta Grossa é ligada a Caritas Brasileira, organismo da Conferência dos Bispos do Brasil – CNBB da Igreja Católica. A Cáritas de Ponta Grossa trabalha principalmente com temas como migração, segurança alimentar e nutricional e economia popular e solidária.

A equipe acredita que as quedas no número de encomendas podem ser por alguns elementos, como o aumento de serviços parecidos na cidade, assim como, também, tem-se a hipótese de que pode ter sido pela dificuldade em organizar e entregar os produtos (IESOL, 2020).

Com essa tendência de baixa nas encomendas, foi trabalhado junto ao grupo, formas de divulgação da Rede Maria Rosa em mídias sociais, com isso, foi criado na rede social “Instagram” um perfil para a divulgação, onde os interessados são adicionados no grupo já existente no aplicativo de rede social.

Ao final de 2021, a Rede Maria Rosa contava com cerca de 170 consumidores cadastrados no grupo de aplicativo, alguns que solicitam produtos em quase todas as entregas, alguns levam mais tempo para fazer, outros fazem de forma muito eventual e há casos de ter sido realizado uma única encomenda. Seu funcionamento continua acontecendo através do aplicativo de mensagens, mas como forma de deixar mais ágil o trabalho de organização dos pedidos, foi introduzido a utilização de um aplicativo de formulários eletrônicos on-line. Após uma análise de opções gratuitas disponíveis no mercado, e com base nas funcionalidades oferecidas, foi escolhida a plataforma denominada “Jotform”, onde se avaliou que as opções não pagas de mesma seriam suficientes para dar conta dos pedidos.

O número de consumidores que encomendam muda de mês a mês, como consta no quadro 1. Como marco desde a criação da Rede, no dia 23 de Maio de 2019 até agosto de 2021, conforme sistematizado no quadro abaixo:

Quadro 1 - Número de consumidores em cada encomenda

Encomendas	Data	Nº de consumidores
1ª Encomenda	20/05/19	13
2ª Encomenda	10/06/19	17
3ª Encomenda	09/08/19	14
4ª Encomenda	13/09/19	18
5ª Encomenda	10/10/19	9

6ª Encomenda	14/11/19	24
7ª Encomenda	14/12/19	22
8ª Encomenda	27/02/20	19
9ª Encomenda	17/03/20	20
10ª Encomenda	07/04/20	35
11ª Encomenda	15/04/20	37
12ª Encomenda	29/04/20	36
13ª Encomenda	13/05/20	40
14ª Encomenda	27/05/20	39
15ª Encomenda	10/06/20	n.d.*
16ª Encomenda	24/06/20	n.d.*
17ª Encomenda	08/07/20	n.d.*
18ª Encomenda	22/07/20	n.d.*
19ª Encomenda	05/08/20	n.d.*
20ª Encomenda	20/08/20	n.d.*
21ª Encomenda	03/09/20	n.d.*
22ª Encomenda	18/02/21	n.d.*
23ª Encomenda	04/03/21	n.d.*
24ª Encomenda	13/04/21	28
25ª Encomenda	29/04/21	47
26ª Encomenda	11/05/21	34
27ª Encomenda	26/05/21	33
28ª Encomenda	08/06/21	40
29ª Encomenda	24/06/21	31
30ª Encomenda	04/07/21	36
31ª Encomenda	20/07/21	25
32ª Encomenda	04/08/21	30
33ª Encomenda	17/08/21	40

Fonte: Wynnek (2022)

* alguns dados não foram arquivados para consultadas posteriores devido de armazenamento de dados disponível na versão gratuita da plataforma utilizada.

Assim, surge a intenção de se conhecer melhor o perfil destes consumidores: a quanto tempo estão na Rede? Quais suas motivações pelo consumo de agroecológicos em rede de CCA? Para isso, realizamos uma pesquisa com o intuito de obter essas informações, cujos resultados estão expostos a seguir.

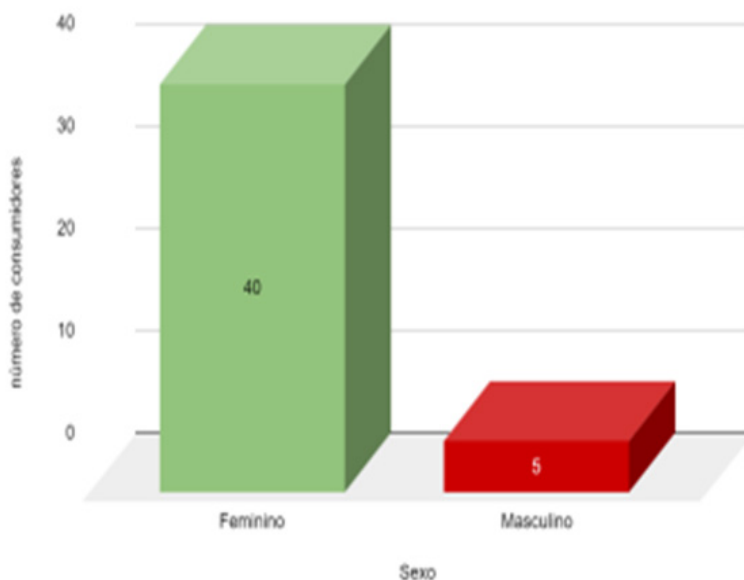
O perfil socioeconômico dos consumidores da Rede Maria Rosa do Contestado

As informações utilizadas para descrever os consumidores, são oriundas da aplicação de 45 questionários, respondidos na íntegra. Para levantar o perfil socioeconômico dos consumidores perguntamos seu sexo, idade, estado civil, escolaridade, profissão/ocupação, com quantas pessoas reside, o tipo de moradia e sua renda familiar.

Para Buainain e Batalha (2007) traçar o perfil dos consumidores é importante pois ele permite orientar e direcionar o trabalho da produção, conduzir as escolhas de marketing e comercialização, além de dar uma ideia da importância desse segmento de consumo no mercado regional.

Segundo os dados da pesquisa, quando perguntado sobre o sexo dos consumidores, tivemos como resposta que 40 (88,9%) dos consumidores são mulheres, enquanto a população masculina foi representada apenas por cinco (11,1%) consumidores, conforme mostra o gráfico abaixo (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Identificação por sexo dos participantes



Fonte: Wynnek, 2022

Quando analisamos esses dados, da relação do sexo vinculada ao consumo de produtos agroecológicos, através da perspectiva de gênero, observamos que o papel de cuidar da casa e da família, recai predominantemente sobre a figura feminina da casa. Reforça esse entendimento, quando cruzamos estes dados com os resultados da questão que trata do número de residentes na cada (dados apresentados no gráfico 06 na sequência deste texto), cuja indicação demonstra que apenas 4 (8,9%) dos entrevistados moram sozinhos. Aqui se demonstra a maior preocupação que as mulheres têm com a alimentação, mas principalmente o papel que socialmente acabam por assumir do cuidado com a casa, com a família e com a saúde.

Um resultado semelhante também pode ser observado no estudo dos autores (OLIVEIRA et al. 2006) onde:

Os entrevistados acreditam que as mulheres comprem mais produtos orgânicos do que os homens em virtude de terem

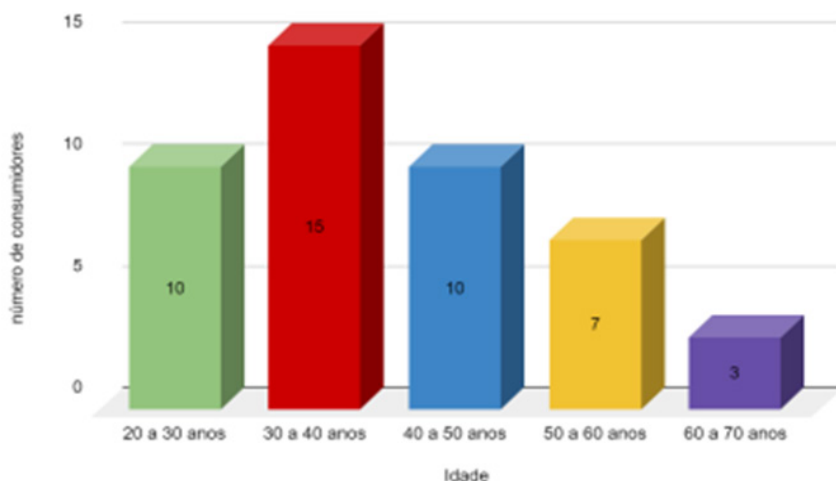
uma maior preocupação – comparando-se com os homens - em relação à saúde de toda família, bem como na maioria das vezes são as responsáveis pelas compras de alimentos para toda a família (OLIVEIRA et al. 2006, p. 10).

Algo semelhante, aparece no estudo de Almeida et al. (2017) a respeito do perfil do consumidor de alimentos orgânicos em Brasília, o estudo teve uma coleta de dados em três diferentes anos (2004, 2008 e 2011) e apresentou média de respostas de 33,2% para o gênero masculino e 66,8% para o gênero feminino. “Isso evidencia que as hortaliças orgânicas atraem mais as consumidoras e, possivelmente, as mulheres sejam mais preocupadas com a saúde pessoal e da família, conceito associado ao consumo de orgânicos.” (ALMEIDA et al. 2017, p. 23).

Assim, os dados trazidos na presente pesquisa, quando cruzados com outros estudos, apontam que esta não se trata de uma tendência local, mas algo observado em outros espaços de consumo deste tipo de produto, indicando que a figura feminina, ainda é encarregada das atividades domésticas e de cuidado, especialmente, quando se trata do quesito saúde e alimentação da família e da casa.

Em relação a faixa etária dos consumidores foi possível verificar que 10 (22,2%) dos consumidores têm entre 20 a 30 anos, 15 (33,3%) têm entre 30 a 40 anos, 10 (22,2%) entre 40 a 50 anos, 7 (15,6%) têm entre 50 a 60 anos e 3 (6,7%) entre 60 a 70 anos (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Idade dos consumidores



Fonte: Wynnek, 2022.

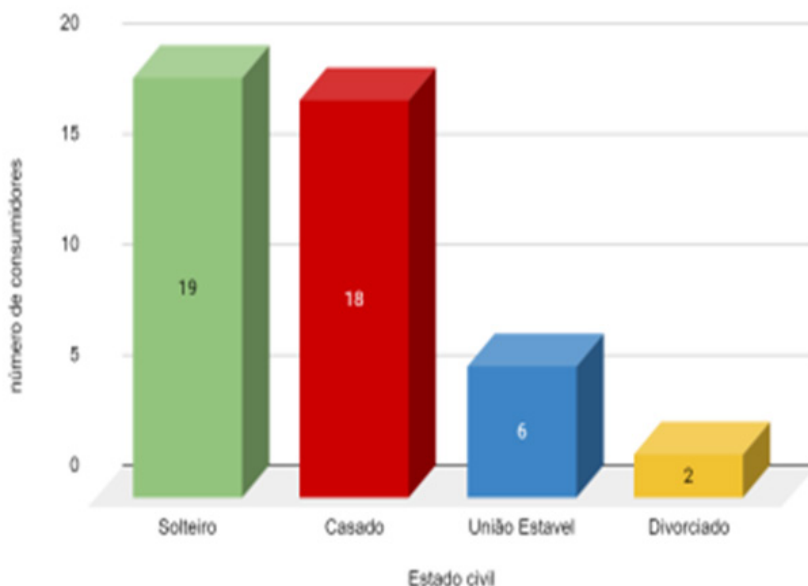
Com isso, percebemos que a maioria dos consumidores da Rede Maria Rosa têm menos de 50 anos, predominando a faixa entre 30 e 40 anos. Ao comparar os dados obtidos com os de outras pesquisas percebemos uma inversão em relação a idade, tendo as demais pesquisas, indicado a prevalência de consumidores com mais de 40 anos.

Na pesquisa de Barbé (2009) dos participantes que consomem produtos agroecológicos/orgânicos, 18,18% tinham entre 20 a 40 anos, 63,64% representavam a faixa etária entre 40 a 60 anos e 18,18% entre 60 a 80 anos. O mesmo aparece no estudo de Silva (2010) onde apenas “01 consumidor tem menos de 30 anos, 13 tem entre 30 e 60 anos e 04 têm idade igual ou superior a 70 anos de idade” (SILVA 2010, p.126).

Isso levanta a questão sobre os motivos desta inversão geracional deste grupo específico desta rede de consumidores, se colocando como principal hipótese para esse fenômeno a forma como são divulgadas as informações sobre a Rede Maria Rosa que é predominantemente através de redes sociais ou e-mails de instituições de ensino superior.

Quanto ao estado civil dos consumidores, 19 (42,2%) são solteiros, 18 (40%) casados, 6 (13,2%) em união estável e 2 (4,4%) são divorciados (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Estado civil dos consumidores



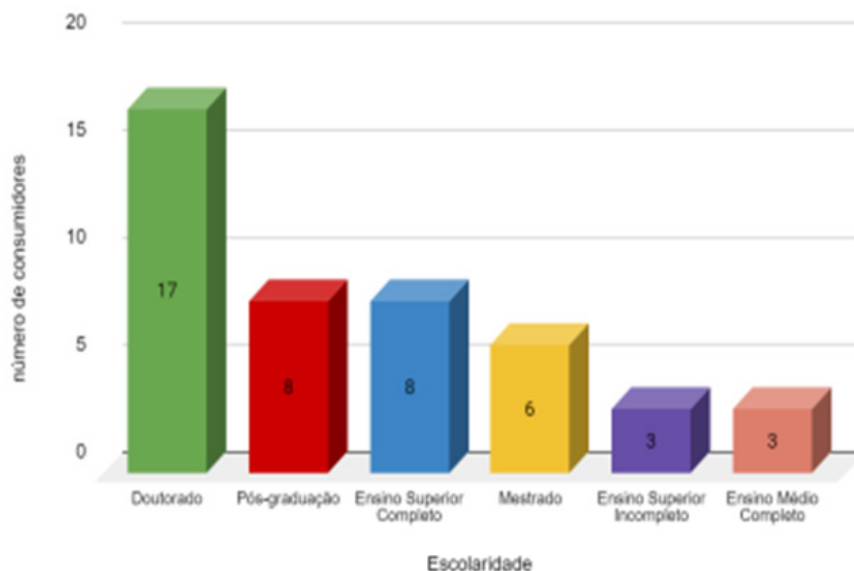
Fonte: Wynnek, 2022.

Os dados mostram um maior consumo por pessoas solteiras, porém, somando o número de casados e de consumidores em união estável chega-se a 24 (53,2%) consumidores, resultando em um pouco mais da metade. Esse ponto pode ser analisado também, em conjunto com os dados que serão apresentados no gráfico 6 que aponta o número de habitantes por residência. A análise dos dados de apresentados em ambas questões apontam que apesar de um grande contingente de pessoas se colocarem como solteiras, estas pessoas não necessariamente moram sozinhas, fugindo da característica de consumo individual.

No quesito escolaridade, 17 (37,8%) dos consumidores tem doutorado, 8 (17,8%) pós graduação, 8 (17,8%) ensino superior

completo, 6 (13,3%) tem mestrado, 3 (6,7%) ensino superior incompleto e 3 (6,7%) o ensino médio completo (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Escolaridade dos consumidores



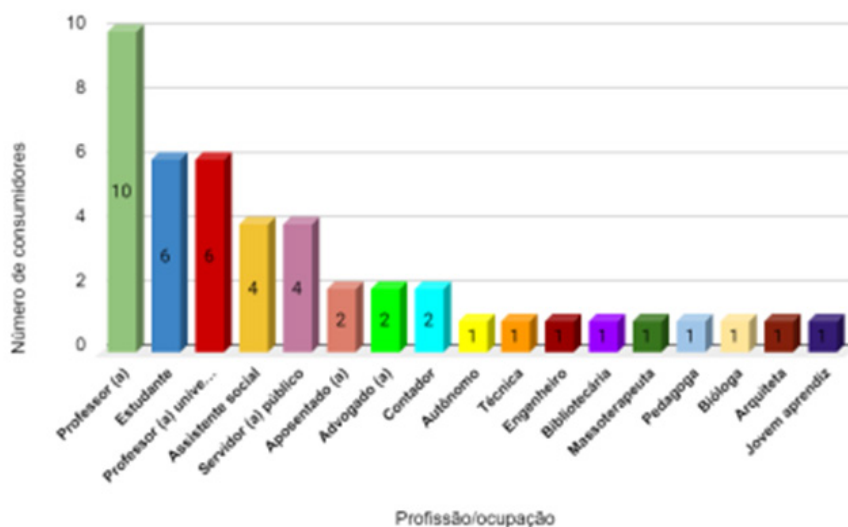
Fonte: Wynnek, 2022.

Nota-se aqui, o elevado nível de escolaridade dos consumidores da Rede Maria Rosa, onde todos os consumidores têm no mínimo ensino médio completo. Já se tinha a indicação de um alto nível de escolaridade entre os consumidores desta rede. Desta forma já havia a possibilidade de indicar os diversos graus de pós-graduação. Estas respostas apontam para os seguintes questionamentos: Por que a Rede Maria Rosa não consegue atingir indivíduos de baixa escolaridade, seriam os valores dos produtos? O acesso? A falta de divulgação? A falta de conhecimento?

Quanto à profissão/ocupação dos consumidores da Rede Maria Rosa, obtivemos como resposta que 10 (22,2%) dos consumidores são professores, 6 (13,3%) são estudantes, 6 (13,3%) são professores universitários, 4 (8,9%) são assistentes sociais, 4 (8,9%) são servidores públicos, 2 (4,4%) são aposentados, 2 (4,4%) são advoga-

dos, 2 (4,4%) são contadores e várias outras profissões com uma pessoa em casa (2,2%), as quais são autônomo, técnica, engenheiro, bibliotecária, massoterapeuta, pedagoga, bióloga, arquiteta e um jovem aprendiz (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Profissão/ocupação dos consumidores

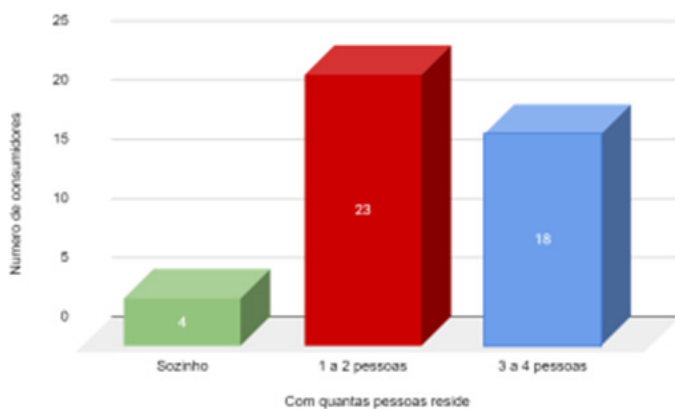


Fonte: Wynnek, 2022.

Cruzando esses dados, junto com os de escolaridade (Gráfico 4), percebemos que o elevado nível de escolaridade reflete nas profissões bem remuneradas dos consumidores da Rede Maria Rosa, o que nos leva novamente a questionar o porquê esta não é acessível para todos? Alimentos saudáveis e frescos não chegam a grande massa de trabalhadores? A segurança alimentar e nutricional não é para todos?

Outro questionamento realizado foi sobre o tamanho do núcleo das famílias, ou seja, quantas pessoas habitavam na sua casa. As respostas apontaram que 23 (51,1%) dos consumidores moram com 1 a 2 pessoas, 18 (40%) moram com 3 a 4 pessoas e 4 (8,9%) moram sozinhos (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Com quantas pessoas o consumidor reside

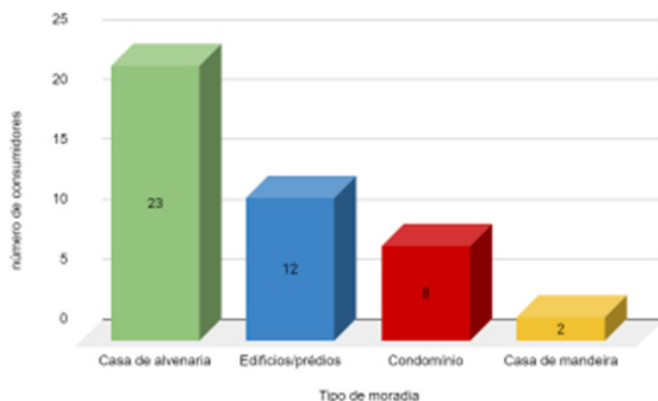


Fonte: Wynnek, 2022.

Os números mostram que nenhum dos 45 consumidores, que responderam o formulário, moram em casas com mais de 5 pessoas, o que revela um núcleo familiar pequeno.

No tipo de moradia, 24 (53,3%) dos consumidores moram em casas de alvenaria, 11 (24,4%) moram em edifícios/prédios, 8 (17,8%) em condomínios e apenas duas (4,4%) em casas de madeira (Gráfico 7).

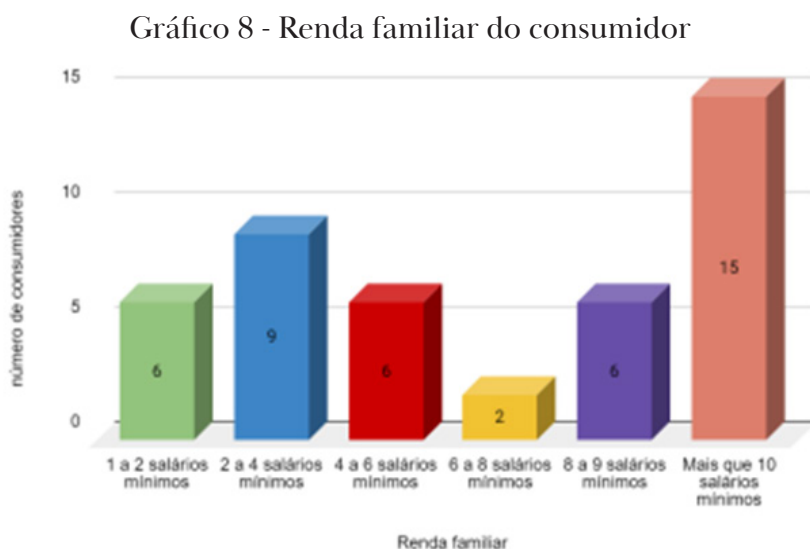
Gráfico 7 - Tipo de moradia



Fonte: Wynnek, 2022.

Os tipos de moradia revelam que a grande maioria dos consumidores tem bom padrão de vida, onde apenas dois moram em casas de madeira, o que representa apenas 4,4% do total.

No quesito renda familiar, 6 (13,3%) dos consumidores têm uma renda familiar de 1 a 2 salários mínimos, 9 (20%) de 2 a 4 salários mínimos, 6 (13,3%) de 4 a 6, 2 (4,4%) ganham 6 a 8 salários mínimos, 6 (13,3%) ganham 8 a 9 salários mínimos e 16 (35,6%) dos consumidores têm uma renda familiar de mais de 10 salários mínimos (Gráfico 8).



Fonte: Wynnek, 2022.

Os dados de renda familiar, quando cruzados com os dados de escolaridade (Gráfico 4), profissão/ocupação (Gráfico 5) e tipo de moradia (Gráfico 7) confirmam o elevado padrão de vida da maioria dos consumidores, tendo 16 (35,6%) deles uma renda familiar de mais de 10 salários mínimos, um número distante da realidade da maioria das famílias brasileiras.

O perfil apontado por este trabalho, mostra que o grupo de consumidores da Rede Maria Rosa, acaba por se aproximando do perfil de consumidor semelhante a outros estudos, como aponta-

do por Roque e Ficagna (2021), que, em texto de revisão sobre o tema, e que demonstram que há prevalência de consumidor do sexo feminino, adultos acima de 30 anos e ainda a escolaridade, a classe social e sua renda mais elevados em comparação com o restante da população.

Conhecer o perfil socioeconômico dos consumidores da Rede Maria Rosa foi extremamente importante, tanto para a IESOL como para as famílias moradoras do Acampamento Maria Rosa, pois, através disso conhecemos as características dos consumidores percebemos também, o trabalho que precisa ser feito para que a Rede Maria Rosa alcance um público maior, e pensar estratégias de alcançar outros grupos, principalmente de baixa renda e baixa escolaridade, sendo a segurança alimentar um direito de todos.

Destacamos que algumas estratégias já estão em desenvolvimento como forma de possibilitar o acesso das populações mais vulneráveis à produtos agroecológicos. Entre as iniciativas estão as campanhas de doações de alimentos em periferias e para populações vulneráveis. Um exemplo é a ação Marmitas da Terra, organizada pelo MST em regiões da cidade de Curitiba, a qual fornece marmitas de produtos com origem nos acampamentos e assentamentos de forma gratuita principalmente para a população em situação de rua. Da mesma forma destaca-se a importância das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE; Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Programa Ecotroca (troca de alimentos por resíduos recicláveis) entre outros, nos quais as famílias do Acampamento Maria Rosa do Contestado tem avançado em apresentar projetos e realizar o fornecimento à estes Programas.

Considerações finais

O perfil socioeconômico dos consumidores, se caracteriza por uma grande maioria de mulheres, com menos de quarenta anos de idade, casadas e solteiras, com alto nível de escolaridade (doutorado, mestrado e pós graduação), fato que, reflete nas profissões bem remuneradas destacadas neste estudo. Essas mulheres, residem em sua maioria em núcleos famílias pequenos (pouco

mais da metade moram com até duas pessoas), e todas as respostas apontaram até quatro pessoas. E suas residências são casas de alvenaria, prédios ou edifícios e em condomínios e com a maioria apresentando uma renda familiar a partir de seis salários mínimos, o que pode-se considerar relativamente de média a elevada.

Destaca-se o poder aquisitivo relativamente alto dos consumidores da Rede de Produtores e Consumidores Maria Rosa do Contestado, fator que analisamos como de extrema importância para o acesso desses consumidores a uma Rede de CCA de produtos agroecológicos.

O levantamento desse perfil socioeconômico dos consumidores da Rede Maria Rosa se mostra de extrema importância para a IESOL e para o ESS Maria Rosa do Contestado, que poderá usar os dados para suas futuras ações de incubação, visando a melhoria e o crescimento desta rede. Como também, para os próprios consumidores que se beneficiam dessas melhorias.

Ao longo da análise de dados, foi possível notar questões que merecem atenção para serem abordadas em futuras pesquisas, como as questões de gênero, referente aos papéis impostos pela sociedade, como responsabilidade das mulheres e responsabilidades dos homens e o papel das políticas públicas para ampliar o acesso a estes alimentos, principalmente para populações mais vulneráveis.

Da mesma forma, fatores de dificuldade de acesso tanto à informação quanto à renda, que mostram os produtos agroecológicos como produtos acessíveis apenas para consumidores de alto poder aquisitivo, o que demonstra a importância de políticas públicas de fornecimento de alimentos a populações com algum nível de vulnerabilidade social.

Referências

ALMEIDA, Isaac Leandro de; JUNQUEIRA, Ana Maria Resende; DIAS, Cleidson Nogueira. **Caracterização de consumidores, atributos de mercado e estratégias para o crescimento da cadeia produtiva de hortaliças orgânicas no Distrito Federal**. Brasília: CODEPLAN, 2017.

BARBÉ, L. C. **Caracterização de consumidores e produtores dos produtos agroecológicos/orgânicos em Campos dos Goytacazes**, RJ. 2009. 64 p. Dissertação (Mestrado em Produção Vegetal) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2009.

BENCK, Luiza Lourenço Nunes. **Limites e possibilidades da economia solidária junto ao Acampamento Maria Rosa Do Contestado incubado pela Iesol/Uepg**. Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social. Universidade Estadual de Ponta Grossa. 2021.

BRASIL (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Dos princípios fundamentais, p.12

BUAINAIN, Antônio Márcio et al. (Ed.). **Cadeia produtiva de produtos orgânicos**. Bib. Orton IICA/CATIE, 2007.

CARVALHO, A.M.R. et al. Rede de comercialização solidária “Trem Bão”: avanços e desafios. In: XIII Seminário Internacional PROCOAS, 2017. Anais. p. 323-333. Disponível em: <http://grupomontevideo.org/ndca/caprocesoscooperativos/wp-content/uploads/2018/02/Autogest%C3%A3o-cooperativismo-e-economia-social-e-solid%C3%A1ria-experi%C3%Aancias-latino-americanas-mem%C3%B3rias-do-XIII-Semin%C3%Ario-Internacional-Procoas.pdf>. Acesso em set/2021.

COTERA, Alfonso e ORTIZ, Humberto. Comércio justo. In: Cattani, Antonio. D. et al. **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almeida, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, n. 15, p. 59-86, 2000.

IESOL, Programa de Extensão Incubadora de Empreendimentos Solidários. Dossiê. **Relatórios de Atividades incubação**. UEPG, 2017

IESOL, Programa de Extensão Incubadora de Empreendimentos Solidários. Dossiê. **Relatórios de Atividades incubação**. UEPG, 2018.

IESOL, Programa de Extensão Incubadora de Empreendimentos Solidários. Dossiê. **Relatórios de Atividades incubação**. UEPG, 2019.

IESOL, Programa de Extensão Incubadora de Empreendimentos Solidários. Dossiê. **Relatórios de Atividades incubação**. UEPG, 2020.

IESOL, Programa de Extensão Incubadora de Empreendimentos Solidários. Dossiê. **Relatórios de Atividades incubação**. UEPG, 2021.

OLIVEIRA, R. A.; LIMA, P. V. P. S.; SILVA, L. M. R.. **O Consumo e Comercialização de Produtos Orgânicos**: o caso da associação para o desenvolvimento da agropecuária orgânica. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL - SOBER, 44. Fortaleza. Anais... Brasília: SOBER. v. 1. p. 1-19, 2006.

ROQUE, P.T., FICAGNA, F.T. Perfil sociodemográfico do consumidor de alimentos orgânicos no brasil: uma revisão sistemática. **Revista Eletrônica Estácio Saúde**, vol. 10, no 02 (2021). P. 1-7. Disponível em: l1nq.com/Roejl. Acesso em 16/12/2022.

SABORIN, Eric. Acesso aos mercados para a agricultura familiar: uma leitura pela reciprocidade e a economia solidária. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, suplemento especial, p. 21-35, out./dez., 2014

SILVA, Deinne Airles de. O perfil do consumidor da feira de transição agroecológica do bairro Valentina Figueiredo, na cidade de João Pessoa (PB). **Revista espaço academico**, v. 9, n. 107, p. 124-128, 2010.

STEDILE, João Pedro. **Reforma agrária**. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; Alentejano, P.; Frigotto, G. (org.) **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

WYNNEK, Caroline. **O perfil socioeconômico e as motivações dos consumidores da rede de comercialização do Acampamento Maria Rosa do Contestado pelo consumo de agroecológicos**. Trabalho de Conclusão de Curso Serviço Social. Universidade Estadual de Ponta Grossa. 2022.

VALADÃO, A. BRASIL, F. CUNHA, L.A.G. BRASIL, M. MOURA, R.R. Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESOL/UEPG: trajetória e futuro. in: VALADÃO, A.C. et al. **Percursos e Experiências da Incubadora de Empreendimentos Solidários**: Universidade Estadual de Ponta Grossa. Editora Estúdio Texto, Ponta Grossa, 2018.



A economia solidária e migrantes: as atividades da Incubadora de Empreendimento Solidários (IESOL-UEPG) com os migrante venezuelanos acompanhados pela cáritas diocesana de Ponta Grossa

*Audrey Aline Bankes Pereira
Reidy Rolim de Moura*

As demandas sobre migração têm sido objeto de discussões não só na academia, mas no âmbito dos movimentos sociais e da gestão pública, nacional e internacional. Estudiosos no Brasil sobre o tema, tem destacado que a partir de 2018 com o agravamento da crise política na Venezuela, o Brasil teve um crescimento exponencial de migrantes chegando pela fronteira do estado de Roraima.

Com a inexistência de políticas sociais voltadas à migração nesse período, instalou-se um momento caótico, levando o governo federal a criar o projeto “Operação de Acolhida”¹ a migrantes e refugiados, a fim de regularizar documentação, inserir os migran-

¹ A operação acolhida foi criada pelo governo federal em 2018, por conta do grande fluxo migratório proveniente da República Bolivariana da Venezuela. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/sobre-a-operacao-acolhida-2>.

tes em alojamentos e na inserção deles no mercado de trabalho no Brasil, distribuindo estes migrantes em várias cidades pelo Brasil.

Em Ponta Grossa, uma das instituições não governamentais que acolheu os migrantes, foi a Cáritas Diocesana de Ponta Grossa², indo para além da caridade, visando a colocação deles no mercado de trabalho, inclusive a pensar outras formas de trabalho fora do trabalho formal, preocupando-se em desenvolver atividades especialmente de qualificação profissional.

Foi a partir do vínculo que a Cáritas Diocesana tem com a IESOL - Incubadora de Empreendimentos Solidários da UEPG³, em diversos projetos, que surgiu a demanda das formações em economia solidária para esses migrantes, pois eles já estavam há algum tempo no Brasil e não conseguiam trabalho formal.

Esses migrantes participaram de formações em economia solidária e a partir disso, formaram pequenos grupos e participaram de duas feiras que ocorreram no ano de 2021 o que significou muito para eles, em termos de renda e de socialização numa cidade em que acabaram de chegar.

A partir da relação que se estabeleceu durante os trabalhos extensionistas da IESOL com a Cáritas Diocesana de Ponta Grossa, e o acompanhamento do trabalho dos migrantes venezuelanos nas formações e feiras, a partir das intervenções de estágio curricular obrigatório⁴ que é de praxe serem desenvolvidos no âmbito das ações da IESOL, foi também desenvolvida uma pesquisa para a monografia de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e que se pretende apresentar aqui alguns dados mais significativos.

² A Cáritas é uma confederação de 165 organizações humanitárias da Igreja Católica que atua em mais de duzentos países. Coletiva e individualmente a sua missão é trabalhar para construir um mundo melhor, especialmente para os pobres e oprimidos, que apoiam iniciativas populares, sobretudo de geração de trabalho e renda. Disponível em: <http://www.aspr.org.br/caritas/>.

³ A Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESOL) é um programa de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) criado em 2005, que tem como objetivo fomentar, organizar e consolidar empreendimentos econômicos solidários (EES) na região de Ponta Grossa e dos Campos Gerais. Disponível em: <https://www2.uepg.br/iesol/#quem-somos>

⁴ Para detalhes sobre estágios curriculares obrigatórios na UEPG, verificar resoluções na página www.uepg.br.

Na pesquisa utilizou-se da metodologia qualitativa, com uso da entrevista semiestruturada, pesquisa documental e bibliográfica. Foram entrevistados sete migrantes venezuelanos que chegaram em Ponta Grossa entre 2019 a 2021, em sua maioria vieram com o núcleo familiar⁵. As informações que são apresentadas a seguir são fruto de dados obtidos durante a pesquisa para a da monografia e também de observações de todo período de atividades que se estabeleceu com os migrantes em questão, mas sempre respeitando as falas, as condições de vida e de privacidade desses sujeitos.

A importância da caritas diocesana de Ponta Grossa- PR, no processo emancipatório dos migrantes.

A Caritas Diocesana de Ponta Grossa é uma organização não governamental vinculada à Igreja Católica, sendo um dos seus princípios, contribuir para um mundo mais digno e mais justo, principalmente para as pessoas em situação de vulnerabilidade. Na cidade de Ponta Grossa, possuem vínculo com os migrantes desde 2016, através do seu programa de acolhida e orientação para migrantes e refugiados, tem como objetivo o apoio na integração e proteção de solicitantes de refúgio e refugiados e migrantes.

Segundo dados da Receita Federal entre 2015 a 2019, o Brasil registrou mais de 178 mil solicitações de refúgio e de residência temporária de migrantes vindos da Venezuela, o acontecimento migratório em específico da Venezuela pode dar-se especialmente por conta da crise de abastecimento e alta inflação que resultou em produtos superfaturados e desemprego, provocando o empobrecimento dos cidadãos e conflitos sociais (ROCHA, 2020, p. 45).

Segundo dados obtidos na Caritas Diocesana de Ponta Grossa, os migrantes chegaram no município em sua maioria, entre os

⁵ Para maiores detalhes referente a pesquisa do TCC, consulte a PEREIRA, A. A. B. A Economia Solidária e Migrantes: Um estudo de caso a partir das atividades da Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESOL- UEPG) com os migrantes venezuelanos vinculados à Caritas Diocesana de Ponta Grossa - PR. UEPG, 2022. Orientadora: Dra. Reidy Rolim de Moura. 2022. 76 f. Monografia - Ponta Grossa- PR. 2022.

anos de 2016 a 2019, estavam inseridos no mercado de trabalho informal e precário, sem registro em carteira de trabalho e ganhando abaixo do salário mínimo nacional.

Desde 2016, a Polícia Federal tem registrado 183.397 entradas e 111.818 saídas de migrantes venezuelanos entre a fronteira de Pacaraima, cidade do Estado de Roraima, e a Venezuela (ACNUR, 2018, p. 15).

Para acolher parte dessa população, onze abrigos oficiais foram criados em Boa Vista e dois em Pacaraima. Eles são administrados pelas Forças Armadas e pela Agência da ONU para Refugiados (ACNUR).

Foram acolhidas mais de 6,3 mil pessoas, das quais 2,5 mil são crianças e adolescentes, estima-se que cerca de 32 mil venezuelanos estavam morando em Boa Vista. Projeções das autoridades locais e agências humanitárias apontam que 1,5 mil venezuelanos estão em situação de rua na capital, entre eles, quase 500 têm menos de 18 anos de idade (BRANDÃO, 2019).

A migração dos venezuelanos tem diversas peculiaridades, alguns dados sobre a migração deles para o Brasil, trazem informações sobre a realidade, trata-se de um resumo de Perfil Sociodemográfico e Laboral dos migrantes venezuelanos no Brasil, essa pesquisa foi organizada por Gustavo da Frota Simões em 2017 e nos dá uma noção de quem são esses migrantes.

Uma das questões, é que a crise econômica e política é apontada por 77% dos participantes como o principal motivo das migrações, 67% dos entrevistados migraram para o Brasil em 2017. A migração é oriunda de 24 regiões da Venezuela, embora com concentração de três estados: Bolívar (26%), Monagas (16%) e Caracas (15%). Outro dado importante é que 82% do total são solicitantes de refúgio, com o intuito de acelerar o processo de formalização no Brasil. (SIMÕES, 2017, p. 4).

Apenas 23% dos entrevistados possuem carteira de trabalho, 29% o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e 4% não possuem documento. Um dado interessante a se questionar é que quase a metade do total (48,4%) não utilizou nenhum serviço público (SIMÕES,

2017, p. 4). A questão é, esses cidadãos não usaram nenhum serviço público porque não precisaram ou porque não conseguiram acesso a esses serviços? Eles sabiam que os serviços que estavam utilizando eram públicos? O autor ainda destaca que uma parcela significativa das pessoas que ele entrevistou relatou ter sofrido algum tipo de preconceito pelo motivo de serem estrangeiros.

Podemos observar que os venezuelanos veem no Brasil um país, onde podem recomeçar sua vida, visto que dados colhidos pelo mesmo autor mostram que a migração venezuelana é majoritariamente jovem 72% do total entre 20 e 39 anos, masculina e de solteiros 53,8% do total dos entrevistados (SIMÕES, 2017, p. 4). Esses dados mostram que alguns dados informados pela Assistente Social da Cáritas Diocesana de Ponta Grossa sobre os migrantes da Venezuela que moram no município, condizem com os dados nacionais de migração sobre essa população.

Durante a formação em economia solidária, observou-se que o grau de instrução dos migrantes participantes era alto, a maioria possuía ensino superior completo, na pesquisa de Simões (2017) esse dado também aparece, segundo o autor, os migrantes venezuelanos apresentam alta escolaridade 31,9% dos migrantes possuem, pelo menos, ensino superior completo (SIMÕES, 2017, p. 4). O autor ainda destaca que, mesmo assim, 35,4% dos imigrantes estão desempregados e quase a totalidade dos empregados recebe até dois salários mínimos e 4,8% recebe acima de dois salários mínimos (SIMÕES, 2017, p. 4).

Os migrantes venezuelanos que participaram das formações em economia solidária e posteriormente da pesquisa para a monografia, relataram sofrer discriminação por serem estrangeiro, e Simoes (2017) também traz isso no seu estudo sociodemográfico, o autor relata que 40% dos entrevistados, sofreu algum tipo de discriminação em função de ser estrangeiro, cerca de 35% sofreu algum tipo de hostilidade, e o agressor é um cidadão brasileiro comum (SIMÕES, 2017, p. 4).

Para Robert Kurz (1994), o processo de migração não é uma escolha livre desses cidadãos, é um processo coativo, ele discorre

ser uma utopia a ideia de liberdade em busca de melhores condições de vida.

[...] Os pobres são livres para vender sua mão de obra, porém fazem isto porque não têm condições para controlar sua existência. A transformação da sociedade capitalista numa situação mundial produziu uma sociedade de exclusão. O ser humano participa de um sistema no qual vende abstratamente sua mão de obra e integra uma engrenagem (montada) para produzir acumulação infinita de capital (KURZ, 1994).

Como muitos migrantes se concentram em Roraima por conta da fronteira com a Venezuela, observa-se que o interesse deles de migrar para outras regiões do país em busca de novas oportunidades é uma realidade.

Apesar dos migrantes da Venezuela chegarem em sua grande maioria em Roraima, eles foram se espalhando pelo Brasil em busca de trabalho e melhores condições de vida, chegando também em Ponta Grossa, conforme foi destacado ao longo do trabalho.

Para a Agência das Nações Unidas, os venezuelanos veem o Brasil como um país de refúgio, o Brasil é o segundo país mais visado pelos venezuelanos, a maioria consegue trabalho informal ganhando por diárias, sobrevivem com ajuda de outras pessoas e uma pequena minoria possui trabalho formal.

Quando pensamos nos direitos fundamentais para o estabelecimento básico da dignidade humana, temos que levar em conta as diferenças culturais da vida de diferentes povos, uma situação latente no caso dos migrantes.

Santos (1997), discorre que para garantir estes direitos condiscentes com uma visão multicultural dos direitos humanos, não se pode pensar minimamente em inserir esse público no modelo existente, mas sim, trabalhar no sentido de que essa inclusão ocorra respeitando as suas heranças culturais.

A maneira como um estrangeiro é recebido em um país depende de uma série de fatores, a percepção que a sociedade tem deste migrante depende da sua condição social, e o que ela pode fornecer, a imagem que tem do seu país, razões e condições da

chegada desses migrantes, bem como o privilégio que estes podem fornecer (FREITAS; DANTAS, 2011, p. 602).

Adela Cortina (2020) traz o termo “aporofobia” que vem do grego “apóro” que é o pobre desamparado e “fóbeo” que significa temer, odiar, rejeitar. Assim como “xenofobia” é o termo usado para quem tem “aversão” ao estrangeiro, “aporofobia” é o termo usado para referenciar quem tem “aversão” ao pobre.

A autora aborda em seu livro “Aporofobia, a Aversão ao Pobre: Um Desafio Para a Democracia” que não se rejeita o estrangeiro se ele for famoso, turista, cantor ou um atleta famoso, mas rejeita-se, se ele for pobre (VELASCO, 2020).

A xenofobia no Brasil aumentou significativamente desde 2014, quando o fluxo migratório de pessoas advindas do Haiti começou a chegar em território brasileiro, a população do Haiti é majoritariamente negra o que explica tamanho preconceito de um país extremamente racista como o Brasil.

A aporofobia é algo sofrido por esses migrantes a constante reflexão do porque essas pessoas sofrem tanto preconceito estão correlacionadas a isso, Adela Cortina traz essa discussão em seu livro:

A aporofobia é um tipo de rejeição peculiar, diferente de outros tipos de ódio ou rejeição, entre outras razões porque a pobreza involuntária não é um traço da identidade das pessoas. Embora seja verdade que a identidade se negocia em diálogo com o entorno social, que não é estática, senão dinâmica, a etnia e a raça, com todas as dificuldades que supõe precisá-las, são um ingrediente para conjugá-las. O sexo ou a tendência sexual também são dimensões que formam parte da identidade pessoal; e professar uma religião supõe para o crente uma opção em que aposta e que ninguém tem o direito de lhe obrigar a renunciar, assim como ninguém tem o direito de obrigar o agnóstico ou o ateu a simular que acredita naquilo em que não acredita. A pobreza involuntária, entretanto, não pertence à identidade de uma pessoa, nem é uma questão de opção (CORTINA, 2020, p. 52).

Não se compara o acolhimento hospitaleiro que recebem os estrangeiros que vem como turistas, com a rejeição sem miseri-

córdia para a onda de migrantes pobres, fecham-se as portas, levantam cercas e muros, impedem seu transpasso pelas fronteiras (CORTINA, 2020, p. 53).

Não se compara com xenofobia o preconceito que sofrem os migrantes, e os refugiados pobres, porque o que produz rejeição, não é o fato dessas pessoas serem de outra raça ou etnia, e sim por serem pobres. É o pobre que incomoda, aquele que não contribui para o Produto Interno Bruto (PIB) do país, aquele que não traz recurso, mas sim precisa de recursos (CORTINA, 2020, p. 56).

O deslocamento dos venezuelanos para o Brasil é uma realidade que precisa ser enxergada e entendida tanto pelo poder público como pela sociedade. Neste sentido, o poder público, em meio a esse desafio, precisa ofertar políticas que contemplem esses sujeitos em suas mais variadas necessidades (ROCHA, 2020, p. 47).

Contribuições para o debate: migrantes venezuelanos em Ponta Grossa-PR

Atualmente, as ações de instituições como a Cáritas Diocesana e Universidades, sem citar aqui outras instituições, que também tem papel fundamental na questão das migrações, têm feito a diferença para esse público que acaba ficando as margens de políticas públicas, por não existirem ou por não poderem acessar por diversos motivos.

No que tange especificamente no caso dos venezuelanos atendidos pela Cáritas Diocesana de Ponta Grossa no período de 2019 a 2022, é de se destacar que uma das observações iniciais foi que a maioria apresentava ainda dificuldades em falar do que deixaram para trás,

Para se ter um panorama mais completo da trajetória ocupacional no país de origem, precisaríamos de muito mais tempo e empreender mais recursos, o que não foi possível nas atividades durante o tempo que a IESOL esteve em contato com os mesmos.

O que conseguimos identificar a partir do TCC já indicado acima Audrey Pereira (2022), foi referente às condições de chegada no Brasil, enfrentamento do cotidiano de trabalho e expectativas

dos migrantes da Venezuela em Ponta Grossa e que podem ser destacadas abaixo.

A partir das amostras de um formulário online que foi enviado aos participantes da formação sobre economia solidária, sete pessoas responderam, sendo 71,4% (setenta e um vírgula quatro por cento) mulheres e 28,6% (vinte oito vírgula seis por cento) são homens. A idade dos migrantes entrevistados varia entre 30 a 68 anos, sendo em sua maioria mulheres adultas.

Em relação a escolaridade, temos 57,1% (cinquenta e sete vírgula um por cento) dos entrevistados com ensino superior completo, 28,6% (vinte e oito vírgula seis por cento) deles iniciaram alguma graduação, porém não a concluíram, e apenas 14,3% (quatorze vírgula três por cento) responderam que apesar da pouca escolaridade, sabem ler e escrever em português.

Na tabela abaixo pode-se observar, quando esses migrantes chegaram no Brasil, a idade deles, renda, a profissão que exerciam na Venezuela bem como sua formação em comparativo com o trabalho que exercem no Brasil e o número de pessoas que dependem daquela renda.

Relação de formação, profissão e renda dos migrantes venezuelanos entrevistados - TABELA 1

Entrevistado	Profissão que exercia na Venezuela/ área de formação	Profissão que realiza no Brasil	Número de dependentes	Renda da família atualmente
1	Cabeleireira	Diarista e vende pães caseiros	2	R\$ 1.000,00
2	Marceneiro	autônomo	1	R\$ 1.500,00
3	Técnica de segurança do trabalho	Diarista	2	R\$ 1.320,00
4	Professora	Babá	1	R\$ 1.300,00

5	Professora de educação infantil	Dona de casa	2	R\$ 2.600,00
6	Professora	Costureira	2	R\$ 1.200,00
7	Metalúrgico	Obtém renda através do Benefício de Prestação Continuada ⁶	0	R\$ 1.220,00

Fonte: Dados coletados para a monografia de Audrey A. Bankes Pereira (2022).

Nos dados acima, pode-se observar que esses migrantes vivem em situação de vulnerabilidade social, levando em conta sua renda, o fato de que nenhum deles possui moradia própria e a maioria possui filhos em idade escolar.

Os venezuelanos sofrem com a precarização do trabalho no Brasil, não conseguem empregos condizentes com a sua formação acadêmica, alguns já estão em idade avançada para adentrar o mercado de trabalho, então acabam tendo sua mão de obra explorada em subempregos, segundo o Ministério do Trabalho e Previdência, eles trabalham em média mais de quarenta horas semanais e recebem no máximo entre um a dois salários mínimos mensais (MARQUES, 2017).

Em seguida, foi analisada a questão da dificuldade de arrumar emprego no Brasil, 42,9% (quarenta e dois vírgula nove por cento) dos que responderam ao formulário e posteriormente deram seu depoimento durante as entrevistas para a monografia de Audrey Pereira (2022). Relataram que foi difícil arrumar emprego fixo no Brasil. Mais da metade, 57,1% (cinquenta e sete vírgula um por cento) dos entrevistados, relataram que não conseguiram em-

⁶ O Benefício de Prestação Continuada – BPC, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), é a garantia de um salário mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/beneficios-assistenciais/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc>

prego fixo até o momento, apenas um dos entrevistados relatou que não foi difícil conseguir emprego fixo.

A taxa de desemprego é alta, a maioria dos entrevistados são mulheres, logo reflete-se que o empobrecimento das mulheres migrantes é maior que a dos homens. Azeredo (2010) aborda que “É necessário lembrar que o padrão dominante de família instituído nas sociedades industrializadas conferiu à mulher o espaço dos cuidados domésticos e afetivos” (AZEREDO, 2010. p. 580), o que acarreta no desemprego formal destas mulheres.

Um dos depoimentos chamou a atenção por mostrar que a entrevistada não pode ter emprego formal fixo devido ao fato de não ter com quem deixar as filhas, já que toda a rede de apoio que tinha ficou na Venezuela:

“Não posso ter emprego fixo, pois sou eu que levo minhas filhas na escola, busco, cuido delas, lá na Venezuela tinha parentes que me ajudavam, cuidar delas, aqui no Brasil é só eu e meu marido, como ele trabalha o dia todo eu cuido delas e da casa” (ENTREVISTA-DA 5) (PEREIRA 2022).

Azeredo aborda que apesar das inúmeras conquistas que as mulheres conseguiram no decorrer deste século, essas mesmas conquistas no espaço da casa e entre paredes: “[...] as mulheres ainda ocupam espaços desiguais. Se nas últimas décadas conquistaram o espaço público, este fez aumentar sua responsabilidade, ao ter que conciliá-lo com o espaço privado” (AZEREDO, 2010. p. 581).

No cenário da migração, especificamente, a desigualdade dos espaços das mulheres é ainda mais evidente, não só pela maior dedicação ao trabalho doméstico que lhes é imposta, mas também porque muitas vezes essas mulheres são o único adulto da família, ou, ainda, porque migram sozinhas, sem qualquer apoio. Essa situação as leva a ocuparem espaços de trabalho com salários baixos e condições precárias:

A mudança mais significativa no padrão de migração do último século é o aumento do número de mulheres que têm migrado sozinhas, constituindo quase metade da população imigrante internacional, podendo esse número chegar

a alguns países a 70 ou 80%. Frequentemente elas acabam por ocupar empregos de produção e serviços com baixos salários, trabalhando em setores econômicos que segregam por gênero dos quais não há regulamentação tornando-as expostas a um risco muito maior de sofrerem exploração, violência e abuso (ROIG, 2018, p. 27).

Mesmo com ensino superior completo, o trabalho que sobra para as mulheres migrantes venezuelanas são os trabalhos domésticos. A exclusão feminina do mercado formal de trabalho é clara e quando essas mulheres conseguem chegar à formalidade, esse trabalho é algo fora de sua área de formação, em subempregos, por exemplo.

Essa situação também foi analisada sendo que a maioria exerce trabalhos domésticos, como diarista e babá, mesmo tendo qualificação profissional em outras áreas. Destaca-se aqui que as mulheres que não são condicionadas a ficarem apenas em casa cuidando dos filhos, enfrentam a dupla ou tripla jornada, devido a desigualdade de gênero, pois trabalhar fora de casa não as isenta da responsabilidade com os afazeres domésticos.

Segundo dados da pesquisa “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça”, realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mulheres trabalham cerca de 7,5 horas a mais por semana que os homens, devido à dupla jornada de trabalho, que inclui tarefas domésticas não remuneradas para além do seu trabalho fixo (IPEA, 2015).

Na tabela 1, que mostra a relação da idade dos migrantes entrevistados, observa-se que a maioria chegou no Brasil em meio a pandemia do Covid-19, entre 2020 e 2021, o que também pode ter prejudicado a busca e o encontro de empregos.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021). Mostra que a pandemia aumentou o número de desempregados chegando a 13,5%, essa taxa foi ainda maior para mulheres, os dados do IBGE mostram que a taxa de desemprego entre mulheres na pandemia foi de 16,4% (RIO, 2021).

A covid-19 não é só alegoria, distopia neoliberal. Ela confirma, pela enésima vez, a frase de William Coleman, um

grande estudioso de epidemias oitocentistas: “A morte é uma doença social”. Uma crise epidêmica dessas dimensões expõe as desigualdades de acesso aos serviços de saúde, a dependência da sociedade em relação aos trabalhadores mal remunerados que fazem com que tudo que é básico continue a funcionar, o racismo estrutural multissecular (SANTOS et al., 2020).

Segundo dados da Acnur a taxa de desemprego foi ainda maior para os estrangeiros e refugiados, enquanto a taxa de desemprego para os brasileiros estava em 12% em 2019, a taxa de desemprego de migrantes e refugiados chegou a 20% (ACNUR, 2018).

Observou-se frequentemente nos relatos dos migrantes que quem acaba suprimindo as vulnerabilidades sociais deles são as entidades religiosas. A dificuldade no acesso às políticas públicas, ou sua ausência por parte do Estado, abre caminho para que este público seja atendido por organizações da sociedade civil, em especial as entidades religiosas (LANZA, FAQUIN e RIBEIRO, 2018, p.273).

O Estado brasileiro não apresentou nenhum tipo de política social para a proteção dos migrantes durante a pandemia e muitas das ações foram desenvolvidas pelo terceiro setor, como a Cáritas, por exemplo.

No que se refere a situação dos migrantes venezuelanos em Ponta Grossa, especificamente, toda vez que perguntávamos, era frequente a resposta que também apareceu na monografia de Audrey Pereira (2022), sendo que a maioria dos migrantes veio para o Brasil com pelo menos um parente próximo totalizando 57,1% (cinquenta e sete vírgula um por cento) e 47,9% dos entrevistados vieram com a família natural.

Quando questionados se para sair de seu país de origem os migrantes tiveram ajuda do governo ou de outros órgãos/pessoas. 28,6% (vinte e oito vírgula seis por cento) relataram que quem auxiliou eles no processo migratório, foi a Cáritas Brasileira através da Igreja Católica. Apenas 14,3% (quatorze vírgula três por cento) relatou que obtiveram ajuda do governo brasileiro, através do programa de operação de acolhida de imigrantes e refugiados vene-

zuelanos, e 57,1% (cinquenta e sete vírgula um por cento) teve auxílio de outras instituições religiosas. (PEREIRA 2022).

Podemos analisar que a expectativa desses migrantes em relação ao Brasil é alta, quando perguntado em todos os momentos que tivemos contato, e também no momento da pesquisa, todos eles responderam 100% (cem por cento) deles pretendem fixar residência no Brasil, especificamente em Ponta Grossa.

Chama a atenção numa das entrevistas realizada Audrey Pereira (2022), na qual aparece que para muitos, que o Brasil trouxe esperança na vida deles:

“Eu gosto muito de morar aqui em Ponta Grossa, pretendo trazer toda a minha família da Venezuela para cá, se Deus quiser esse ano eu consigo comprar uma casa aqui, não pretendo ir embora mais” (ENTREVISTADA 5). (PEREIRA, 2022).

Apesar deles se sentirem acolhidos no Brasil, a questão da aporofobia e xenofobia foi observada por alguns deles, na monografia de Audrey Pereira (2022), 75% (setenta e cinco por cento) dos entrevistaram relatam já terem sofrido algum tipo de preconceito no Brasil e apenas 25% (vinte e cinco por cento) disseram não ter sofrido qualquer tipo de preconceito.

Como mostrado nos dados acima, é possível verificar que alguns deles apontaram terem sofrido algum tipo de preconceito, porém quando questionados durante as formações e também na entrevista para a monografia, desconversaram e não relataram onde que eles sofreram esse preconceito, qual tipo de preconceito e como ocorreu.

Rocha (2020), relata que [...] É imperioso destacar que se vive hoje uma conjuntura de preconceitos e xenofobia exacerbada, alimentada por um nacionalismo deturpado desde as eleições presidenciais de 2018, e que continuou em alta com o Governo de Jair Bolsonaro (ROCHA, p. 15. 2020).

Os venezuelanos sofrem vários tipos de preconceitos no Brasil, várias reportagens relatam a violência que eles sofreram, manchetes como “Virou rotina agredir e assassinar venezuelanos em Roraima” (The Intercept Brasil, 2018). “O monstro da xenofobia” (The Intercept Brasil, 2018).

bia ronda a porta da entrada de venezuelanos no Brasil” (El Brasil, 2018). Apareceram com frequência nos jornais no ano de 2018.

O comportamento de aversão ao estrangeiro que comine na negativa ou restrição irrazoável do exercício de direitos humanos (e fundamentais), reconhecidos pelo ordenamento jurídico pátrio aos estrangeiros, por receio ou medo de ‘nocividades’ [...] (VITORINO; VITORINO MIRANDA, 2018, p.100).

Conforme relatado pelos próprios migrantes em várias situações, durante o contato com os mesmos, e analisando dados nacionais observamos que a xenofobia no Brasil tem cor, religião e nacionalidade específica, visto que migrantes europeus sempre foram bem recebidos no Brasil, em janeiro de 2018 a Secretaria de Direitos Humanos apresentou um relatório sobre as violações dos direitos humanos e apontou um crescimento de 633% das denúncias de xenofobia em relação a 2014 (XAVIER, 2016).

Dentre as dificuldades relatadas por eles, a que mais apareceu foi a questão do idioma, que é algo observado em nível nacional, na pesquisa do IPEA realizada em 2015. Para mapear os principais obstáculos de acesso a direitos e serviços da população imigrante no Brasil, onde comparava as dificuldades sofridas por eles em todos os estados brasileiros, a que mais apareceu recorrente foi a dificuldade para se comunicar, os principais resultados foram em primeiro lugar o idioma 21,74% seguido da dificuldade de arrumar trabalho 20,63% (IPEA, 2015).

Outro dado interessante que era possível de ser observados durante as atividades, contatos e também apareceu na pesquisa da monografia foi sobre a trajetória de vida no Brasil dos migrantes, que para estes em questão, atendidos pela Cáritas Diocesana e pela IESOL, começou entre 2019 a 2021, sendo que eles relataram permanecer na Venezuela *“Até onde deu para ficar”*.

Praticamente era a fala de todos que quando as migrações começaram em 2018, eles não queriam sair da Venezuela, ainda tinham esperanças da situação econômica no país melhorar, mas como isso não ocorreu se sentiram obrigados a sair da Venezuela para tentar a vida em outro país. Como todos tinham algum fami-

liar ou conhecido aqui, que incentivava a vinda deles para o Brasil por conta do programa de acolhida que facilitava a regularização da documentação para permanência no país.

Um dos relatos contido na monografia de Audrey Pereira (2022), fala sobre isso ela e a família, foram primeiro para o Peru, só depois vieram para o Brasil, pois não conseguiram arcar com os valores de regularização de permanência no Peru:

“Primeiro fomos para o Peru morei lá por 2 anos e não consegui validar minha documentação só o meu marido, eu e minhas filhas não, era muito caro, quase fomos deportadas e uns amigos que estavam no Brasil contaram que aqui era de graça tirar a documentação, então eles nos ajudaram a vir para o Brasil. A igreja que frequentamos pagou nossas passagens, somos mórmons. Chegamos em Rondônia em fevereiro de 2019, ficamos 2 dias em Boa Vista, era perigoso ficar lá, por conta da violência, então pegamos vários ônibus e chegamos em Carambei, ficamos pouco tempo lá porque a gente não achava emprego e estávamos morando com amigos” (ENTREVISTADA 5). (PEREIRA, 2022).

A trajetória ocupacional destes migrantes é marcada por várias dificuldades e a que mais aparece nos relatos de entrevista é a dificuldade de arrumar emprego, desde a empregos que exigem pouca ou nenhuma qualificação, tampouco algo na sua área de formação, sendo alguns dos relatos importante ser dado visibilidade:

“Muito difícil arrumar emprego no Brasil, lá no meu país eu era técnica de segurança do trabalho, aqui nunca consegui nada na minha área de formação e trabalho fazendo faxinas e faço linge-ries, ganho em torno de R\$1.320,00 por mês, não sou registrada, então minha renda é incerta” (ENTREVISTADA 3). (PEREIRA, 2022).

“A dificuldade de arrumar emprego aqui no Brasil foram muitas, cheguei aqui em 2019, na Venezuela eu era professora de educação infantil, aqui nunca arrumei um trabalho e fico em casa cuidando das minhas filhas, meu esposo era engenheiro, chegou aqui e trabalhava cortando grama, cuidava de jardins hoje ele trabalha fazendo manutenção de eletricidade” (ENTREVISTADA 5). (PEREIRA, 2022).

"Lá na Venezuela eu era professora, aqui no Brasil demoramos mais ou menos 2 meses para arrumar uma ocupação, aqui trabalho como costureira mas não possui um registro lá, gosto de morar em Ponta Grossa, mas meu marido que ir embora para Santa Catarina por causa que lá diz que tem mais emprego, na Venezuela ele era professor da universidade aqui no Brasil é químico trabalha com laboratório, ganho um salário mínimo brasileiro". (ENTREVISTADA 6). (PEREIRA, 2022).

Apesar dos migrantes que se encontram hoje no Brasil, terem facilidade na regularização da documentação para permanência no país, as dificuldades para validar seus diplomas de graduação são várias, eles enfrentam diversas barreiras burocráticas, uma das principais são as altas taxas cobradas por algumas universidades, os custos para tradução dos documentos e dificuldade dos migrantes de apresentarem todos os comprovantes exigidos. A maioria dos pedidos é de pessoas que deixaram a Síria ou a Palestina (55%), seguida de venezuelanos (24%) (MELLO, 2019).

Além das pessoas que estão jovens, saudáveis e podem trabalhar, tem os idosos, segundo Bulla e Kaefer (2003), os idosos estão enfrentando diversos obstáculos que impedem a tranquilidade na terceira idade, como, não conseguir se aposentar por ter trabalhado a vida toda informalmente e não ter contribuído para a previdência social, ou se conseguem se aposentar a grande maioria recebe um valor de aposentadoria ou benefício baixo o que não garante sua subsistência.

As chances dos mais velhos são menores no mercado de trabalho. Para aqueles que pretendem ingressar no mundo do trabalho, cabe dizer que a disputa é grande e as exigências no mercado são cada vez maiores. Em um sistema econômico como o do Brasil, que valoriza mais a juventude, o posto de trabalho para idosos é mais difícil, pois são vistos como incapacitados, com reduzida força produtiva, raramente levando-se em conta a experiência adquirida pelos mais velhos (BULLA; KAEFER, 2003, p. 5).

Pode-se observar em vários momentos é que a renda deles é baixa, muitos não têm renda fixa, e apenas um sobrevive com mais de um salário mínimo, todos os entrevistados relataram que não

possuem moradia própria, vivem de aluguel, relataram terem Cadastro Único Social (CadÚnico)⁷, a maioria recebe benefício assistencial e relatam dificuldades de conseguirem se sustentar.

A relação com a alta taxa de desemprego e o preconceito sofrido por eles estão correlacionados, com o intuito de amenizar esse problema na cidade de Ponta Grossa a Cáritas Diocesana entrou em contato com a IESOL para realizar formações com esses gru-

pos sobre economia solidária, a fim de incentivar outras formas de trabalho e não ficarem a mercê do mercado de trabalho capitalista. Foi a partir dessa realidade, com as dificuldades em relação à renda que se teve essa aproximação entre migrantes e economia solidária em Ponta Grossa.

Assim, a partir do trabalho em parceria, como já esclarecido acima, questionou-se aos participantes durante as atividades extensionistas e também na monografia de Audrey Pereira (2022) sobre as atividades que foram realizadas e as possibilidades de obterem renda através da economia solidária.

Os resultados mostraram que 87,7% (oitenta e sete vírgula sete por cento) relataram que pretendiam usar da economia solidária como trabalho principal e 14,3% (quatorze vírgula três por cento) relataram que queriam trabalhar com a economia solidária para complementar a renda, pois possuem trabalho fixo.

Destaca-se que numa empresa capitalista existe uma hierarquia, os funcionários recebem de maneira desigual e seu salário não é proporcional para o tanto que ele produz, o mercado é quem define a oferta e demanda, os trabalhadores são livres para trocar de emprego, logo os empregadores também são livres para demitir ou trocar seus funcionários, nesta hierarquia quem manda recebe mais do que quem obedece, elas podem ter diversas regras mas quem define e determina a remuneração de cada trabalho é o incessante ajuste entre oferta e demanda desta força de trabalho (SINGER, 2002, p. 12).

⁷ O Cadastro Único é um grande mapa das famílias de baixa renda no Brasil. Ele mostra ao governo quem essas famílias são, como elas vivem e do que elas precisam para melhorar suas vidas. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico>

A economia solidária trabalha com base na autogestão que visa proporcionar igualdade entre todos os indivíduos que tomam todas as decisões em comum acordo, as empresas capitalistas trabalham na perspectiva da heterogestão, que visa a competitividade entre seus funcionários em prol do lucro, nesse sentido, os migrantes teriam que se reconhecer nesse processo de trabalho.

Quando indagados sobre o conhecimento dos migrantes sobre economia solidária 85,7% (oitenta e cinco vírgula sete por cento) responderam que era uma forma de geração de renda com princípios autogestionários e 14,3% (quatorze vírgula três por cento) responderam que era uma proposta de financiamento para empreender, observa-se que eles compreenderam os princípios da economia solidária a partir das formações que passaram. (PEREIRA, 2022).

Considerações finais

A partir do que foi exposto, foi possível apontar alguns elementos da trajetória, das condições e das expectativas dos migrantes venezuelanos no Brasil. Cabe ressaltar novamente que são sujeitos que ao serem indagados sobre suas vidas, suas condições, poucos se sentem a vontade de falar sobre o que ficou para trás e respeitamos os sentimentos dos mesmos, tanto durante as atividades extensionistas, de estágio curricular, bem como para a pesquisa da monografia, cujos alguns dados foram trazidos aqui para ilustrar melhor as questões que envolvem a complexidade do tema migrantes no Brasil.

Observou-se nesse contato entre IESOL e migrantes, que os processos migratórios são marcados pela exploração da mão de obra de trabalhadores migrantes, precarizando seu trabalho e colocando esses trabalhadores em extrema vulnerabilidade e em Ponta Grossa isso não é diferente.

As pessoas excluídas do mercado formal de trabalho não têm cidadania reconhecida, pois não estão inseridas na lógica de consumo do capitalismo vigente, esses migrantes são marginalizados

perante a sociedade por não estarem inseridos nesse contexto de consumo e em Ponta Grossa os relatos e as observações em atuação com esse público mostra o quanto isso é difícil para cada família migrante.

As relações de trabalho se transformaram em muitas desde a revolução industrial e seus impactos devem-se pelo avanço do capitalismo, todo o modo de produção e consumo mudou desde então. Com esse desenvolvimento, países periféricos tiveram piora na sua economia, tornando-se um grande exportador de mão de obra para países centrais, com maior potencial para desenvolvimento tecnológico.

Por muito tempo o Brasil foi um grande exportador de mão de obra até meados dos anos 2000, a partir de 2010, quando o país estava em ascensão econômica, passou a ser receptor de migrantes da América Latina que não estavam na mesma ascensão.

Na análise de dados da trajetória de vida desses migrantes e a maioria dos que temos contato em Ponta Grossa são mulheres, sendo 71,4% (setenta e um vírgula quatro por cento) mulheres e 28,6% (vinte oito vírgula seis por cento) sendo homens, contudo não se pode afirmar que as migrações da Venezuela têm sempre as mulheres como a maioria no sentido geral na região, precisamos de mais pesquisas sobre isso.

No que tange a alfabetização, o grau de instrução deles é elevado, a maioria possui ensino superior completo, como mostra nos dados da tabela exposto neste trabalho, apesar da escolaridade deles ser alta ficou claro que essa escolaridade, não diferencia para eles conseguirem trabalho formal, e nem sequer o diferencial deles de compreender e falar outro idioma ajudou na busca por trabalho formal.

Pelos dados nacionais de desemprego ficou visível que o desemprego é também causado pelo preconceito sofrido por eles, e também, a desigualdade de gênero fica evidente, pois a maioria das entrevistadas são mulheres e todas relataram instabilidade financeira causada pelo desemprego ou pelo trabalho informal, a única pessoa que relatou que não foi difícil conseguir emprego foi

uma pessoa do sexo masculino, o emprego que sobra para essas mulheres é o de trabalhadora doméstica.

Ainda nos dados apresentados ficou visível que quem os auxiliou a migrarem para o Brasil foram as organizações não governamentais e entidades religiosas, como a Cáritas Diocesana Brasileira através da Igreja Católica, poucos relatam que obtiveram ajuda do governo brasileiro, através do programa de operação de acolhida de imigrantes e refugiados e, mais da metade dos entrevistados contaram que quem auxiliou foram outras instituições religiosas.

E há que se destacar que esse debate entre quem tem o dever de apoio é complexo, não só no Brasil e nos instigam a incentivar mais pesquisas que aprofundem essa realidade por estarem os migrantes mais dependentes da sociedade civil, do que do amparo do Estado, aliás essa questão é desafiadora não só em Ponta Grossa e região, mas em todo o mundo.

Por fim, sobre a expectativa de trabalho e economia solidária eles apontaram que tem interesse em trabalhar na perspectiva da economia solidária, a maioria relatou que pretende obter sua renda principal através da perspectiva da economia solidária e, alguns que também relataram que queriam trabalhar com a economia solidária para complementar a renda, pois possuem trabalho fixo.

Observou-se a potencialidade dos participantes de trabalharem na perspectiva da economia solidária, eles têm a visão de trabalho no coletivo o que é essencial para a economia solidária, nas duas feiras que eles participaram, relataram que foi importante observar, que o trabalho para além do lucro tem toda uma perspectiva social.

Nesse sentido é preciso incentivo de políticas públicas voltadas à economia solidária no Brasil, pois ela é uma alternativa de trabalho e renda que pode ser mais explorada:

Constituir políticas governamentais voltadas à promoção da Economia Solidária tem sido uma resposta às necessidades reais dos trabalhadores e um estímulo à geração de trabalho e distribuição de renda. Além disso, pode proporcionar crescimento da produção e da renda, visto que os objetivos dos empreendimentos solidários não estão cen-

trados na acumulação de capital, mas no reinvestimento e distribuição entre os trabalhadores (GOMES, p.37-38).

É de suma importância uma política pública voltada à economia solidária que incentiva o cooperativismo e associativismo como ponte da emancipação financeira dessas pessoas, com financiamento para esses empreendimentos poderem crescer, entre outros instrumentos de fomento ao desenvolvimento econômico e social.

É urgente que a agenda política tenha como norte a possibilidade das pessoas ao conhecimento, ao emprego, saúde, facilidade em conseguir benefícios socioassistenciais, pois num país que tem potencial e possui recursos para erradicar a pobreza e eliminar as desigualdades sociais o crescimento econômico só pode ser alcançado com a erradicação da pobreza para que não fiquem somente a mercê de ações de instituições filantrópicas, que são importantes e tem feito diferença na vida das pessoas atendidas, mas que sozinhas também não darão conta dessa demanda.

Referências

ACNUR; **ORIENTAÇÃO SOBRE O FLUXO DE VENEZUELANOS**. revista. Brasília: ACNUR 2018. Disponível em: Nota de orientação sobre o fluxo de venezuelanos, 2018 (refworld.org.es). Acesso em 25 ago. 2022.

ATLAS Venezuela: **Migrações Venezuelanas**. [S. l.: s. n.], 2019. Atlas. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/atlasvenezuela/atlas_venezuela.pdf. Acesso em: 24 fev. 2022

AZEREDO, Verônica Gonçalves. **Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres**. Revista de Serviço Social, São Paulo, n. 103, p. 576-590, 1 set. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/ytN3F4Y7zJ-JG7rn5NBbkHdG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 mar. 2022.

BRANDÃO, Inaê. **Crise migratória venezuelana no Brasil: O trabalho do UNICEF para garantir os direitos das crianças venezuelanas migrantes**. Unicef, 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil>. Acesso em: 25 ago. 2022.

BULLA, Leonia Capaverde; KAEFER, Carin Otilia. **Trabalho e aposentadoria: as repercussões sociais na vida do idoso aposentado**. Revista Virtual Textos e Contextos, [S. l.], p. 1-8, 2 dez. 2003. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8023/2/Trabalho_e_aposentadorias_repercussoes_sociais_na_vida_do_idoso_aposentado.pdf. Acesso em: 6 mar. 2022.

CORTINA, Adela. **Aporofobia: a aversão ao pobre, um desafio para a democracia**. Tradução de Daniel Febre. São Paulo: Contracorrente, 2020.

FREITAS, Maria Ester de; DANTAS, Marcelo. **O estrangeiro e o novo grupo**. Revista de Administração de Empresas, [S. l.], 9 dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/mCSvMTf5mtwKwVYnhkLTYTK/?lang=pt>. Acesso em: 25 fev. 2022.

GOMES, Romeu. **A análise de dados em pesquisa qualitativa**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social (Org.). Teoria, Método e Criatividade, Petrópolis: Vozes. 2002.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas Sociais. [S. l.: s. n.], 2021. **Com pandemia, 20 estados têm taxa média de desemprego recorde em 2020**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30235-com-pandemia-20-estados-tem-taxa-media-de-desemprego-recorde-em-2020>. Acesso em: 6 mar. 2022.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça - 1995 a 2015**. [S. l.: s. n.], 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf. Acesso em: 6 mar. 2022.

RIO, Daniela Amorim. **IBGE: A taxa de desocupação da mulher é 37,8% maior do que a do homem**. Estadão, [S. l.], p. 1-1, 10 mar. 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2021/03/10/taxa-de-desocupacao-da-mulher-e-378-maior-do-que-a-do-homem-revela-ibge>. Acesso em: 6 mar. 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Por uma concepção multicultural de direitos humanos**. Revista Crítica de Ciências Sociais. n°48, 1997.

SANTOS, Marcia Pereira Alves dos, et al. **População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde**. Scielo Brasil, [S. l.], p. 1-1, maio - agosto de 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/LnkzjXxJSJfBY9L-FH3WMQHv/?lang=pt#>. Acesso em: 18 set. 2022.

SINGER, Paul. (2002). **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

SIMÕES, G. Cavalcanti, L. Oliveira, T.; Moreira, E. Camargo, J. Resumo executivo. **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Conselho Nacional de Imigração. Brasília, DF: CNIg, 2017.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, 244p. *Crítica Marxista*, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.1, 1994, p.135-141.

LANZA, Lília Maria Bettiol; FAQUIN, Evelyn Secco; e RIBEIRO, Paula Basilio Alves. **Imigrantes nos territórios: problematizações sobre intervenções profissionais nas políticas de seguridade social**. R. Katál., Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 271-280, maio/ago. 2018 ISSN 1982-0259. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v-21n2p271/36971>. Acesso em: 26 set. 2021.

MARQUES, Marília. **Venezuelanos no Brasil ganham menos de um salário mínimo, mesmo escolarizados: Pesquisa com 650 imigrantes indica que 78% têm nível médio completo. Ao todo, cerca de 30 mil cruzaram a fronteira em busca de uma vida melhor; 82% fizeram pedido de refúgio..** G1 O Globo, Distrito Federal, p. 1-1, 12 set. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/venezuelanos-no-brasil-ganham-menos-d-e-um-salario-minimo-mesmo-escolarizados>. Acesso em: 6 mar. 2022.

MELLO, Daniel. **Refugiados têm dificuldade para revalidar diploma no Brasil, diz Acnur**. Agência Brasil, [S. l.], p. 1-1, 4 set. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-09/refugiados-tem-dificuldade-para-revalidar-diploma-no-brasil-diz>. Acesso em: 6 mar. 2022.

ROCHA, Kelly Borges de Almeida. **O trabalho profissional dos assistentes sociais com os venezuelanos em situação de imigração e refúgio: Os desafios na proteção social especial da política de assistência social em Manaus. 2020**. 187 f. Dissertação de Mestrado (Programa de pós graduação em serviço social e sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8133>. Acesso em: 10 fev. 2022.

PEREIRA, Audrey A B. **A Economia Solidária e Migrantes: Um estudo de caso a partir das atividades da Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESOL- UEPG) com os migrantes venezuelanos vinculados à Cáritas Diocesana de Ponta Grossa - PR**. Orientadora: Dra. Reidy Rolim de Moura.

2022. 76 f. Monografia (2º grau curso de serviço social) - Ponta Grossa-PR. 2022.

THE INTERCEPT. **Virou rotina agredir e assassinar venezuelanos em Roraima**. The intercept. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/11/28/violencia-xenofobia-venezuelanos-roraima/>. Acesso em 23. fev. 2022.

VELASCO, Irene Hernandez. **"Não rejeitamos estrangeiros se forem turistas, cantores ou atletas famosos, rejeitamos se forem pobres"**. BBC NEWS, [s. l.], 3 nov. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-54778993>. Acesso em: 18 set. 2022.

VITORINO, C.A; VITORINO MIRANDA, W.R. **Xenofobia: política de exclusão e de Discriminações**. Revista Pensamento Jurídico – São Paulo – Vol. 12, Nº 2, jul./dez. 2018.

XAVIER, Renan. **Denúncias de xenofobia no disque 100 crescem 633% em 2015**. O Globo, [S. l.], p. 1-1, 27 jan. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/denuncias-de-xenofobia-no-disque-100-crescem-633-em-2015-18554954>. Acesso em: 6 mar. 2022.

série _____
referência

ISBN: 978-65-87261-36-2